

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA –
PROLAM – MESTRADO

HELOISA MARQUES GIMENEZ

**O desenvolvimento da cadeia produtiva da soja na Bolívia e a
presença brasileira: uma história comum**

v. 1

São Paulo

2010

HELOISA MARQUES GIMENEZ

**O desenvolvimento da cadeia produtiva da soja na Bolívia e a
presença brasileira: uma história comum**

v. 1

Esta dissertação é parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em Integração da América Latina junto ao Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo, PROLAM-USP.

Orientador: Prof. Dr. Renato Braz Oliveira de Seixas

São Paulo

2010

Nome: GIMENEZ, Heloisa Marques

Título: O desenvolvimento da cadeia produtiva da soja na Bolívia e a presença brasileira: uma história comum

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Integração da América Latina.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Dedico este trabalho à minha mãe, Rosely, quem, há pouco mais de dois anos, ao mesmo tempo em que eu entrava no mestrado, entrava por uma porta pela qual não sabia se sairia. Curou-se do incurável e me acompanhou até aqui com inestimável dedicação.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer ao meu orientador Renato Seixas por ter conduzido o nosso trabalho com total liberdade e respeito pelas minhas ideias.

Me deterei aqui aos meses finais do curso de mestrado, compreendendo trabalho de campo e redação da dissertação, para que não me alongue muito. Assim também estarei omitindo dezenas de nomes, fundamentais e presentes durante essa jornada, infelizmente.

Agradeço à CPG do Prolam e à Capes por terem me concedido a bolsa que propiciou o trabalho de campo. Ao corpo técnico-administrativo do Prolam, Raquel Carvalho e William dos Santos, e aos colegas do programa, obrigada.

À minha família, ao meu pai e à minha irmã, pela confiança que depositam em mim.

A cada uma e cada um dos meus amigos do Brasil que se despediram de mim praticamente em junho do ano passado, quando decidi pela “imersão” no mestrado e no campo. Agradeço cada recado, mensagem, beijo e abraço à distância, aos pedidos para voltar e às reclamações por notícias! Creio que a rica experiência de passar um tempo fora do país não teria sido possível sem o solo firme deixado no Brasil.

Na Bolívia: agradeço ao professor Eduardo Paz Rada e à sua família por me receberem com carinho e terem sido referência para mim durante a estadia na Bolívia. A Oscar Vega Camacho pela amizade, pela leitura e debate do trabalho comigo, e por estar pronto e presente sempre que precisei. Agradeço a Gerardo Burgos Lino também.

Agradeço à Caroline Freitas, Christelle Faber e Vinícius Mansur, por me darem casa, colo e terem se tornado a minha família na Bolívia. Carol, obrigada pela disposição e doação em nossas intermináveis discussões acadêmicas, e Vinícius, pelo companheirismo, paciência e leitura atenciosa dos meus textos.

Também à brasileira-boliviana Ana Paula Leibrunder, pelo nosso “compartilhamento de aventuras” desde o princípio.

À Elena Apilánez Piniella pela reviravolta nas minhas idéias aos 45 do segundo tempo... Obrigada pelo cuidado e carinho com a minha pesquisa.

A todos aqueles que me concederam entrevistas, ajudaram com a busca de informações e dedicaram um pouco do seu precioso tempo em me ajudar com a pesquisa. São muitos, muitos mesmo. A acolhida que tive como pesquisadora na Bolívia foi surpreendente e prazerosa, interesse que demonstra a abertura, seriedade e comprometimento dos nossos vizinhos *hermanos* com a reflexão e as práticas políticas. Sou grata também a Álvaro García Linera, por, em meio às suas atribuições, ter me concedido dois encontros e contribuído com este trabalho.

Agradeço aos queridíssimos e fundamentais amigos que fiz na Bolívia, *paceños*, *cruceños*, e cidadãos do mundo afora. *Muchas gracias!*

Heloisa M. Gimenez,
maio de 2010.

*Cambia lo superficial
Cambia también lo profundo
Cambia el modo de pensar
Cambia todo en este mundo*

*Cambia el clima con los años
Cambia el pastor su rebaño
Y así como todo cambia
Que yo cambie no es extraño*

*Cambia el mas fino brillante
De mano en mano su brillo
Cambia el nido el pajarillo
Cambia el sentir un amante*

*Cambia el rumbo el caminante
Aunque esto le cause daño
Y así como todo cambia
Que yo cambie no es extraño*

Cambia todo cambia...

*Cambia el sol en su carrera
Cuando la noche subsiste
Cambia la planta y se viste
De verde en la primavera*

*Cambia el pelaje la fiera
Cambia el cabello el anciano
Y así como todo cambia
Que yo cambie no es extraño*

*Pero no cambia mi amor
Por mas lejo que me encuentre
Ni el recuerdo ni el dolor
De mi pueblo y de mi gente*

*Lo que cambió ayer
Tendrá que cambiar mañana
Así como cambio yo
En esta tierra lejana*

Cambia todo cambia...

Julio Numhauser por Mercedes Sosa

RESUMO

GIMENEZ, H. M. **O desenvolvimento da cadeia produtiva da soja na Bolívia e a presença brasileira:** uma história comum. 2010. 323f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

O presente trabalho identifica a presença de brasileiros no desenvolvimento da cadeia produtiva da soja em Santa Cruz, Bolívia, e a analisa em termos sociais, políticos e econômicos, regional e nacionalmente. Para tanto, fazemos um estudo sobre a natureza do Estado, sobre geopolítica regional (em especial sobre a postura do Brasil em relação aos demais países sul-americanos), e sobre questão agrária, de maneira a compreender o desenvolvimento do capitalismo no campo em nível mundial, e do agronegócio em nível nacional. Também nos pareceu importante fazer um resgate histórico da questão agrária boliviana e uma contextualização da conjuntura política atual no país. O estudo de caso foi realizado a partir de pesquisa de campo e vivência na Bolívia, em Santa Cruz de la Sierra (território que abriga o caso estudado) e La Paz (sede do governo nacional boliviano), que consistiu em entrevistas aos atores envolvidos no recorte temático, visitas a órgãos governamentais e institutos de pesquisa e contato com bibliografia local sobre o tema. Foram selecionadas algumas entrevistas e, a partir delas, pudemos fazer uma análise sociológica desta presença brasileira, podendo, também, inferir sobre questões que dizem respeito à política nacional boliviana e relacionamento internacional Brasil-Bolívia.

Palavras-chave: questão agrária; relação Brasil-Bolívia; agronegócio da soja.

ABSTRACT

GIMENEZ, H. M. **The development of the soybean production chain in Bolivia and the Brazilian presence: a common story.** 2010. 323f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

This work identifies the Brazilian presence in the soybean production chain in Santa Cruz, Bolivia, and analyzes it in a social, political and economic way, regionally and nationally. For that, was done a study about the State's nature, about regional geopolitics (specially about the Brazilian attitude toward the other countries in South America), and about agrarian question, in order to understand the development of capitalism in the field worldwide, and of agribusiness nationwide. Also seemed important to make an historical review about the Bolivian agrarian question and a contextualization of the current political conjuncture in the country. The case study was developed from the field research and from the experience of living in Bolivia, at Santa Cruz de la Sierra (territory in which lies the case studied) and La Paz (seat of the Bolivian national government), and consisted in interviews to people involved in the theme, visits to government agencies and research institutes, and contact to local literature on the subject. A few interviews were selected, and, from them, was possible to make a sociologic analysis of this Brazilian presence in Bolivia, including inferring about issues that concern to Bolivian national policy and international relations Brazil-Bolivia.

Keywords: agrarian question; Brasil-Bolivia relation; soybean agribusiness.

RESUMEN

GIMENEZ, H. M. **El desarrollo de la cadena productiva de la soya en Bolivia y la presencia brasileña: una historia común.** 2010. 323f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

Este trabajo identifica la presencia de brasileños en el desarrollo de la cadena productiva de la soya en Santa Cruz, Bolivia, y la analiza en términos sociales, políticos y económicos, regional y nacionalmente. Por ello, hicimos un estudio sobre la naturaleza del Estado, sobre geopolítica regional (especialmente sobre la posición del Brasil en relación con otros países de suramérica), y sobre cuestión agraria, a fin de comprender el desarrollo del capitalismo en el campo en nivel mundial, y del agronegocio en nivel nacional. Igual nos pareció importante hacer una revisión histórica de la cuestión agraria en Bolivia y una contextualización de la coyuntura política actual en el país. El estudio de caso se llevó a cabo desde el trabajo de campo y de la experiencia en Bolivia, en Santa Cruz de la Sierra (territorio en lo cual se ubica el caso estudiado) y La Paz (sede del gobierno nacional boliviano), y consistió en entrevistas con los actores involucrados en el enfoque temático, visitas a órganos gubernamentales y institutos de investigación, además de contacto con bibliografía local sobre el tema. Fueron seleccionadas algunas entrevistas y, a partir de ellas, hicimos un análisis sociológico de la presencia brasileña, inferiendo también acerca de cuestiones relacionadas a la política nacional boliviana y el relacionamiento internacional Brasil-Bolivia.

Palabras clave: cuestión agraria; relación Brasil-Bolivia; agronegocio de la soya.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADN	<i>Acción Democrática Nacionalista</i>
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
ANAPO	<i>Asociación Nacional de Productores de Oleaginosas y Trigo</i>
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAF	<i>Corporación Andina de Fomento</i>
CAINCO	<i>Cámara de industria, comercio, servicios y turismo de Santa Cruz - Bolívia</i>
CAN	Comunidade Andina de Nações
CAO	<i>Cámara Agropecuaria del Oriente</i>
CEDLA	<i>Centro de Estudios para el Desarrollo Laboral y Agrario</i>
CEJIS	<i>Centro de Estudios Jurídicos e Investigación Social</i>
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CIDOB	<i>Confederación de los Pueblos Indígenas del Oriente Boliviano</i>
COB	<i>Central Obrera Boliviana</i>
CSUTCB	<i>Confederación Sindical Única de los Trabajadores Campesinos de Bolívia</i>
EMAPA	<i>Empresa de Apoyo a la Producción de Alimentos</i>
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNDACRUZ	<i>Fundación de Desarrollo Agrícola de Santa Cruz</i>
INRA	<i>Instituto Nacional de Reforma Agraria</i>
IIRSA	Integração da Estrutura Regional Sul-americana
MAS-IPSP	<i>Movimiento al Socialismo – Instrumento Político para la Soberanía de los Pueblos</i>
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MNR	<i>Movimiento Nacionalista Revolucionario</i>

MST Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MST-Bolívia *Movimiento de Trabajadores Campesinos e Indígenas Sin Tierra da Bolívia*

NCPE *Nueva Constitución Política del Estado*

OMC Organização Mundial do Comércio

ONU Organização das Nações Unidas

PCB *Partido Comunista Boliviano*

PDVSA *Petróleos de Venezuela, S.A.*

PIR *Partido de la Izquierda Revolucionaria*

POR *Partido Obrero Revolucionario*

PS-1 *Partido Socialista Uno*

TCO *Territorio Comunitario Originario*

TLC Tratado de Livre Comércio

UDP *Unidad Democratica y Popular*

UE União Européia

UNASUL União de Nações Sul-americanas

YPFB *Yacimientos Petrolíferos de Bolívia*

SIBTA *Sistema Boliviano de Innovación Tecnológica Agropecuaria*

SUMÁRIO

1. Introdução	p.01
2. Aspectos evolutivos da história recente da Bolívia e panorama da questão agrária no país	p.05
2.1 Oriente X Ocidente	p.05
2.2 A agroindústria e o êxito da soja	p.07
2.3 <i>Cambas e Collas</i>	p.09
2.4 Sinais do atual projeto para o campo	p.10
2.5 A Bolívia como laboratório de um novo projeto político para a América Latina	p.11
3. Marcos teóricos utilizados e a construção da pesquisa	p.13
3.1 A Geopolítica, a Questão Agrária e a formulação da primeira hipótese de pesquisa	p.14
3.1.1 Geopolíticas: do mundo para o Brasil e do Brasil para a região	p.14
3.1.2 Estudos de Questão Agrária: ferramenta para a leitura do desenvolvimento do capitalismo no campo	p.20
3.2 Alguns apontamentos sobre a natureza do Estado	p.26
3.3 A relação entre os Estados e o nosso estudo de caso	p.28
4. Antecedentes e contexto histórico da Reforma Agrária de 1953	p.37
5. O pós-decreto de Reforma Agrária	p.48
6. Breve história de Santa Cruz	p.63
6.1 Os povos do oriente	p.64
6.2 Os espanhóis e a conquista do oriente	p.65
6.3 A república e a questão agrária no oriente antes da Reforma Agrária de 1953	p.66
7. O contexto mundial da produção de soja e a situação na Bolívia	p.69
7.1 O desenvolvimento da soja na Bolívia e em Santa Cruz	p.72
7.2 Presença de estrangeiros no setor e o caso dos brasileiros	p.77
8. A inserção dos brasileiros, por eles mesmos e pelos bolivianos	p.78
8.1 Em campo: “a lógica da prática”	p.80

8.2 A caracterização do “espaço social” e as “estruturas simbólicas” para a nossa análise	p.84
8.3 As entrevistas	p.92
8.3.1 A chegada dos brasileiros na história do agronegócio da soja em Santa Cruz	p.93
8.3.2 A presença brasileira e a conformação do “espaço social”	p.110
9. Considerações finais	p.127
REFERÊNCIAS	p.130
APÊNDICES	
A – Entrevista com Federico M.	p.138
B – Entrevista com Jaime H.	p.147
C – Entrevista com Jaime Palenque	p.154
D – Entrevista com Nilson M.	p.163
E – Entrevista com César T.	p.184
F – Entrevista com Adalbert Kopp	p.190
G – Entrevista com Cristian A.	P.206
H – Entrevista com Élio M.	p.213
I – Entrevista com Alcides V.	p.223
J – Entrevista com Enrique Ormachea Saavedra	p.234
K – Entrevista com Marco Octavio Ribera Arismendi	p.253
L – Entrevista com Silvestre S.	p.270
M – Entrevista com Lorencio O.	p.278
N – Entrevista com Miguel G.	p.286
O – Entrevista com José B.	p.290
P – Entrevista com Carlos Balderrama	p.295
ANEXOS	
A – Mapa do Estado Plurinacional da Bolívia	p.307
B – Mapa do departamento de Santa Cruz	p.308
C – Mapa de uso do solo	p.309
D – Mapa multi-temporal de mudança no uso do solo	p.310

E – Tabela 1: Santa Cruz – evolução da produção consolidada de soja (1980-2008)	p.311
F – Tabela 2: Santa Cruz – evolução da superfície semeada de soja, por tipo de produtor, verão (1991-2004)	p.312
G – Tabela 3: Santa Cruz – evolução da superfície semeada de soja, por tipo de produtor, inverno (1992-2004)	p.313
H – Tabela 4: Santa Cruz – evolução do rendimento de soja, por tipo de produtores (2002-2004)	p.314
I – Tabela 5: Santa Cruz – classificação da superfície semeada de soja, por tamanho de produtor (2003/2004)	p.315
J – Tabela 6: Soja – evolução da oferta e demanda mundiais (1998-2000)	p.316
K – Tabela 7: Soja – evolução da oferta e demanda em Santa Cruz (1995-2008)	p.317
L – Tabela 8: Bolívia – exportações de soja por acordos comerciais e zonas econômicas (1997-2008)	p.318
M – Tabela 9: CAN – evolução da produção de oleaginosas (1997-2007)	p.320
N – Tabela 10: CAN – evolução da superfície cultivada de oleaginosas (1997-2007)	p.321
O – Tabela 11: Soja – principais produtores mundiais (2000-2008)	p.322

1 Introdução

Nesta introdução apresentarei a presente dissertação de mestrado, o processo de construção dela, assim como minha trajetória de pesquisadora nos últimos anos. Por esse motivo, opto por, apenas nesta parte introdutória, escrever o texto em primeira pessoa.

O objetivo dessa pesquisa foi compreender a influência de produtores brasileiros no desenvolvimento da cadeia produtiva da soja na Bolívia, especificamente no departamento de Santa Cruz, desde o final da década de 80 até os dias de hoje. Há aqui uma coincidência temporal entre o desenvolvimento propriamente dito dessa atividade produtiva e a chegada e inserção de brasileiros nele; há, portanto, também uma relação de causa e efeito. O objetivo geral é descrever as mais variadas nuances desta presença brasileira no país vizinho Bolívia. Como objetivos específicos, tentamos: aproximar-nos da realidade a ser observada por meio de trabalho de campo, entrar em contato com os diversos setores sociais envolvidos no processo produtivo da soja na Bolívia, identificar os conflitos que dele pudessem surgir e compreender as diferentes opiniões sobre ele presentes na sociedade boliviana, além de entrar em contato com bibliografia local sobre o tema. A partir daí é que pretendo analisar e verificar, ou não, a hipótese de pesquisa. É também a partir deste estudo de caso que torna-se possível fazer uma reflexão ampliada sobre a questão agrária no país vizinho e, assim, agregar elementos ao debate de questão agrária em nível de América Latina.

A principal hipótese aqui é de que o desenvolvimento da agricultura da soja na Bolívia não teria acontecido sem a presença brasileira nesta atividade econômica. Portanto, acredito também que os brasileiros conformam, nesse processo, um grupo social que conseguiu articular-se às esferas de poder regional; não mantiveram-se apenas na produção, mas integraram-se à sociedade e ao seu funcionamento. No entanto, cheguei a campo com a hipótese de que a já conhecida influência brasileira tratava-se de um avanço da fronteira agrícola ocorrido em função de diretrizes estatais brasileiras, o que não foi confirmado. Inicialmente a opção foi por fazer uma pesquisa exploratória para uma maior aproximação do tema. Para tanto, o campo significaria um período extenso de permanência em Santa Cruz de la Sierra para a identificação de bibliografia, atores a serem entrevistados e convívio social para auxiliar na compreensão e análise do caso.

As primeiras entrevistas foram feitas com base em um roteiro semi-dirigido que tinha o objetivo de conhecer as mais diversas versões sobre o processo de desenvolvimento do agronegócio em Santa Cruz, em geral, e, em específico, da soja e sobre a presença de brasileiros nesse contexto. Por isso entrevistei brasileiros produtores de soja, representantes das agremiações de produtores, representantes de movimentos sociais de luta pela terra que vivenciam e/ou vivenciaram conflitos nas áreas ocupadas por brasileiros, etc. Numa segunda etapa, as entrevistas passaram a ser mais analíticas e opinativas, e tiveram lugar na sede de governo La Paz, onde contatei ministérios, órgãos e empresas públicas relacionadas ao tema, além de institutos de pesquisa também da área de interesse. Tudo isso foi permeado pelo constante contato com bibliografia local e por acesso a documentos oficiais relevantes.

Para tal análise estão sendo utilizados aportes teóricos da geografia e da sociologia, partindo de uma concepção materialista histórica de Estado e classes sociais. Para o estudo do desenvolvimento do capitalismo no campo utilizo os aportes teóricos desenvolvidos por Karl Kautsky (1980 [1900]) e Vladimir Lenin (1982 [1899]) sobre interpretação da questão agrária.

O presente trabalho discute o fenômeno da presença de brasileiros no desenvolvimento da agricultura da soja na Bolívia, especificamente no departamento boliviano de Santa Cruz, que faz grande fronteira com o Brasil (com os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul). Essa é uma história comum de quase trinta anos, que está inserida num contexto regional e mundial de desenvolvimento industrial da agricultura. Para compreendê-la, apresento alguns detalhes da trajetória histórica da Bolívia, trazendo à luz também elementos da conjuntura brasileira que possam ser úteis a este estudo.

Este estudo de caso é feito em um momento da vida política boliviana no qual a questão agrária está em destaque. Há quatro anos com um presidente indígena e de esquerda – reeleito para mais cinco anos em dezembro de 2009 – a distribuição, ocupação e produção na terra volta a ser um tema prioritário no país. Ao mesmo tempo, a inserção da Bolívia no mercado internacional de *commodities* a coloca numa situação paradoxal (fazer a reforma agrária e incentivar a pequena produção ao passo em que fortalece a produção agrícola em grande escala e depende dos recursos advindos dela). Mais interessante ainda é o fato de a Bolívia representar hoje o reascenso da esquerda ao poder na América do Sul, e com amplo apoio popular.

A ideia de estudar este país vizinho, no entanto, não é nova e não se deve ao atual contexto político boliviano. Já durante a graduação em Relações Internacionais, concentrava meus estudos na questão agrária brasileira e no trabalho de extensão universitária junto a

movimentos sociais de luta pela terra. Para entender a problemática no Brasil sempre foi necessário entender o nosso processo histórico desde a colonização portuguesa; sendo assim, a curiosidade por compreender tais questões também com relação aos nossos vizinhos latinos veio com o tempo. A escolha pela Bolívia deu-se, então, pelos seguintes motivos: é o país com maior fronteira terrestre com o Brasil, o que nos confere uma história comum de muitas disputas; além disso, já era sabida a existência de movimentos sociais fortes no país (a ressaltar o movimento cocaleiro, com o nome de Evo Morales já em evidência como seu dirigente), incluindo um *Movimiento Sin Tierra de Bolívia* (MST-Bolívia), que inclusive se inspirara no Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra brasileiro.

Diante disso, parti para uma pesquisa exploratória no país vizinho em 2004, acompanhada de duas outras estudantes da mesma universidade. Percorremos quase a totalidade dos departamentos bolivianos, entrando e saindo por terra e rios, em pontos diferentes da fronteira com o Brasil. Na ocasião escolhemos conhecer os movimentos sociais de luta pela terra e o que se podia ver do que ficara da Reforma Agrária de 1953. No meu caso, esse foi o tema do meu trabalho de conclusão de curso de graduação.

Ao ingressar no Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina da USP para fazer o mestrado, a dissertação deveria versar sobre uma temática comum a dois ou mais países da América Latina, ou tratar de apresentar um estudo comparativo. A minha opção foi novamente por Bolívia e Brasil, e o recorte do tema foi amadurecendo ao longo dos dois anos. Após a qualificação senti a necessidade de fazer trabalho de campo, e, ao chegar de fato ao campo, percebi que ele teria que ser longo: além de não haver quase bibliografia sobre questão agrária boliviana no Brasil, o caso a ser estudado teria de ser acompanhado dia-a-dia, numa coleta de dados quase inédita na própria Bolívia.

Assim foram os nove meses de campo no país vizinho, com uma recepção incrível de todos os setores procurados: produtores, empresários, governo, institutos de pesquisa, professores universitários, militantes de movimentos sociais; todos se interessavam pela pesquisa e muitos pediam os dados a mim, ao invés de me fornecê-los. O que foi um fator de valorização do trabalho, certa inovação, foi também o que tornou-o árduo e difícil, tanto para a coleta de dados como para a interpretação deles. Ao mesmo tempo que fazia entrevistas e angariava documentos nas instâncias públicas e agremiações privadas no país, confrontava a primeira hipótese (de que a participação de brasileiros no desenvolvimento da cadeia produtiva da soja na Bolívia tratava-se de uma estratégia geopolítica do Estado brasileiro) com a realidade e a nova bibliografia, e assim se reformulava a hipótese que agora se

apresenta, como descrevi acima. Cheguei também ao vice-presidente boliviano Álvaro Garcia Linera, proeminente cientista social latinoamericano da atualidade, a quem, afortunadamente, pude apresentar o trabalho e debatê-lo.

Vamos então para a organização da dissertação e apresentação dos capítulos.

No item 2 há um panorama histórico para a compreensão geral da Bolívia que será necessário para a apreensão dos dados que seguem. É praticamente uma análise de conjuntura das últimas décadas do século XX até os dias de hoje. No item 3 constam as premissas teóricas das quais parti para analisar o caso selecionado, além de apresentar a trajetória da hipótese de pesquisa ao longo do desenrolar do curso de mestrado. Na quarta parte apresento os antecedentes históricos, sociais, políticos e econômicos da Reforma Agrária de 1953, necessários para compreender a opção de desenvolvimento para o campo tomada na Bolívia a partir de então; esta opção e o desenrolar da Reforma Agrária são apresentados na sequência, no item 5. Já o item 6 tem como objetivo destacar da história boliviana um pouco da história da região de Santa Cruz, que é onde preponderantemente se desenvolveu o cultivo da soja no país e onde estão presentes os brasileiros nesta cadeia produtiva. O item 7, por sua vez, traz um panorama do surgimento da grande produção sojeira no mundo, examinando a inserção da Bolívia em tal contexto, enunciando a presença de estrangeiros no setor, e, portanto, de brasileiros. O item 8 trata da apresentação e análise dos dados coletados em campo por meio de entrevistas, incluindo uma outra abordagem teórico-analítica para as mesmas. Por conseguinte, o item 9 corresponde às considerações finais do trabalho, seguido das referências, dos apêndices e dos anexos.

2 Aspectos evolutivos da história recente da Bolívia e panorama da questão agrária no país.

A questão da terra na Bolívia **tem** passado por transformações importantes desde a década de 50 do século XX. Um dos únicos países da América Latina que fez reforma agrária (a partir de sua revolução nacionalista que ocorreu em 1952) segue sendo um dos mais pobres do continente e importador de alimentos. A história da terra nesse país não se dá silenciosamente; sua distribuição, posse e cultivo sempre ocorreu em meio a disputas entre sua elite e população, mediada por seus governos, fosse qual fosse seu projeto político. O ano de 1952 trouxe ao cenário político do país as camadas médias intelectualizadas, o pensamento da esquerda ocidental e as organizações sociais; nesse marco elas deixaram claro, e o fazem até hoje, que na Bolívia não se faz política de costas para o povo. No entanto, há muito o que se discutir sobre os projetos de país que foram propostos, e em relação à terra não é diferente.

A mesma reforma agrária que na década de 50 distribuiu terras no ocidente do país sob um discurso socializante, impulsionou uma agroindústria latifundista, monocultora e voltada para exportação na região oriental. Nesse entremeio, a Bolívia teve sua dinâmica agrária conduzida pelas políticas de organizações internacionais como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e o Banco Mundial, projetos que abarcavam desde a distribuição da terra nos marcos da pequena propriedade como a produção em larga escala, que hoje faz do país um dos quatro maiores exportadores de soja do mundo. Cinquenta e seis anos depois do seu primeiro decreto de reforma agrária, sob um governo de base popular, a ambigüidade de sua estrutura fundiária e a questão do modelo de desenvolvimento do campo seguem sendo temas da maior dificuldade na condução política do país.

2.1 Oriente X Ocidente

Na Bolívia há duas realidades diferentes: uma é a parte andina do país, onde a propriedade da terra é de pequenas parcelas, e a outra é a região oriental, dos planos, das

terras baixas, caracterizada por grande concentração da propriedade da terra. A primeira corresponde aos minifúndios, bastante fragmentados. A outra é a região do Chaco, Pantanal e Amazônia, que conta com um sistema de propriedade de latifúndios. Essa é uma realidade que veio sendo construída nos últimos 30 anos, ou, no máximo, pouco mais de 50.

É importante assinalar que a Bolívia, durante o período colonial, foi uma região mineira, e assim seguiu predominantemente nos seus primeiros 150 anos de vida enquanto república. Essa atividade concentrou-se principalmente nos montes andinos, o que quer dizer que toda a infra-estrutura produtiva foi desenvolvida voltada para as minas (as ferrovias, as estradas, etc.). Dessa forma, todo o oriente do país ficou isolado. Cochabamba, uma importante cidade na porção central do país, chamada de região dos vales, estava a uma distância de dois meses de viagem de Santa Cruz de la Sierra; hoje, em estradas ainda precárias, a viagem é feita em dez horas.

A partir dessa ressalva é que se pode compreender como a Reforma Agrária de 1953 distribuiu terras na região dos Andes e dos vales ao mesmo tempo em que permitiu a concentração dela no oriente: isso aconteceu porque no oriente havia grandes extensões de terras, contudo sem valor; não havia motivo para produzir, não havia onde nem como comercializar os produtos. Antes da década de 50 não havia estradas que interligassem o país. As ferrovias, por exemplo, que são uma realidade da segunda metade do século XX, ligavam a Bolívia ao Brasil e à Argentina, e ainda assim para importar produtos, não para exportar¹. É a partir de 1956 e 1957, que é construída a estrada de ligação da porção ocidental à oriental do país, colocando a esta última a tarefa de abastecer o país de alimentos. A mesma Reforma Agrária que distribuiu terras no ocidente, apoiou a produção capitalista no oriente, entregando terras em grandes extensões, crédito, maquinaria, e todo o necessário para o desenvolvimento da atividade agrícola em grande escala com subsídios estatais. E assim esperava-se substituir a importação de alimentos que vigia até então.

É dentro dessa lógica que o açúcar é o primeiro alimento que se produz em uma dimensão industrial para o consumo interno e para exportação, nos anos 60. Já nos 70 houve grandes esforços em direção à produção do algodão e do girassol. A produção de algodão não foi bem sucedida, e, então, a partir dos anos de 1980, com créditos do Banco Mundial e da Cooperação Alemã², iniciam-se importantes projetos de infra-estrutura produtiva na região

¹ Informação verbal obtida por meio das entrevistas com Alcides V. e Federico M. Cf. apêndices I e A, respectivamente.

² Id.

leste do departamento de Santa Cruz de la Sierra que dariam início ao futuro pólo sojeiro do país. Assim são construídas estradas, silos e é ampliada a rede de eletricidade. Esses são os primeiros passos do agronegócio na Bolívia.

2.2 A agroindústria e o êxito da soja

As incursões nos cultivos de açúcar e algodão tiveram impacto apenas em relação à extensão dos cultivos. O açúcar, produção que se mantém até hoje, teve um êxito parcial. O algodão, por sua vez, causou o endividamento de muitos investidores e a quebra de um banco estatal de desenvolvimento agrícola. É a soja, portanto, que dá à região o seu caráter de indústria agrícola “bem sucedida”. O grão, que entrou em cena nos anos 80³ em pequenos cultivos, ganha uma força capaz de, por um lado, gerar infra-estrutura e, por outro ampliar a fronteira produtiva. Santa Cruz tem hoje dois milhões de hectares cultivados, dos quais a metade é ocupada com soja, produto que tem destino seguro no mercado internacional, com preços estáveis, e que por vários anos esteve bem recebido no mercado andino (as taxas de importação chegavam a zero em países como Colômbia e Venezuela, até que o mercado andino entrou em crise)⁴.

Mundialmente, a soja ganhou força pois, depois da Segunda Guerra Mundial, tornou-se a principal matéria prima para a fabricação de ração animal; os principais compradores atualmente são a União Européia e a China (RIBERA ARISMENDI, 2008). Essa demanda trouxe também uma série de produtos destinados à alimentação humana, como o óleo e a gordura vegetal, além de fornecer materiais para a industrialização de diversos artigos, o que significou uma mudança no padrão de consumo e alimentar em todo o mundo. Outra coisa a ressaltar é que os novos grandes produtores de soja, em especial na América do Sul, dispuseram de centenas de milhares de hectares de suas terras para tal atividade, o que naturalmente significa que, para tanto, áreas correspondentes de mata foram derrubadas. Na

³ O surgimento da produção de soja na Bolívia ao qual nos referimos significa que ele estava inserindo-se ao mercado, e um mercado em expansão no mundo todo. As primeiras experiências de plantio de soja na Bolívia ocorreram mesmo em 1926 (RIBERA ARISMENDI, 2008).

⁴ Informação verbal obtida em entrevista com Alcides V. Cf. Apêndice I.

Bolívia não foi diferente: a chegada abrupta do agronegócio da soja em Santa Cruz veio acompanhada de um prejuízo ambiental enorme (RIBERA ARISMENDI, 2008).

Foi o projeto *Tierras Bajas del Este*, desenvolvido pelo Banco Mundial e pelo então governo boliviano, que em 1985 impulsionou a produção sojeira no país. Em uma década a produção do grão contaria com uma linha industrial completa para seu beneficiamento e conversão em produtos como óleo e massa de soja. Mas esse processo não se deu isolado de um de seus países vizinhos: é a partir de 1990 que começam a chegar brasileiros à região; brasileiros com capital e conhecimento produtivo para o avanço do setor no país⁵. Nessa época um hectare de terra na região de Santa Cruz de la Sierra podia ser comprado por cem dólares, e assim vieram atraídos do Brasil investidores de diversos tipos, alguns já com experiência na produção no Brasil, outros agrônomos técnicos de grandes empresas agrícolas naquele país, etc. Alguns, em pouco tempo se radicaram na Bolívia e ali se mantiveram; outros seguiram com as fazendas no Brasil e tocavam os negócios conjuntamente.⁶

Não se pode falar do desenvolvimento da soja na Bolívia sem mencionar o Brasil. Com este setor amplamente desenvolvido nas duas últimas décadas e com o mercado aberto ao exterior, os produtores brasileiros que na Bolívia chegaram traziam tecnologia de semente, cultivo, plantio, melhoramento, etc., e com o tempo foram sendo criados institutos de pesquisa que realizassem intercâmbio entre os dois países, sempre na esfera privada⁷. Dessa maneira, observamos que o desenvolvimento do agronegócio na Bolívia aconteceu tranquilamente, com apoio estatal e também com rápida vinculação ao mercado internacional de *commodities*, assim como no seu vizinho maior. Um processo que se iniciou mediado pelo mercado, com a oferta de terra barata na Bolívia, hoje chega a envolver o jogo diplomático entre os dois países⁸.

⁵ Contudo, desde a década de 60 já vinham chegando à Bolívia outros grupos estrangeiros, como de japoneses e menonitas, por meio da política de incentivo à migração interna e externa adotada a partir da lei de Reforma Agrária de 1953. A presença destes estrangeiros para o desenvolvimento do agricultura no oriente foi bastante fundamental, pois, em momentos de crise econômica na Bolívia, o setor podia manter-se em função do capital vindo de fora (RIBERA ARISMENDI, 2008).

⁶ Informação verbal obtida em entrevistas com Nilson M. e César T. Cf. apêndices D e E, respectivamente.

⁷ Duas instituições bastante presentes no ramo são a Fundacruz, www.fundacruz.org.bo, e a Fundação Mato Grosso, www.fundacaomt.com.br. Ambas são frequentemente citadas no conjunto das entrevistas constantes dos apêndices deste trabalho.

⁸ Cf. apêndice D, entrevista com Nilson M.

2.3 *Cambas e Collas*

Assim como geograficamente a Bolívia é bem dividida e heterogênea, as populações de suas regiões também o são. A parte ocidental do país é a região dos Andes, onde fica a sede de governo, em La Paz, chamada de altiplano pelos seus mais de cinco mil metros de altitude sobre o nível do mar. A parte oriental, por sua vez, corresponde às chamadas terras baixas, ou planos, faz grande divisão fronteiriça com o Brasil e abriga a emergente cidade de Santa Cruz de la Sierra. A porção sul do país corresponde à região do Chaco, próxima à Argentina e Paraguai, enquanto no norte a Amazônia boliviana encontra o Brasil e o Peru. A questão das fronteiras para a Bolívia é um tema de conflito. Nas diversas guerras que participou em sua história a perda de território foi o resultado frequente⁹. Uma das mais emblemáticas destas perdas foi a do território que dava acesso ao oceano Pacífico, perdido para o Chile. Com este país há atualmente conflito por água, referente à bacia do Silala¹⁰, além de ser uma das únicas fronteiras minadas do mundo (informação verbal)¹¹.

A “oposição” La Paz-Santa Cruz de la Sierra representa uma disputa de projetos e processos de desenvolvimento da Bolívia, além de, naturalmente, uma disputa pelo controle do poder político no país. Nesse meandro há até iniciativas de intenção de separatismo, e a discussão sobre autonomias e federalismo é longa. Isso tudo gera, além das disputas políticas, um problema étnico entre as populações das duas grandes regiões do país: *cambas*, os do oriente, e *collas*, os do ocidente. Essa disputa dá-se muito em função dos recursos provenientes da exploração dos hidrocarbonetos (há reservas e refinarias em Santa Cruz de la Sierra, onde também está presente a brasileira Petrobras) e também, sobretudo nas últimas décadas, em função do poderio econômico que o oriente boliviano alcançou em função da agroindústria. Há uma nova burguesia formada na região a partir da década de 50 e que hoje entra em conflito com a classe dominante da outra porção do país (MANSILLA, 2007; SIVAK, 2007; SORUCO, 2008).

⁹ Conferir GARCÍA LINERA, A. Bolívia. In: SADER, E; JINKINGS, I. (Orgs.). **Latinoamericana:** enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe. São Paulo: Boitempo, 2006.

¹⁰ Cf. apêndice K, entrevista com Marco Octavio Ribera Arismendi.

¹¹ Informação fornecida por Wanderley Messias da Costa, em disciplina do Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo, em 2008.

2.4 Sinais do atual projeto para o campo

O governo de Evo Morales tem atuado em uma campanha que chama de *proceso de cambio* (“processo de mudança”, em espanhol), e nessa perspectiva trabalha suas políticas para as diversas esferas de alcance do Estado. O tema da nova constituição política da Bolívia é um dos mais emblemáticos por seu processo constituinte de mais de um ano ter acirrado ânimos e posições políticas opostas. A *Nueva Constitución Política del Estado* (NCPE)¹² foi aprovada em abril de 2009 e implementará mudanças sobretudo na administração regional e participação das populações indígenas nas decisões políticas do país.

Uma outra atitude com a qual a atual gestão confirmou seu caráter foi a nacionalização parcial das empresas de exploração dos recursos naturais fósseis no país. Tal medida afetou a Petrobras, assim como empresas espanholas, argentinas e chilenas, e nacionalizou por completo a boliviana *Yacimientos Petrolíferos de Bolívia* (YPFB).

A Soberania Alimentar¹³ e a Reforma Agrária são um outro pilar estratégico do atual programa de governo, e que o fez criar instâncias estatais que passaram a ingerir e controlar a propriedade da terra, a produção agrícola industrial e familiar, e a planejar para médio e longo prazos uma produção agrícola auto-suficiente e desenvolvida no intuito de garantir alimentação e trabalho para toda a população boliviana.

Para tanto, dois órgãos surgiram na nova configuração boliviana, e com bastante importância para o debate da questão agrária no país: a *Empresa de Apoyo a la Producción de Alimentos* (EMAPA), empresa nacional que intervém no ramo de alimentos, e o *Instituto Nacional de Innovación Agropecuaria y Forestal* (INIAF), instituto estatal de pesquisa e desenvolvimento de tecnologia para o campo, nos moldes da Embrapa, no Brasil. A EMAPA tem a função de distribuir sementes, subsidiar a pequena produção e interferir no mercado interno para que o preço do alimento para o consumidor final, a população boliviana, não seja

¹² A NCPE está disponível em: <http://www.fmbolivia.com.bo/descargas/Nueva-Constitucion-Politica-del-Estado-de-Bolivia.pdf>. Acesso em 30 Abr. 2010.

¹³ O termo Soberania Alimentar tem sido usado como um paradigma no tema da emancipação dos povos, e em oposição ao conceito oficial Segurança Alimentar adotado em diversos países e organizações internacionais. Um debate aprofundado pode ser verificado em JONSÉN, J; WINDURHF, M. Desarrollo del paradigma político de la Soberanía Alimentaria. Argumentos en su desarrollo y construcción social del paradigma. In: FERNÁNDEZ SUCH, F. (Org.). **Soberanía Alimentaria: objetivo político de la cooperación el desarrollo en zonas rurales**. Barcelona: Icaria, 2006.

alto. Isso pode em muitos momentos significar um enfrentamento aberto ao grande produtor, mas de nenhuma maneira tem sido um empecilho à produção ligada ao mercado externo ou à grande propriedade da terra; afinal, como mencionamos anteriormente, a Bolívia necessita do ingresso de divisas de tais produções para a implementação de seus outros projetos.

2.5 A Bolívia como laboratório de um novo projeto político para a América Latina

Neste final de 2009 o presidente boliviano Evo Morales (seu partido é o *Movimiento al Socialismo – Instrumento Político para la Soberanía de los Pueblos*, MAS-IPSP) foi reeleito para um mandato de mais cinco anos por pouco mais de 64% dos votos. Sua primeira vitória, em 2005 (com a posse no cargo em 2006), veio acalmar anseios populares que haviam deposto um presidente e vinham marcando a primeira década dos anos 2000, quando ocorreram as chamadas “Guerra da Água” e “Guerra do Gás”, a respeito da privatização dos dois recursos naturais no país.

Evo Morales tem uma trajetória política marcada pelos movimentos sociais. Ele foi um importante dirigente do movimento cocaleiro na década de 90¹⁴. O seu vice é Álvaro Garcia Linera, sociólogo latinoamericano de destaque atualmente, com trajetória política ligada à esquerda na Bolívia, e é uma figura muito atuante no governo, tanto por sua característica intelectual e militante, como pela própria condição do vice-presidente no Estado Boliviano, a quem é dado o cargo de presidente do Congresso Nacional (atualmente, denominado Assembléia Plurinacional).

A melhora das condições de vida da população é o mote do governo Evo Morales, e o tema é tratado e debatido em diferentes âmbitos. A população boliviana é majoritariamente indígena e pobre, mas a reivindicação de direitos e a organização social é uma marca em toda a sua história, desde os tempos da conquista espanhola e da colonização. Dessa maneira, é um governo que subiu ao poder com uma ampla base social organizada, e que agora incorpora no Estado direitos para a maioria indígena da população. São ao todo 36 etnias reconhecidas

¹⁴ O movimento cocaleiro refere-se à organização dos produtores de folha de coca. Cf. URQUIDI, V. D. **Movimento Cocaleiro na Bolívia**. São Paulo: Hucitec, 2007.

oficialmente no país, que foram contempladas na NCPE com autonomias indígenas que transpassam a organização anterior do Estado boliviano em departamentos, províncias e municípios (nesta ordem de grandeza); a Bolívia não é e nunca foi uma federação de estados, como é o Brasil, e, em função das mudanças promovidas pela gestão Evo Morales, o Estado boliviano agora é chamado de Estado Plurinacional da Bolívia.

A nova constituição boliviana é hoje estudada por juristas de todo o mundo, e foi a segunda, depois da canadense, a assumir a plurinacionalidade do Estado. Para os outros países latinoamericanos, em especial os andinos e centroamericanos, que contam também com a maioria de suas populações de origem indígena, o atual processo político boliviano serve como um exemplo. Além de compor o bloco de governos nacionais de esquerda na América do Sul, bloco esse liderado pelo Brasil e que tem alcançado posições mais soberanas em diversos temas internacionais, traz outra perspectiva para as populações originárias, resgatando suas referências organizativas anteriores e valorizando-as etnicamente, também numa forte luta contra o secular preconceito que assola o nosso continente. No governo Evo Morales esse tema permeia a maior parte das políticas, que têm sido incluídas num processo que denominam de “descolonização”.

A questão agrária na Bolívia, como em toda a América Latina, é algo que se deve analisar desde os tempos das colônias. As lutas de independência, as ditaduras e as democracias contemporâneas também tiveram que lidar com ela, e, na Bolívia, o atual processo político a torna um tema interessantíssimo de ser observado e estudado, e é a ele que daremos atenção nessa pesquisa.

3 Marcos teóricos utilizados e a construção da pesquisa

O presente trabalho pretende identificar, compreender e analisar a presença de brasileiros no desenvolvimento da agricultura da soja na região de Santa Cruz, na Bolívia. Para tanto, faremos agora algumas esclarecimentos dos pontos de vista teórico e metodológico da formulação da hipótese de pesquisa assim como da análise do caso.

Chegamos ao trabalho de campo com uma hipótese que explicava a presença de brasileiros na produção de soja na Bolívia levando em conta estudos da geopolítica brasileira, estudos de Questão Agrária e de compreensão da natureza do Estado e do neoliberalismo nos âmbitos nacional e internacional. Foi então que, a partir das ferramentas disponibilizadas pelos estudos de Questão Agrária, identificamos a problemática da produção de soja no campo boliviano envolvendo produtores brasileiros e formulamos a hipótese de que essa presença se dava por uma opção estratégica e geopolítica do Estado brasileiro de intervenção no país vizinho, tendo em vista os limites da fronteira agrícola apresentados no Brasil e a adoção, no nosso país, em especial nos últimos anos da década de 90, do modelo do agronegócio para a produção no campo; agronegócio monocultor, exportador de *commodities* e que despontou mundialmente no mercado da soja. A presença brasileira na produção de soja na Bolívia seria uma “atualização” dos objetivos geopolíticos tradicionais que relacionam-se direta e estritamente ao fomento de uma infra-estrutura que conecte os dois países de maneira a favorecer o Brasil. Comentaremos mais sobre isso logo adiante.

No entanto, o trabalho de campo nos mostrou uma presença brasileira que deu-se nas duas últimas décadas por um movimento migratório espontâneo, individual e gerado principalmente em função do preço da terra, bastante baixo na Bolívia em relação ao Brasil, e portanto acessível a produtores de pequeno e médio porte. Isso não quer dizer que esse núcleo de produtores não tenha conformado uma elite de poder local e que conta com conexões internacionais, com o ramo produtivo respectivo no Brasil.

A partir dessa constatação, passamos a observar a problemática brasileira na produção de soja na Bolívia, sua inserção econômica, política e social na região de Santa Cruz e os desdobramentos existentes em termos nacionais e de relação bi-lateral com o Brasil. A primeira fase do trabalho de campo, que consistiu em pesquisa exploratória, identificou diversos sujeitos envolvidos na esfera produtiva em questão, culminando em um material de

cerca de 30 entrevistas, das quais selecionamos 16 para compor, de forma representativa e não redundante, o corpo analítico deste trabalho.

É importante ressaltar que, durante o trabalho de campo, deparamo-nos com a inexistência de dados estatísticos governamentais que comprovassem a narrativa que estávamos construindo acerca do nosso objeto de estudo. Nos demos conta, através dos próprios entrevistados e também pelos funcionários dos organismos estatais bolivianos, que o país não conta com tais dados (como titulação completa das terras e identificação de nacionalidade do proprietário, área de atuação econômica dos migrantes, etc.). Muitas vezes o que encontrávamos nos ministérios eram os mesmos dados produzidos pelas agremiações do setor produtivo, o que nos impediu de confrontar objetivamente as visões do público e do privado acerca do tema.

Contudo, com um rico material de entrevistas em mãos, nos voltamos para os sujeitos dessa história e construímos uma análise do caso fazendo uso de ferramentas da sociologia. Primordialmente elegemos Pierre Bourdieu, através do qual pudemos refletir sobre a “ação prática” tanto no âmbito do pesquisador e da construção de uma análise por meio de pesquisa de campo, como no âmbito da prática do próprio sujeito estudado e entrevistado. De Bourdieu também aproveitamos as noções de construção do “espaço social” através das “estruturas simbólicas”, e assim construímos a interpretação do nosso universo empírico por meio dos depoimentos colhidos em entrevistas. A apresentação teórica de tais ideias consta da parte oito do presente trabalho, permeando a exposição e análise do estudo de caso¹⁵.

3.1 A Geopolítica, a Questão Agrária e a formulação da primeira hipótese de pesquisa

3.1.1 Geopolíticas: do mundo para o Brasil e do Brasil para a região

¹⁵ Acerca do debate sobre sociologia e ação política a partir de Pierre Bourdieu conferir também SUÁREZ, H. J. Sociología y acción: un debate abierto. In: BENAVENTE, C. et al. **Bourdieu leído desde el sur**. La Paz: Plural, 2000.

Na medida em que esta dissertação se trata de um estudo do desenvolvimento de uma esfera produtiva de um país – Bolívia – impulsionado por agentes de um outro país – Brasil – que passam a inserir-se tanto de forma social, política e econômica, como espacialmente, utilizamos para a formulação da hipótese de pesquisa e utilizaremos para a análise alguns elementos da Geopolítica.

Ainda que em campo tenhamos constatado que o fenômeno da presença brasileira na produção de soja na Bolívia não tenha sido parte de uma estratégia do Estado brasileiro, elaboramos tal hipótese a partir de algumas características da história da geopolítica de nosso país. Tal “história geopolítica”, além de demonstrar a construção desta hipótese, em muito nos ajuda a compreender e explicar o comportamento do Estado brasileiro em relação ao Estado vizinho boliviano (elemento este componente da análise do nosso estudo de caso) e temos interesse em expô-la aqui brevemente.

O geógrafo Wanderley Messias da Costa, em seu livro “Geografia Política e Geopolítica” (2008 [1991]), faz uma interessante exposição sobre a conformação da disciplina da Geopolítica ao mesmo tempo em que localiza histórica e conjunturalmente os fatos das relações entre os diversos Estados do mundo. O autor percorre também o pensamento geopolítico brasileiro, o que nos é particularmente interessante; apresentaremos a seguir alguns representantes desta corrente destacados por Costa.

A Geopolítica, uma disciplina que nasceu como a “geografia política da guerra” (COSTA, 2008 [1991], p.57), segue sendo útil para a reflexão do relacionamento internacional mesmo quando este se refere a questões econômicas e privadas, como no nosso estudo de caso.

Sobre as relações entre Estado e território, ele descreve:

É sem sombra de dúvida que o surgimento da geografia política e sobretudo da geopolítica são um produto do contexto europeu na virada do século XIX para o XX [...]. Num plano mais geral, entretanto, não se pode esquecer que o interesse pelos fatos referente à relação entre espaço e poder também manifestava um momento histórico que envolvia o mundo em escala global, caracterizado pela emergência das potências mundiais e, com elas, o imperialismo como forma histórica de relacionamento internacional. Em outros termos, as estratégias dessas potências tornaram-se antes de tudo globais, isto é, “projetos nacionais” tenderam a assumir cada vez mais um conteúdo necessariamente internacional (2008 [1991], p.58).

É a partir dessa ideia que construímos nossa primeira hipótese, considerando que, contemporaneamente, “grandes Estados periféricos”¹⁶ como o Brasil passam a construir seus projetos nacionais pautados na sua influência sobre os seus vizinhos menores. Ainda que a questão da presença brasileira no desenvolvimento da cadeia produtiva da soja não tenha se tratado disso, essa postura do Brasil em relação à Bolívia e os demais países da região é verificável.

Os conceitos de *potência mundial* e *imperialismo* acham-se intimamente ligados quando nos referimos ao período histórico que se inicia em meados do século XIX. Ambos expressam, em primeiro lugar, a expansão do capitalismo baseado na industrialização crescente (a chamada Revolução Industrial) e na reprodução ampliada do capital, assumindo cada vez mais (especialmente a partir do final do século) a sua forma monopolista. Em segundo, manifestam o caráter dessa expansão, que é simultaneamente um notável crescimento (acompanhado da concentração e centralização) de capitais industriais e bancários em poucos países e a sua desigual internacionalização (COSTA, 2008 [1991], p.59).

O processo descrito, que se passa há mais de um século, quando da expansão do capitalismo mundialmente e consolidação dos Estados nacionais¹⁷, pode ser observada regionalmente nos dias de hoje. Em relação à Bolívia, para citar dois exemplos, o Brasil foi, e continua sendo, o principal fornecedor de tecnologia para o desenvolvimento pecuário e sojeiro¹⁸, além de estar financiando empresas nacionais para a construção de estradas no país vizinho¹⁹. Em sua obra, Wanderley Messias da Costa enfatiza que, no pensamento geopolítico brasileiro, prevaleceu a concepção de que a geopolítica seria uma leitura dos fatos históricos e das características geográficas em uma perspectiva de movimento (2008 [1991], p.183).

José William Vesentini, em “A Capital da Geopolítica”, diz que:

[a geopolítica] é um discurso do Estado capitalista sobre o espaço geográfico; é o conhecimento (sempre voltado para a ação) que visa assegurar e fortalecer a soberania de um Estado nacional tanto em relação aos demais Estados como sobre o seu território, no seio da sociedade onde ele encontrou razão de existir (1986, p.57).

¹⁶ O conceito “grandes Estados periféricos”, cunhado pelo embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, será trabalhado no item 3.3 deste capítulo.

¹⁷ Sobre o tema, conferir: LENIN, V. I. **El imperialismo, fase superior del capitalismo** [1916]. Pekin: Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1975.

¹⁸ Cf. apêndice A, entrevista com Federico M.

¹⁹ Sobre o tema, conferir http://www.infolatam.com/entrada/lula_y_morales_formalizaran_credito_de_b-15583.html. Acesso em 20 Abr. 2010.

O interesse geopolítico do território boliviano para o Brasil é descrito por Leonel Itaussu Almeida Mello em “A Geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata” (1997 [1987]), como uma alternativa ao domínio representado pelo Argentina. Ele fala da analogia traçada pelo general brasileiro Mário Travassos, nos anos 30, com a formulação de Halford Mackinder²⁰ sobre a eurásia, a partir do conceito de *heartland*:

No campo intelectual, a geopolítica de Travassos sofreu uma influência determinante de Mackinder, com sua teoria sobre o poder terrestre. Essa teoria foi reelaborada e aplicada de forma criadora às condições peculiares do continente sul-americano, com o planalto boliviano assumindo o papel de área-chave com importância análoga à do “heartland” euroasiático. **Para Travassos, o controle da Bolívia, região-pivô do continente, outorgaria ao Brasil o domínio político-econômico sulamericano** (1997 [1987], p.73, grifo nosso)

Costa também comenta a obra de Mário Travassos:

Como medida destinada a conter esse domínio argentino, Travassos propõe a plena utilização, pelo Brasil, das potencialidades das vias fluviais amazônicas para uma rede de circulação que articulasse esse *heartland* boliviano à costa atlântica brasileira (a começar pela utilização do rio Madeira), apoiada pela ferrovia Madeira-Mamoré. Em suma, tratava-se, em seu esquema, de opor a “espontaneidade viária da Amazônia” ao “artificialismo da atração ferroviária platina”. [...] Todas as propostas do autor, em especial as referentes a uma necessária estratégia de comunicações para o país, giram em torno da **influência brasileira na porção ocidental do continente**, com repercussões nas áreas de contato ao sul (Uruguai) e ao norte (limites setentrionais da Amazônia). **Daí a sua especial atenção para as vias terrestres de articulação: entre Santa Cruz de la Sierra e o porto de Santos (ferrovia Noroeste do Brasil)**, a Madeira-Mamoré, as pontes Brasil-Paraguai e as transcontinentais orientadas segundo os paralelos. **Particularmente a ligação com Santa Cruz, ao lado da melhoria das vias navegáveis amazônicas, constitui para ele a possibilidade de o país cumprir o seu “destino geopolítico”** (2008 [1991], pp.197-198, grifos nossos).

Diante disso, percebemos que a elaboração geopolítica brasileira envolvendo a Bolívia data de mais de um século atrás. Não poderia ser diferente em relação ao país com o qual mais dividimos nossas fronteiras. Ao longo deste trabalho também podemos apreender informações

²⁰ Sobre Mário Travassos e Halford Mackinder, conferir: COSTA, W. M. **Geografia Política e Geopolítica** [1991]. São Paulo: Edusp, 2008; e MELLO, L. I. A. **A geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata** [1987]. São Paulo: Annablume, 1997.

sobre a integração ferroviária da Bolívia com a Argentina, e assim inferir a respeito da disputa geopolítica na região.

Costa comenta também sobre Golbery do Couto e Silva, outro importante formulador geopolítico brasileiro, agora acerca do período da Guerra Fria:

[...] o alinhamento do autor às teses norte-americanas (principalmente as de Spykman), em relação à defesa do hemisfério ocidental e ao papel que caberia ao Brasil nesse quadro mundial, deve ser explicado tanto por suas posições ideológicas e políticas (defesa da “civilização cristã-democrática-liberal”) como por sua análise (geopolítica). Afinal, ele sabia que o Brasil era uma peça importante no esquema de defesa da América do Sul (particularmente do Atlântico Sul) contra eventuais ameaças do grande “inimigo oriental comunista”, a URSS. Golbery coloca-se, assim, como o interlocutor local de Spykman, respondendo positivamente aos apelos de 1942 do geopolítico norte-americano, para que o Brasil e os demais países sul-americanos deveriam assumir regionalmente as tarefas estratégicas da defesa do Novo Mundo (2008 [1991], p.200).

De certa forma essas “tarefas estratégicas” foram cumpridas, ao menos ideologicamente, pelas ditaduras militares ocorridas no nosso continente. E como nos indica Costa, Golbery do Couto e Silva também interage com a ideia do território boliviano enquanto *heartland* e coloca como primordial uma estratégia brasileira rumo ao ocidente sul-americano. É interessante lembrar que não só as forças do Estado nacional pensavam assim; a guerrilha revolucionária liderada por Ernesto Che Guevara também havia elegido o território boliviano para a disseminação de sua ação pelo continente. E foi nele, na cidade de Valle Grande, departamento de Santa Cruz, que o famoso personagem foi capturado e assassinado pelo exército boliviano no final da década de 60²¹.

E ainda sobre Golbery do Couto e Silva:

[...] o autor entende que cada vez mais a geopolítica vincula-se à política nacional de integração e valorização territoriais, enquanto a estratégia de segurança nacional estaria associada à geoestratégia (a posição brasileira face às relações internacionais). Esta última, a seu ver, dada a permanência de focos de instabilidade no continente sul-americano, deve ser, antes de tudo, uma “geoestratégia de contenção”. A ideia geral de que cabe ao Brasil um papel preponderante no continente sul-americano e na defesa do hemisfério ocidental denota que, apesar de o autor não nutrir aspirações explícitas de um “Brasil-Potência” (objetivo que não inclui em seus

²¹ Mais informações sobre o tema em: SADER, E (Org.). **Che Guevara** – Política. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

“objetivos permanentes”), a sua posição geopolítica geral as inclui. É o que se deduz da associação que faz entre *projeção interna* e *projeção externa* [...] (COSTA, 2008 [1991], p.205).

Ainda que o mito do Brasil-Potência, característico da ditadura militar no nosso país, tenha sido refutado por outros teóricos (COSTA, 2008 [1991]), é possível observar que o Brasil seguiu atuando à frente nas decisões políticas e econômicas do continente, e muitos autores, de diferentes correntes²², seguiram enumerando os elementos que conferem a certo país a potencialidade de tornar-se potência. De certa forma é o que faz Samuel Pinheiro Guimarães em seu ensaio “Quinhentos anos de periferia” (2007 [1999]), ao qual nos ateremos melhor um pouco mais adiante.

Wanderley Messias da Costa, na sua obra de vinte anos atrás, faz uma consideração que tomamos como atual e útil à nossa pesquisa:

[...] tarefa teórica atual de desvendar os complexos mecanismos do poder que envolvem o espaço na época contemporânea, em que a combinação entre poder político, poder empresarial e tecnologia compõe estruturas de relação extremamente complexas (2008 [1991], p.218).

Retomando: partíamos da hipótese de que “o avanço da fronteira agrícola do centro-oeste brasileiro em direção à Bolívia nas últimas décadas se dá em decorrência da opção do Estado brasileiro pelo desenvolvimento da agricultura sob os moldes do agronegócio, assim como pela não realização da reforma agrária, extrapolando os limites territoriais do país vizinho numa postura que subjuga a soberania daqueles em aliança com a elite agrária local”.

A idéia aqui expressa é a de um planejamento geopolítico brasileiro de tipo imperialista, ou subimperialista, com uma análise de alianças entre as burguesias agroindustriais dos dois países. Ao longo do trabalho de campo, ao tomar contato com bibliografia boliviana sobre seu próprio desenvolvimento agrícola, ao identificar os setores envolvidos na produção agrícola de Santa Cruz, ao fazer entrevistas, foi possível perceber que o movimento não fora exatamente esse. Inclusive, apenas ao pisar em território boliviano é que foi constatado que a zona agrícola dominada por estrangeiros, e conseqüentemente

²² Esse ponto do debate é apresentado em COSTA, W. M. **Geografia Política e Geopolítica**. São Paulo: Edusp, 2008, pp.211-216.

brasileiros, não está na faixa de fronteira terrestre com os estados brasileiros, mas a mais de 50 quilômetros da linha que divide os dois países.²³

Essa hipótese considerava o Estado brasileiro como um ator que agiria previa e planejadamente na efetivação dessa presença na Bolívia. O que vimos, no entanto, é que o fluxo das pessoas, dos produtores, deu-se antes. Logicamente há, em função disso, a atuação do Estado brasileiro na questão e, portanto, a presença dos brasileiros produzindo na Bolívia é sim uma questão diplomática.

3.1.2 Estudos de Questão Agrária: ferramenta para a leitura do desenvolvimento do capitalismo no campo

A Questão Agrária refere-se a um conjunto de problemas e contradições gerados pelo desenvolvimento do capitalismo no campo. Tais problemas implicam numa oposição entre o modelo capitalista de desenvolvimento do campo e a superação dele. Esse desenvolvimento capitalista necessariamente gera lutas em sua oposição (MANÇANO, 2006b).

No nosso estudo, partimos do debate histórico acerca da Questão Agrária, mas principalmente do acesso que tivemos à ele no que diz respeito à realidade brasileira. Observando o desenvolvimento do capitalismo no campo no Brasil, considerando a natureza mundial do capital e do capitalismo, e partindo da visão geopolítica que expusemos anteriormente, é que ousamos arriscar uma interpretação de cunho geopolítico para a presença brasileira no desenvolvimento do capitalismo no campo na Bolívia contemporaneamente.

Se tal hipótese não pôde ser confirmada tal qual projetada, tampouco sua fundamentação teórica deve ser descartada. Ainda que a Bolívia seja um universo bastante distinto do brasileiro, o seu desenvolvimento, na medida em que inserido no mundo capitalista, pôde ser apreendido a partir do debate da Questão Agrária de que dispúnhamos. Através de suas ferramentas, inclusive, pudemos detectar as peculiaridades bolivianas no

²³ É importante ressaltar que sim, há presença e domínio de brasileiros – e conflitos – nas faixas de fronteira da Bolívia com o Brasil, mas que tais brasileiros realizam atividades de outra natureza, ou, quando agricultura, não ocorrem com a mesma expressividade que nas outras regiões do departamento boliviano de Santa Cruz. Cf. apêndices A, D e F, entrevistas com Federico M., Nilson M. e Adalberto Kopp, respectivamente.

processo de desenvolvimento homogeneizador que observamos com as décadas de neoliberalismo. Afinal, da Questão Agrária, assim como da Geopolítica, estamos interessados na relação entre espaço e poder.

Sendo assim, é dentro dos estudos de Questão Agrária que encontramos aportes teóricos que permitem compreender o desenvolvimento do sistema capitalista em geral, e no campo em específico, ao longo da história, podendo olhar para a Bolívia dentro de um contexto mais amplo.

O conceito “questão agrária” pode ser trabalhado e interpretado de diversas formas, de acordo com a ênfase que se quer dar a diferentes aspectos do estudo da realidade agrária. Na literatura política, o conceito “questão agrária” sempre esteve mais afeto ao estudo dos problemas que a concentração da propriedade da terra trazia ao desenvolvimento das forças produtivas de uma determinada sociedade e sua influência no poder político. Na Sociologia, o conceito “questão agrária” é utilizado para explicar as formas como se desenvolvem as relações sociais, na organização da produção agrícola. Na Geografia, é comum a utilização da expressão “questão agrária” para explicar a forma como as sociedades, como as pessoas vão se apropriando da utilização do principal bem da natureza, que é a terra, e como vai ocorrendo a ocupação humana no território. Na História, o termo “questão agrária” é usado para ajudar a explicar a evolução da luta política e a luta de classes para o domínio e o controle dos territórios e da posse da terra (STÉDILE, 1994, p.21).

Aqui utilizaremos conjuntamente as explicações que nos ajudem a compreender a divisão, ocupação, as relações sociais e de produção no campo boliviano, para então interpretar a presença brasileira em todos esses quesitos. Em uma definição abrangente,

A questão agrária resulta de um conjunto de problemas gerados pelo processo de acumulação capitalista e pelo desenvolvimento da agricultura e da pecuária, em particular. Na América Latina, está relacionada com a estrutura fundiária intensamente concentrada e com os processos de expropriação e exclusão dos camponeses, nas diversas modalidades em que produzem suas condições de sobrevivência. A resistência a esses processos se expressa na luta pela terra, pela reforma agrária e por condições dignas de trabalho. Estabelece-se assim um confronto entre as necessidades de um capitalismo voltado para o consumo de luxo e a exportação e as necessidades da massa de trabalhadores do campo, resultando em enfrentamentos violentos que marcam a questão agrária no continente (MANÇANO, 2006b, p.46).

O universo da Questão Agrária também nos ajuda aqui a conceituar os objetos estudados, no caso, no universo rural; assim adotamos a denominação “agronegócio” como a indústria agrícola necessariamente voltada à produção de *commodities* para o mercado internacional.

O conceito de agronegócio (*agrobusiness*) surgiu em meados do século XX nos Estados Unidos. A ideia era construir uma política para incrementar a participação do produtor familiar no mercado. A ênfase no mercado tornou-se a prioridade, destituindo assim a importância das outras dimensões do desenvolvimento. Essa ideia veio ao encontro dos interesses da agricultura capitalista e foi completamente incorporada pelas grandes empresas agroindustriais [...]. Agronegócio, de fato, é apenas o novo nome do modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista implantada desde a década de 50. Observando atentamente, compreende-se que esse modelo não é novo: sua origem está no sistema de *plantation*, ou agroexportador, em que grandes propriedades eram utilizadas na produção para exportação. Ao longo das diferentes fases de desenvolvimento do capitalismo, esse modelo passou por modificações e adaptações, intensificando a exploração da natureza e do campesinato. O agronegócio representa a mais recente fase do capitalismo na agropecuária, marcada pelo controle estratégico do conhecimento, da produção e do mercado, com o uso de tecnologia de ponta. Na América Latina, a noção de agronegócio difundiu-se na década de 1990, e é também uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundiária da agricultura capitalista (MANÇANO, 2006a, p.54).

Sobre as origens do agronegócio na América Latina, temos que:

Na segunda metade do século XX, o campo latino-americano sofreu profundas alterações causadas pelo modelo de desenvolvimento que gerou, ao mesmo tempo, mudanças e permanências. Com o avanço da industrialização da agropecuária, o tradicional sistema latifundiário, que durante séculos determinara a estrutura fundiária, passou por mudanças setoriais, técnicas e tecnológicas. A população rural conheceu um dos maiores êxodos da sua história. A territorialização das corporações norte-americanas e europeias ampliou seus domínios com a expansão de seus sistemas de produção. Esse conjunto de mudanças intensificou as formas de exploração do modelo agroexportador e aprofundou a expropriação dos camponeses e indígenas, gerando pobreza e miséria. As políticas de reforma agrária implantadas não conseguiram desconcentrar a estrutura fundiária (MANÇANO, 2006b, p.49).

A diferenciação entre “trabalhador rural” e “camponês”, muito utilizada para a leitura da realidade brasileira, por exemplo, se torna mais complexa no presente estudo de caso pelo fator indígena ser predominante na população boliviana. Ainda que o tema indígena não seja

especificamente um objeto nosso, não há como apresentar a questão agrária boliviana sem que esse tema esteja incluído.

A origem do campesinato latino-americano remete às civilizações ameríndias, anteriores à conquista europeia, porém foi no sistema capitalista que ele se configurou e organizou. Há o campesinato indígena, com formas particulares de organização de trabalho e produção, de acordo com sua cultura. Outra vertente é formada pelo cruzamento entre povos indígenas, africanos, europeus e asiáticos. Assim, é possível falar em diferentes tipos de campesinato, indígena e não-indígena. Ou, simplesmente, em um só campesinato latino-americano e caribenho, que se constituiu com o desenvolvimento do capitalismo, a partir encontro entre povos de diversas partes do mundo (MANÇANO, 2006b, p.48).

Com base em algumas noções que podem ser aplicadas ao contexto latino-americano em geral, como as apresentadas acima, e também com dados a respeito da evolução produtividade da soja no Brasil, é que podemos inferir, antes do trabalho de campo, a respeito do caminho que tomava a Bolívia no que se refere à esse produto. A presença brasileira além das nossas fronteiras também era conhecida, ainda que com mais importância no território paraguaio.

Um bom exemplo desse processo [desenvolvimento do capitalismo no campo *versus* conflituosidade] é o caso da soja, um dos produtos primários mais expressivos do agronegócio mundial. Na safra 2003-2004, foram produzidos [em todo o mundo] 186 milhões de toneladas e, de acordo com as projeções, a previsão é de que se chegue a 300 milhões de toneladas em 2020. Na América Latina, a Argentina, o Brasil, o Paraguai e a Bolívia são os países com melhores perspectivas de expansão desse produto [...]. O impacto social e territorial da soja vem provocando a desterritorialização de camponeses e indígenas, na medida em que o agronegócio se mostra extremamente agressivo para viabilizar a exploração da monocultura em grande escala (MANÇANO, 2006b, p.50).

Do ponto de vista do desenvolvimento do pensamento acerca da Questão Agrária, que sempre esteve ligado à reflexão sobre o desenvolvimento do capitalismo, nos parece importante destacar os estudos de Karl Kautsky e Vladimir Lenin.

O primeiro estudo específico sobre a questão agrária foi desenvolvido pelo alemão Karl Kaustky no final do século XIX. Em “A questão agrária” (1980 [1900]), o autor faz uma análise das transformações produtivas e sociais do campo na Europa num momento em que o sistema capitalista se transformava e já se integrava mundialmente. Também Lenin, em “O

desenvolvimento do capitalismo na Rússia” (1982 [1889]), traz formulações teóricas que permitiram analisar as transformações produtivas no campo em diversas situações; encontramos muitas análises sobre o processo boliviano que adotamos, e assim também o faremos. Em Paz Ballivian (1983) encontramos os dois conceitos fundamentais elaborados por Lenin e que nortearão o nosso estudo. Em relação à via *farmer*, ele nos lembra que:

[...] la ruptura de la antigua economía terrateniente destruyendo todos los restos de la servidumbre y ante todo la gran propiedad del terrateniente. En ese caso, la base del tránsito definitivo del sistema de pago en trabajo al capitalismo, es el libre desarrollo de la pequeña hacienda campesina (PAZ BALLIVIAN, 1983, p.15)

E sobre a via *junker*, na qual:

[...] la base del tránsito definitivo del sistema de pago en trabajo al capitalista, es la transformación interna de la economía terrateniente basada en la servidumbre, y todo régimen agrario del estado, al transformarse en capitalista, conserva aún por mucho tiempo rasgos de servidumbre (PAZ BALLIVIAN, 1983, p.16)

É importante fazer uma leitura da Questão Agrária boliviana também a partir desses autores “clássicos” da área, e, a partir de então, avançar para uma análise das peculiaridades. Acreditamos que o avanço do debate teórico sobre o tema no Brasil nos ajudará a compreender a realidade boliviana, na medida que, durante os meses de campo, o contato com as particularidades do país vizinho nos pareceram passíveis de tal tarefa.

Utilizaremos aqui as idéias sintetizadas por Ariovaldo Umbelino de Oliveira, teórico da geografia agrária, em artigo constante de sua obra “O campo no século XXI – território de vida, de luta e de construção da justiça social”²⁴. A análise que o autor faz acerca de território e poder traz dois conceitos que nos permitem compreender o estudo de caso no contexto do capitalismo neoliberal: “territorialização do capital” e “monopolização do território”. É importante ressaltar, no entanto, que Ariovaldo Umbelino de Oliveira faz uma reflexão sobre a realidade brasileira, ainda que o debate da Questão Agrária seja internacional relativo ao modo-de-produção capitalista.

²⁴ A obra é organizada juntamente com Marta Inez Medeiros Marques.

A lógica do desenvolvimento do modo capitalista de produção é, pois, gerada pelo processo de produção propriamente deito (reprodução ampliada/extração de mais-valia/produção do capital/extração da renda da terra), circulação, valorização do capital e a reprodução da força de trabalho. É essa lógica contraditória que constrói/destrói *formações territoriais* em diferentes partes do mundo ou faz com que frações de uma mesma formação territorial conheçam dinâmicas desiguais de valorização, produção e reprodução do capital, conformando as regiões. **Trabalhamos, pois, com o princípio contraditório de que, ao mesmo tempo em que o capital se mundializou, mundializando o território capitalista, a terra se nacionalizou.** É, pois, também dessa contradição que nasce a possibilidade histórica do entendimento das diferentes e desiguais formações territoriais e das regiões como territorialidades concretas, totalidades históricas, portanto, da espacialização contraditória do capital (produção/reprodução ampliada) e suas articulações com a propriedade fundiária, ou seja, a terra. **Assim, volto a insistir que o capital é na sua essência internacional, porém a lógica que envolve a terra é na essência nacional** (OLIVEIRA, 2004, p.41, grifos nossos).

Segundo este autor, o processo que ocorre na agricultura atualmente é uma junção justamente do que havia sido separado pelo capitalismo em seu início, a indústria e a agricultura. Isso acontece porque, nos dias de hoje, o capitalista pode também ser dono de terras, latifundiário, além de ter desenvolvido maneiras de impelir ao campesinato a produzir apenas para a indústria (OLIVEIRA, 2004, p.41). Esses são os processos chamados de “territorialização do capital” e “monopolização do território”.

O que esse contraditório desenvolvimento capitalista no campo revela é que, no primeiro caso, o capital se territorializa. Trata-se, portanto, da *territorialização do capital* monopolista na agricultura. No segundo caso, esse processo contraditório revela que o capital monopoliza o território sem, entretanto, se territorializar. Trata-se, pois, da *monopolização do território* pelo capital monopolista. No primeiro mecanismo no qual o capital se territorializa, ele varre do campo os trabalhadores, concentrando-os nas cidades, quer para ser trabalhadores para a indústria, comércio ou serviços, quer para ser trabalhadores assalariados no campo (bóias-frias). Nesse caso, a lógica especificamente capitalista se instala, a reprodução ampliada do capital se desenvolve na sua plenitude. O capitalista/proprietário da terra embolsa simultaneamente o lucro da atividade industrial e da agrícola (da cultura da cana, por exemplo) e a renda da terra gerada por essa atividade agrícola. A monocultura se implanta e define/caracteriza o campo, transformando a terra num “mar” de cana, de soja, de laranja, de pastagem etc. (OLIVEIRA, 2004, p.42).

Pelo fato de a América Latina estar cada vez mais integrando-se ao agronegócio e ao mercado mundial de *commodities* é que buscamos construir a nossa análise do estudo de caso

a partir de conceitos que tenham sido elaborados com base nesta realidade; neste quesito, encontramos eco no processo boliviano em relação ao que vínhamos observando no Brasil.

3.2 Alguns apontamentos sobre a natureza do Estado

Esse item acerca da natureza do Estado é para nós quase como uma ressalva; consideramos importante tais apontamentos para certificar que as abordagens apresentadas anteriormente decorrem de uma concepção de Estado.

Na perspectiva descrita anteriormente, trataremos aqui do conceito marxista a respeito do Estado. Como dizem diversos autores, Karl Marx não teorizou especificamente sobre o Estado; quem o fez maiormente foi Friedrich Engels (1987 [1884]). No entanto, há inúmeras discussões sobre o legado de Marx e a nossa concordância de sua análise estrutural do capitalismo possibilita uma compreensão peculiar sobre o que caracteriza o Estado moderno. Isso é verificável em seus primeiros escritos políticos. Em sua “Crítica à filosofia do Direito de Hegel” (2006 [1843]), Marx dialoga com Hegel sobre seu idealismo e acerca das concepções das estruturas do Estado – a burocracia e a sociedade, bem como sobre a concepção de bem-comum e de razão (JESSOP, 1983).

In this respect it is important to consider the recurrent thesis that the state is an instrument of class rule. This approach can be assimilated to economic reductionism through the assumption that the economic base determines the balance of political forces in the struggle for state power as well as the institutional form of the state as an instrument over whose control political struggle is waged. But it can also be developed in a voluntarist direction focusing on the more or less independent role of political action in the transformation of the economic base and the conduct of class struggle. This means that it is essential for us to examine the precise interpretation (if any) which Marx and Engels themselves placed upon the instrumentalist thesis (JESSOP, 1983, p.12).

A partir da idéia de Bob Jessop acima exposta, temos que a concepção de Marx e Engels a respeito do Estado é de que ele é um instrumento de dominação de classe; ele não

“serve” aos interesses da classe dominante, senão sustenta sua reprodução social. O Estado se desenvolveria com a divisão social do trabalho assim como refletiria a base econômica da sociedade. Essa é a concepção do Estado instrumental. Sob essa leitura ele é um aparato que surge a partir de determinadas condições de desenvolvimento produtivo da sociedade, e realiza-se em um governo apartado de qualquer controle pelo povo, e que, por sua vez, é por ele controlado. Contudo, o desenvolvimento capitalista permite e por vezes requer mudanças no aparato estatal para que se mantenha garantido seu sistema de acumulação. A questão da separação entre o Estado e a sociedade civil aparece de forma polêmica entre Marx e Engels; o segundo defende uma burocracia neutra e mediadora de tal relação enquanto o primeiro afirma que a burocracia não faz senão reproduzir o antagonismo da sociedade civil dentro do Estado (CAMPOS, 2004).

Jessop, em *“The capitalist State”* (1983), apresenta a dualidade entre as concepções instrumentalista e corporativista sobre o Estado. Essa última está expressa nas formulações de Nicos Poulantzas, para quem o Estado é o palco das forças sociais, o responsável pela organização da hegemonia dentro do bloco de poder, refletindo e condensando as contradições de classe. Assim defende que o poder do Estado é o poder da classe que o comanda em determinada conjuntura, podendo haver alternância entre elas. Contudo, o Estado sempre corresponderá aos interesses da classe no poder (CAMPOS, 2004).

Poulantzas formula tal teoria, na França, em pleno vigor da social-democracia – forma ideológica correspondente ao estágio de desenvolvimento intensivo do modo-de-produção capitalista (DEÁK, 2004). Este período ousou questionar, a partir do próprio funcionamento do chamado Estado de bem estar social, a teorização marxista do Estado a partir da qual se sugere a superação do sistema capitalista. A partir do século XX e da consolidação do Estado moderno, a teorização sobre o Estado passa a ser tema quase que exclusivo dos marxistas, enquanto aparece ideologicamente pela concepção burguesa como algo imutável passível apenas de discussão acerca de sua gestão (CAMPOS, 2004).

Ainda assim o próprio pensamento marxista atravessa os anos com dúvidas e embates: Poulantzas, à sua época, afirma, no texto *“O problema do Estado capitalista”* (1975), que a teoria do Estado e do poder político estava sendo abandonada pelo pensamento marxista (ele faz uma ressalva quanto a Antonio Gramsci) em função das diferentes fases do movimento operário; aqui tentamos observar as interpretações acerca do Estado e do modo-de-produção capitalista também à luz dos eventos políticos e das forças sociais que se fazem presentes em tal reflexão. Diz ainda que houve um abandono do estudo teórico do Estado na Segunda e na

Terceira Internacional depois de Lenin; segundo Poulantzas, as frequentes e dominantes concepções economicistas decorreriam da ausência de estratégia e objetivos revolucionários. Coloca também que, nesse contexto, as concepções burguesas de Estado e poder político ocupavam de maneira incontestada o terreno da teoria política. Essa afirmação se expressa no conhecido debate entre Poulantzas e Ralph Miliband, ambos marxistas na abordagem do Estado como corporativo, no qual o primeiro acusa o segundo de não evitar “[...] ser indevidamente influenciado pelos princípios metodológicos de seu adversário (POULANTZAS, 1975, p.13)”.

Nos deteremos próximos, aqui, da concepção instrumental do Estado, enxergando-o à luz da noção de que ele garante a dominação e os interesses da classe dominante de maneira impessoal, anônima e por meio do aparato legal, de maneira que pareça neutro e desvinculado de qualquer interesse particular de um grupo em favor do conjunto da sociedade (CHAUÍ, 2006 [1980]). Atualmente a forma ideológica neoliberal (DEÁK, 2004 [1990]) desempenha e garante brilhantemente a continuidade da acumulação capitalista (BATISTA JR., 2005).

3.3 A relação entre os Estados e o nosso estudo de caso

O nosso estudo de caso propriamente dito trata-se de observar e compreender a influência da presença brasileira no desenvolvimento da cadeia produtiva da soja na Bolívia. A simples descrição desse processo já contempla o estudo, e é o que fazemos na parte oito deste trabalho.

No entanto, nos parece também interessante inferir o que de tal processo revela características a respeito do relacionamento estatal entre Brasil e Bolívia nos tempos de neoliberalismo, e assim poder tecer alguns comentários. Afirmamos isso pois, durante o trabalho de campo, a investigação sobre o recorte temático nunca veio desacompanhada de uma visão mais ampla da geopolítica entre esses países e o nosso subcontinente sulamericano; representantes dos mais diversos setores sociais na Bolívia não deixavam de expressar sua opinião sobre o vizinho “gigante” Brasil.

Para tanto, nos será útil o ensaio do embaixador Samuel Pinheiro Guimarães denominado “Quinhentos anos de periferia” (2007 [1999]), de onde extraímos conceitos como “estruturas hegemônicas de poder” e “grandes Estados periféricos” para fazer uma leitura regional do cenário internacional no pós-Guerra Fria, e assim chegar ao nosso estudo de caso. Aqui trataremos do desenvolvimento de um ramo econômico (a cadeia produtiva da soja) que deu-se sobretudo a partir dos anos de neoliberalismo, e que, para os países periféricos, significou sua vinculação internacional, seja por meio do comércio exterior ou da reorientação de suas políticas – consolidadas com o Consenso de Washington, por exemplo, de uma forma muito mais profunda.

A relação centro-periferia pode se dar, como historicamente ocorreu, quando mais de um sistema cêntrico atua no cenário internacional, formando-se, concomitantemente, diversos sistemas periféricos. No século XIX e primeiras décadas do XX, alguns países europeus atuaram como centros de diversas áreas coloniais ou dependentes na África e na Ásia, com os Estados Unidos funcionando como o sistema cêntrico da América Latina e a Rússia predominando sobre regiões circunvizinhas. O sistema centro-periferia persistiu, sob nova modalidade, durante a Guerra Fria, com os Estados Unidos e a União Soviética exercendo predominância cêntrica, em diferentes patamares de hegemonia, sobre os integrantes de suas periferias, respectivamente “o mundo livre” e o chamado “socialismo real”. A implosão da União Soviética e a dissolução de um sistema comunista estruturado em escala internacional deixaram os Estados Unidos, única superpotência e maior centro econômico-tecnológico do mundo, em condições de exercer, potencialmente, uma incontestável hegemonia planetária (JAGUARIBE, 2007 [1999], p.11, grifo nosso).

Hélio Jaguaribe, em prefácio à obra de Samuel Pinheiro Guimarães supramencionada, ressalta que, ainda que a predominância estadunidense possa ser óbvia, ela não chegou a ser universal porque há no sistema internacional²⁵ a participação de outras potências autônomas, como a União Européia (UE) e a China, além dos chamados “grandes Estados periféricos”, conceitualizados pelo embaixador, como Índia, Irã e Brasil (2007, p.12).

A colocação do Brasil no sistema internacional no pós-Guerra Fria e anos de neoliberalismo em muito se deu por meio do Mercado Comum do Sul (Mercosul), numa atitude de posicionar-se politicamente tanto perante aos países do centro como em relação aos seus pares da periferia.

²⁵ “Sistema internacional é o conjunto constituído pelas unidades políticas [Estados e Organizações Internacionais] que mantêm relações regulares entre si e que são suscetíveis de entrar numa guerra geral. São membros integrais de um sistema internacional as unidades políticas que os governantes dos principais Estados levam em conta nos seus cálculos de força” (ARON, 1979 [1905], p.122).

Vale assinalar, a respeito do Mercosul, duas relevantes considerações. A primeira diz respeito ao fato de que o Mercosul não é apenas um sistema que ampliou, extraordinariamente, o comércio exterior de seus membros, representando o principal mercado do Uruguai e do Paraguai, cerca de 40% do argentino e quase 20% do brasileiro. Mais do que um mercado comum, o Mercosul é o principal instrumento para promoção dos interesses internacionais de seus partícipes e exerce um imenso efeito multiplicador sobre a influência que cada um deles – inclusive o Brasil – poderia individualmente ter no sistema internacional. A segunda importante consideração relativamente ao Mercosul é o fato de que esse sistema constitui uma condição *sine qua non* para permitir que seus partícipes identifiquem aqueles seus setores econômicos que dispõem de potencial para alcançar níveis internacionais de competitividade e, assim, possam atuar de sorte que logrem em futuro não distante, se inserir competitivamente no processo de globalização [...] (JAGUARIBE, 2007 [1999], pp.15-16).

É interessante observar o poder regional que adquire o Brasil a partir de então. Com relação à Bolívia, por exemplo, ao mesmo tempo em que está presente enquanto Estado ao fomentar diversos quesitos do desenvolvimento interno do vizinho menor, como a construção de estradas na Amazônia boliviana por empreiteiras brasileiras, podemos ver, a partir das nossas entrevistas (apresentadas na parte oito deste trabalho) que o Mercosul representa uma ameaça para a Bolívia em termos de sua relação com a Comunidade Andina de Nações (CAN), também referida simplesmente por mercado andino. Guardadas as devidas proporções e diferenças de relevância comercial e geopolítica regional entre Brasil e Bolívia, podemos comparar ao efeito negativo que a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) surtiria para o Brasil em comparação com as potencialidades que ele conta em estar à frente no Mercosul.

Nos parecem interessantes as idéias de Samuel Pinheiro Guimarães na medida em que ele demonstra que os “[...] *constrangimentos internacionais não são superáveis por um país periférico se este não dispuser de satisfatórias condições domésticas*” (JAGUARIBE, 2007 [1999], p.16). Ao fim e ao cabo, o “fenômeno” da presença brasileira no desenvolvimento da cadeia produtiva da soja na Bolívia toca em questões importantes do desenvolvimento interno desse país e da sua vinculação ao mercado internacional – e, por que não, ao sistema internacional.

Sobre a caracterização dos “grandes Estados periféricos”, temos que:

Os grandes países periféricos são sociedades e Estados que exibem diferenças extraordinárias. Alguns, como a Índia, são sociedades de civilização não-ocidental, de origem milenar e consolidada. Outros, como o

Brasil, são sociedades de raízes ocidentais, recentíssimas e em processo de formação. Todavia, recentes ou antigas, homogêneas ou heterogêneas, todas as sociedades periféricas estão sujeitas ao impacto ininterrupto das ideias, dos costumes e das políticas geradas no centro da sociedade internacional, difundidos pelos meios globais de comunicação. [...] As sociedades periféricas se encontram isoladas entre si e se vêem umas às outras pelos olhos vigilantes dos países centrais (GUIMARÃES, 2007 [1999], p.21).

Apesar disso, podemos notar, a partir da década de 2000, que a periferia que corresponde à América Latina, ao menos, têm enfrentado movimentos de resistência por parte da sociedade civil, assim como observamos a chamada “onda de governos progressistas” no continente. Encontramos na Bolívia a expressão desse questionamento, ainda que as bases econômico-materiais deste país para uma superação nos moldes tradicionais do desenvolvimento capitalista sejam escassas.

Grandes Estados periféricos são aqueles países não-desenvolvidos, de grande população e de grande território, não-inóspito, razoavelmente passível de exploração econômica e onde se constituíram estruturas industriais e mercados internos significativos. A importância econômica efetiva de uma população numerosa depende de seu nível educacional, de sua saúde e de sua produtividade (que depende, por sua vez, do estoque de capital) e, portanto, de sua renda. **Ainda que os indicadores de educação, saúde e produtividade desses países não sejam altamente positivos, é inegável que uma população numerosa, em um território extenso, traz, em si, um grande potencial econômico, científico, tecnológico, militar e político** (GUIMARÃES, 2007 [1999], pp.26-27, grifo nosso).

A partir daqui podemos avaliar a diferença de posição do Brasil e da Bolívia. De acordo com esses preceitos de Samuel Pinheiro Guimarães, preconizados no final da década de 90, o Brasil tem, e já tinha, potencial para projetar-se no cenário internacional de forma a apresentar índices sociais mais dignos à sua população; um avanço que observamos ínfimo. No entanto, ainda assim, a participação internacional, e, principalmente, regional do nosso país tem sido crescente; podemos observar isso dentro do movimento de governos eleitos por anseios antagônicos ao modelo neoliberal, como dissemos anteriormente. Essa potencialidade do Brasil o caracteriza como “grande Estado periférico” e o distingue radicalmente daqueles que são médios e pequenos países da periferia.

Arriscaremos caracterizar a Bolívia como um Estado que conta com características dos pequenos assim como também dos médios. Em termos territoriais e de diversidade natural, a Bolívia não é o menor dos Estados periféricos. Pelo contrário. Ao passo que é o 113º país do

mundo e 30° da América Latina em Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)²⁶, tem quase dois terços de seu território com floresta amazônica, além de pantanal e a maior reserva de lítio do mundo²⁷.

Sobre a diferença entre os grandes, médios e pequenos Estados periféricos, o autor enuncia:

São essas potencialidades para promover maior acumulação de capital, desenvolvimento científico e tecnológico, produção e produtividade, capacidade militar convencional e não-convencional, competitividade ampla e diversificada em nível internacional, como menor vulnerabilidade e choques e pressões externas, que distinguem os grandes países periféricos dos demais países da periferia. Os países médios, mas muito especialmente os pequenos Estados da periferia, ainda que sejam capazes de acumular capital, desenvolver tecnologia e alcançar altos níveis de bem-estar, dadas as limitações de sua população e território, terão de desenvolver graus mais elevados de especialização produtiva e de depender em maior medida de insumos e de bens finais do mercado mundial, além de nele colocar parcela maior de sua produção. Por esse motivo, os países médios, e ainda mais os pequenos, mini e microestados, estarão mais sujeitos a choques, naturais ou artificiais, e a pressões externas, tanto políticas como econômicas. São mais vulneráveis e dependentes das estruturas hegemônicas de poder e mais sujeitos aos efeitos da evolução dos grandes fenômenos que caracterizam o cenário internacional (GUIMARÃES, 2007, p.28).

Samuel Pinheiro Guimarães utiliza o conceito de “estruturas hegemônicas de poder” para caracterizar um comportamento do sistema internacional que se basearia em mecanismos de dominação e de manutenção dela, historicamente construídos. Isso quer dizer que, ainda que os “grandes Estados periféricos” passem a atuar com mais contundência nas questões mundiais, partem de uma posição de desvantagem e encontram um cenário ainda de dominação em relação à eles.

A utilização do termo “estruturas hegemônicas de poder” dariam conta de caracterizar o relacionamento internacional dentro do capitalismo de uma maneira mais abrangente temporalmente e que não dependa de caracterizar apenas um Estado como hegemônico. Há períodos em que isso se dá – em que um único Estado tem a capacidade de organizar o sistema internacional de acordo com interesses próprios – mas também “*Um dos aspectos da condição de hegemonia é que o Estado é hegemônico à medida que tem condições de abdicar*

²⁶ ONU/PNUD. **World Development Report**, 2005. Disponível em: <http://hdr.undp.org>. Acesso em 29 Abr. 2010.

²⁷ Cf. http://www.eletrosul.gov.br/gdi/gdi/index.php?pg=cl_abre&cd=hnfaag2:%60Phje. Acesso em 09 Mai. 2010.

de algumas vantagens que sua hegemonia lhe confere em curto prazo, em benefício do objetivo maior de garantir o conjunto de seus interesses em longo prazo” (GUIMARÃES, 2007 [1999], p.30).

Sendo assim:

[...] consideramos o conceito de estrutura hegemônica mais apropriado para abarcar os complexos mecanismos de dominação. O conceito de “estruturas hegemônicas de poder” evita discutir a existência – ou não –, no mundo após-guerra Fria, de uma potência hegemônica, os Estados Unidos, e determinar se o mundo é unipolar ou multipolar, se existe um condomínio ou não. O conceito de “estruturas hegemônicas” é mais flexível e inclui vínculos de interesse e de direito, organizações internacionais, múltiplos atores públicos e privados, a possibilidade de incorporação de novos participantes e a elaboração permanente de normas de conduta; mas, no âmago dessas estruturas, estão sempre os Estados nacionais (GUIMARÃES, 2007 [1999], p.33).

O politólogo e economista alemão Ulrich Brand analisa a “internacionalização do Estado” como uma forma de dominação (informação verbal)²⁸. Em uma análise que parte do Estado de ação social em Poulantzas e Gramsci, o pesquisador afirma que, atualmente, já não é a condição de Estado-nacional a que caracteriza majoritariamente os países em desenvolvimento, e sim um Estado que seria “multiescalar”. Isso se daria porque há um nível local e um nível internacional do Estado, e considera que também há diversas relações que se dão dentro da circunscrição de um Estado mas que não são necessariamente estatais.

Tal reflexão é feita partindo da compreensão de que, com o fenômeno da globalização – neoliberal, imperialista, capitalista, como ele próprio ressalta – houve uma modificação no modo de relacionamento entre os Estados que permitiu a manutenção das estruturas de dominação, e da dominação entre eles. Essa modificação passa necessariamente pelo âmbito internacional, e coloca essa esfera de relacionamento como protagonista na trajetória política de um Estado e nas modificações a ele atribuídas. Para tanto, Ulrich Brand apresenta três dimensões, nas quais estariam classificadas a modificação do Estado a qual chama “internacionalização do Estado”.

²⁸ As análises teóricas atribuídas a Ulrich Brand foram colhidas em conferência realizada pelo próprio pesquisador, no seminário “Pensando el mundo desde Bolívia: Estado, sociedad y crisis del capital”, em abril de 2010, na cidade de La Paz, Bolívia.

A primeira dimensão estaria ligada diretamente ao fenômeno da globalização²⁹. Para ele, os tempos de globalização significam uma transição das relações de força interna e externamente a um Estado; nesse contexto pudemos observar, então, o fortalecimento dos Estados Unidos e da União Européia. Outra dimensão, e que revela o caráter de manutenção de uma dominação previamente existente à globalização, pois afirma que os Estados nunca foram soberanos, e sim estiveram sempre sob influência de forças dominantes oriundas de fora deles. Estas forças tinham potencial para transformá-los internamente, dentro de suas sociedades. O ajuste estrutural dos anos 80, por exemplo, afetava tanto países como a Bolívia como outros como a Alemanha. Uma terceira dimensão da “internacionalização do Estado” estaria ligada ao estabelecimento de grupos internacionais, como o G-8³⁰, a Organização Mundial do Comércio (OMC), além da reordenação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial após a década de 80.

Segundo Ulrich Brand, não é por acaso que as alternativas à essa internacionalização do Estado não apareçam a nível internacional, e sim local, nacional, como ocorre atualmente na Bolívia. A partir da noção de Rosa Luxemburgo sobre a perspectiva real da luta pela transformação, o autor acredita que a Bolívia está contribuindo para o debate internacional do horizonte transformador e de superação da dominação, assim como tiveram seu lugar o zapatismo na década de 90. Contudo, ressalta também que não vivemos, mundialmente, uma situação favorável à emancipação. Novamente recupera Poulantzas e ressalta que não se muda a sociedade apenas mudando a correlação de forças, e que há de ser mudada também a estrutura do Estado. Isso quer dizer que na Bolívia a batalha não está ganha. Para a mudança de modelo econômico, o Estado deve desempenhar um papel gestor protagônico, o que é um desafio não só para os gestores do Estado boliviano atualmente, em seu chamado *proceso de cambio*, nem para nenhum dos demais países em desenvolvimento.

Um outro autor que nos fornece proposições importantes é o boliviano Luis Tapia, cientista político que reflete sobre a natureza do Estado a partir da experiência contemporânea de seu país. Em sua obra “*La coyuntura de la autonomía relativa del Estado*” (2009), escreve sobre a relação entre Estado e burguesia fazendo mediações a partir da conjuntura dos momentos históricos na Bolívia. Sobre os tempos de neoliberalismo, escreve:

²⁹ Ao referirmos à globalização na análise de Ulrich Brand, estamos falando, para usar as palavras do próprio autor, em uma globalização neoliberal, imperialista e capitalista. Cientes de que há um debate mais amplo sobre as origens da globalização, nos referiremos restritamente ao período correspondente ao neoliberalismo.

³⁰ Grupo dos oito países mais ricos do mundo. Cf. www.brasilescola.com, acesso em 4 Mai. 2010.

A la vez, sin embargo, se da en el gobierno una creciente presencia de empresarios o capitalistas, lo que reduce aquello que se entiende por autonomía relativa; es decir, la dirección estatal a través de una burocracia distinta a la clase propietaria que dirige y gobierna de acuerdo a los intereses del tipo de sociedad capitalista y no de fracciones o de capitalistas particulares. Desde el 85 se dio un proceso de reclutamiento de funcionarios paratecnocráticos, a la par que gobernaban burgueses en persona. No se trataba de una burocracia que sustituyera a los empresarios en el estado, sino de una burocracia que acompañaba de manera subordinada la creciente presencia de burgueses y terratenientes en el gobierno. A través de ambos penetraba también la ideología dominante en la reestructuración política del sistema mundial (TAPIA, 2009, pp.18-19).

Com as definições de Tapia (às quais nos refiriremos também na parte oito do presente trabalho, sobretudo na conceitualização de classe), podemos compreender a formação da elite de Santa Cruz e interpretar o projeto político por ela apresentado. *“Un outro rasgo importante há sido que las ramas principales de la industria se han desarrollado post 52 bajo gestión estatal, y la burguesía dependió del financiamiento que el estado le proporcionara para existir y crecer (TAPIA, 2009, p.16)”*. Como complemento à conceitualização de Estado que trouxemos aqui anteriormente, o autor diferencia “poder de Estado” e “poder de classe”, para então justificar o que chama de “autonomia relativa do Estado”:

Por bloque político dominante sugiero entender la articulación que establecen uno o varios sujetos políticos con grupos clasistas organizados bajo modalidades corporativas y que monopolizan el ejercicio del poder de estado. **Por poder de estado sugiero entender la capacidad efectiva de imponer decisiones a individuos, a grupos o a la sociedad en su conjunto por medio del monopolio de la soberanía política o de los espacios legítimos de hacer política que deciden sobre el destino de toda la sociedad nacional. Cabría distinguir el poder de estado del poder de clase que puede desplegarse o ejercerse en la empresa, la localidad, la región, pero que no se convierte necesariamente en poder de estado.** Creo que este es el caso de muchos patrones terratenientes y empresarios en el oriente y el Sur, pero también en el resto del país: ejercen poder de clase en un territorio determinado pero no forman parte del bloque político dominante a nivel estatal nacional. Se puede tener poder de clase sin tener poder estatal y se ejerce poder estatal sin tener necesariamente poder de clase. Esta es una relación problemática y cambiante que tiene que ver con lo que se ha dado en llamar autonomía relativa del estado (TAPIA, 2009, pp.15-16, grifo nosso).

O estudo de caso do presente trabalho será, por fim, sempre analisado sob uma perspectiva crítica no que se refere à relação da Bolívia com o Brasil. Buscamos sim enxergar a atividade estudada dentro do próprio contexto boliviano, mas entendemos, de antemão, que o Brasil possui um peso político que não só influi diretamente nas diretrizes internas de seus vizinhos menores, como “dita o comportamento” dos demais países da região³¹.

³¹ É interessante a colocação que faz o próprio Luis Tapia no prólogo de seu livro “Pensando la democracia geopoliticamente”: **“Si lo político no es democratico en el momento y forma constitutiva de la sociedad o país, la geopolítica interestatal nunca lo será.** En esta perspectiva se despliega el trabajo de conceptualización en este escrito, que consiste básicamente en incorporar la dimensión de la intergubernamentalidad en la estructura de definición de la democracia (2009, p.16, grifo nosso).

4 Antecedentes e contexto histórico da Reforma Agrária de 1953

Para se pensar a questão agrária na Bolívia é preciso considerar dois aspectos fundamentais de sua constituição: o do homem e o da terra, ou seja, o do índio e o da terra. É preciso considerar esse homem índio, que aceitou ser assim chamado por seu colonizador europeu, e que, desde a chegada deste, teve reduzida, quando não tirada, sua qualidade de ser humano. Primeiramente com a destruição do Império Inca por parte dos conquistadores espanhóis e com a adoção da mita³², já que não foi assumido o trabalho do indígena como escravo; e posteriormente, com a perpetuação de práticas similares, qualquer que fosse a denominação dada ao trabalho prestado pelo indígena ou ao tipo de propriedade em que o realizava (OSTRIA GUTIÉRREZ, 1956, p. 260).

A tradição indígena de um povo rural se percebe na sua fala em língua originária (quéchua e aimará, dentre outras) até os dias de hoje. A luta pela terra nunca cessou, seja na guerra de independência contra os espanhóis, tendo estado ao lado dos *criollos*, nas insurreições populares que culminaram na Reforma Agrária de 1953 ou mesmo atualmente, através do governo de Evo Morales, que se identifica como indígena.

Uma parte do significado da relação entre a população indígena e a terra na época da Reforma Agrária pode ser demonstrada em estatísticas. Segundo o censo de 1950, mais de dois milhões dos 3.019.031 habitantes do país eram indígenas que ocupavam um terço do território de 1.068.886 km², e se dedicavam ao cultivo da terra – prática que correspondia em 80% da população ocupada da Bolívia, um país geralmente conhecido como mineiro (OSTRIA GUTIÉRREZ, 1956, p. 262).

No século XIX o país chegou a contar com certa prosperidade do âmbito agrícola, tendo atingido a condição de autoabastecimento. Com o desenvolvimento da mineração e a conseqüente integração do território por algumas ferrovias, a atividade agrícola ficou para segundo plano: a política de importações de alimentos e a imposição dos baixos preços aos produtos nacionais tornaram o país dependente para que fossem abastecidas de gêneros alimentícios as regiões mineiras e as cidades, assim como de matérias primas para a sua

³² A mita é um sistema de cobrança de impostos ou de trabalho compulsório utilizado desde o império Inca, mas incorporado pelos espanhóis em seu período de conquista. A população que mais antigamente ocupa o território onde hoje está a Bolívia é aimará, posteriormente dominada pelos quéchuas, os chamados incas (OSTRIA GUTIÉRREZ, 1956).

indústria incipiente. Até 1948, apenas 5,8% da área cultivada havia sido mecanizada, o que não proporcionava condições de competitividade nos moldes pelos quais os governantes procuravam conduzir o país, caracterizados pela inserção na competição do mercado internacional. O ministério da agricultura era fraco, e contava com 1,09% do orçamento da nação para a realização de suas atribuições. Até 1946, o Banco Agrícola havia financiado a quantia de 2% de toda a produção agrícola, o que colocava ao menos metade do território do país como desintegrado de sua vida econômica, nos termos da agricultura capitalista – essa conjuntura fazia com que a Reforma Agrária fosse considerada como indispensável por diversos setores da opinião pública boliviana, constando nos programas da totalidade dos partidos políticos, do Partido Liberal ao Partido Comunista (OSTRIA GUTIÉRREZ, 1956, p. 265).

Do final do século XIX até a realização da Reforma Agrária na Bolívia, em 1953, a estrutura fundiária do país se caracterizava basicamente por três “sistemas”: a chamada *hacienda* (que corresponde à grande propriedade, ao latifúndio), as comunidades indígenas em sua formação original e a produção parcelária (COSTA NETO, 2005, p. 87-94). Tais formas dividiam espaço num processo de crescente ampliação do sistema de grande propriedade e também pela diferenciação social do campesinato no que se refere à organização produtiva. Desde o início do século XX, a estrutura social e econômica do país pautava-se na mineração, na economia da borracha e na exploração de hidrocarbonetos³³. A primeira consistia primordialmente da extração do estanho, na região oeste; a segunda, ao norte, e a terceira, no sudeste. É importante ressaltar a ligação entre as atividades agrícola e mineradora, já que esta, em sua posição de destaque, constituiu, espacial e economicamente, uma economia de mercado e influenciou na disposição do meio rural devido às imigrações de força de trabalho oriunda do campo, tanto de áreas agrícolas quanto de comunidades indígenas.

A expansão da grande propriedade acima citada se refere às *haciendas*, sistema que ocupava as melhores terras da Bolívia e tinha mais influência nas questões econômicas, políticas e sociais do país. Em algumas regiões, como a faixa dos Andes bolivianos, as *haciendas* penetraram nas comunidades originárias transformando seu formato tradicional e fazendo com que sua atividade produtiva se convertesse na busca pelo excedente. Dados também do censo agropecuário de 1950 denunciavam que, até então, as *haciendas* eram

³³ Substâncias compostas por carbono e hidrogênio são hidrocarbonetos. A maioria dos combustíveis que utilizamos os contém (gás natural, diesel, gasolina etc.). Até 2006 estimava-se que as reservas de gás natural bolivianas somavam 651,8 bilhões de metros cúbicos; conferir www.indexmundi.com. Acesso em 3 Mar. 2010.

propriedade de 8.137 latifundiários, abrangendo uma área de 12.701.076 hectares no país (COSTA NETO, 2005, p. 88). Tanto as de caráter agrícola como pecuário tinham sua produção acompanhando o movimento do mercado alimentício das zonas mineiras e dos centros urbanos, respectivamente. Neste sistema, a força de trabalho encontrava-se submetida ao regime de colonato³⁴, mas havia diferenças em sua forma e a tributação variava de acordo com as particularidades de cada região.

A conjuntura boliviana pré-1953 contava com 3.779 comunidades indígenas originárias só na região do altiplano – estas se mantiveram intactas ao avanço do latifúndio oligárquico na primeira metade do século, mantendo a economia comunitária consideravelmente à parte da agropecuária latifundista. Na Bolívia, “[...] as comunidades não podem ser consideradas como unidades produtivas, mas como unidades supradomésticas de reprodução social, em cujo interior operam numerosas unidades domésticas de produção [...]” (COSTA NETO, 2005, p. 91). Nessas comunidades, o espaço agrário era propriedade coletiva e o trabalho na terra era realizado coletiva e individualmente. Esta organização social comunitária parte do princípio da reciprocidade e da participação das bases, através de um padrão cultural peculiar das tradições andinas. Até então, a perda do acesso aos recursos agrícolas habituais disponíveis era ínfimo, e havia, por parte do Estado, uma cobrança compulsória de quantia financeira.

Outra forma de organização agrária importante no cenário boliviano até 1953 foi a produção parcelária, normalmente em condições precárias de cultivo da terra. Ela consistia no trabalho de parceiros e arrendatários, que pagavam aos proprietários quantias em trabalho e em dinheiro, respectivamente (COSTA NETO, 2005). Esta forma de organização produtiva muitas vezes originou situações que se caracterizariam pela pequena produção familiar; quando os donos das terras (normalmente médios proprietários) tornavam-se comerciantes e afastavam-se para viver em povoados distantes delas, os produtores parcelários conseguiam alguma extensão de terra através do arrendamento.

Por um lado, desenvolveu-se uma camada de possuidores de extensão de terra variável, que ia da pequena parcela de terra descapitalizada à média

³⁴ O colonato é um processo de diferenciação do campesinato característico da formação da agricultura capitalista, que a organiza social e economicamente. Acontece quando o trabalhador arrenda parcialmente a terra de um proprietário em troca de parte de sua produção ou quando destina alguns dias de sua semana para o cultivo da terra do proprietário, ou mesmo com pagamentos em moeda pelo trabalho na terra do proprietário (informação verbal fornecida por Raquel Santos Sant’Ana, em aula na Universidade Estadual Paulista, Franca, São Paulo, em 2006).

propriedade, capazes de obterem alguma capacidade de acumulação. De outra parte, havia os colonos com usufruto das terras da *hacienda* e as categorias intermediárias, formadas por arrendatários contratados por colonos para o cumprimento das obrigações suplementares nas *haciendas* e camponeses que deviam obrigações diretas ao proprietário, em troca de um lote de terreno para moradia, na *hacienda* (COSTA NETO, 2005, p. 93).

Isso acarretou num processo que diferenciaria a produção parcelária no âmbito social interno do país: à medida que este tipo de produção se centrava no trabalho familiar, a produção parcelária se tornava independente enquanto unidade produtiva, desencadeando a formação de um campesinato parcelário mercantil na Bolívia, especialmente na região de Cochabamba, o que significava uma considerável alteração no sistema de propriedade da terra (COSTA NETO, 2005, p. 93).

Paralelamente às atividades até agora mencionadas, aconteciam também atividades vinculadas à exploração da borracha na Amazônia boliviana, isso que provocava significativa atração populacional para o oeste do país. A empresa da borracha contava com ampla divisão interna do trabalho, já que concentrava e explorava mão-de-obra, parte dela obtida por aprisionamentos, “[...] prática que consistia em perseguir e aprisionar os trabalhadores, para utilizá-los na extração da matéria-prima da indústria da borracha [...]” (COSTA NETO, 2005, p. 94), o que colaborava para a desintegração do modo de vida indígena, e controlava integralmente as etapas da produção, da extração à comercialização. Tal atividade econômica tinha participação no capital externo ligado à produção de bens, e gerava a demanda por produtos agrícolas que abastecessem sua área de atuação. Isso fazia com que, ainda no período anterior a 1953, houvesse trabalho assalariado na atividade pecuária, mesmo que de característica temporária.

Foi na região do Chaco no sul do país onde iniciou-se a exploração dos hidrocarbonetos. A extração do petróleo data de 1925, mas esse tipo de produção foi o que menos se relacionou de forma próxima ao desenvolvimento das atividades e estruturas agrícolas na Bolívia (PATCH, 1967).

A conjuntura boliviana propícia para a revolução de 1952 vinha sendo preparada há tempos, mais especificamente desde a Guerra do Chaco, que ocorreu de 1932 a 1935, contra o Paraguai, que abalou as antigas estruturas da sociedade boliviana.

As características da propriedade fundiária, modeladas segundo os costumes senhoriais espanhóis, serviram para imobilizar os trabalhadores rurais em

uma forma imutável de vida [...] A estratificação social da sociedade em categorias semelhantes a castas fixou as características da propriedade e do comportamento econômico e social de diferentes classes num sistema rígido, num tradicional equilíbrio que permaneceu basicamente inalterado até que recebesse o impacto da Guerra do Chaco [...] (PATCH, 1967, p. 105-106).

Segundo este autor, desde o período colonial e mesmo no período republicano a economia do país se dividia entre um setor orientado para o mercado mundial e outro voltado ao mercado interno. O primeiro se refere àqueles produtos que não só eram exportados, mas também processados externamente, e o segundo compreende principalmente a produção agrícola dos latifúndios e de abastecimento para os mercados locais, portanto sob pouca influência dos preços mundiais.

Foi a partir da Guerra do Chaco que setores da política do país passaram a enxergar o indígena com outro papel na sociedade e no Estado boliviano. Apesar do imenso massacre a que foram submetidos, calcula-se a perda de mais de 60.000 vidas (PATCH, 1967, p. 106), foi a primeira vez desde a conquista em que expressivos contingentes da população indígena foram deslocados de seus lugares de origem e passaram a ter uma noção ampliada do território boliviano. Foi a partir de então, inclusive, que muitos tomaram o contato com outras línguas, fossem elas o castelhano ou outro idioma nativo; abriu-se então uma perspectiva de reivindicação de mudança a partir da real consciência do sistema ao qual eram submetidos.

O conflito no Chaco teve também como consequência o afastamento gradual dos setores urbanos médios de suas áreas de influência política e social: as investidas populares já apresentavam força considerável, situação esta que gerava instabilidade às oligarquias dominantes.

Logo depois de consumado o desastre militar boliviano de 1932-1935, na remota região do Chaco, fronteira “petrolífera” dos países em guerra, a oligarquia meiro-estaniífera/latifundiária entrou em irreversível crise de dominação, em relação à hegemonia exercida sobre o Estado nacional, desde o início do século 20 (COSTA NETO, 2005, p. 95).

As classes médias também sofriam com a instabilidade econômica que trazia o aumento da inflação, o desemprego e o subemprego, com uma diminuição do nível de vida que vinha a comprometer os planos futuros (COSTA NETO, 2005, p. 96).

A Guerra do Chaco foi o marco para um novo período de polarização sociopolítica na Bolívia (COSTA NETO, 2005, p. 101), no qual as “elites opositoras” defendiam um projeto anti-oligárquico, mas ao mesmo tempo anti-operário, enquanto a classe média sofria com a possibilidade de proletarização da sua condição de vida mantida durante as últimas décadas.

Foi o próprio governo participante da guerra que iniciou o discurso de que, na condição de soldado, o índio alcançaria a condição de “gente” ou “pessoa”, se equiparando ao homem branco; tal campanha serviu para que fosse feita uma análise de conjuntura que colocaria o indígena em um novo papel dentro da sociedade boliviana, um papel de participação, tenha sido ela real ou frustrada, de acordo com cada momento histórico. Paralelamente ocorria um movimento intelectual consonante aos ideais indígenas. Como ocorreu em praticamente toda a América Latina, a partir da década de 30 iniciaram-se movimentos políticos de vanguarda nas universidades, embasados nos ideais socialistas e marxistas (PATCH, 1967). Na Bolívia, tal movimento era chamado de “liberal”, e se declarava nacionalista e antiimperialista. A disputa entre este novo paradigma político e aquele que dirigia o país até então trouxe à Bolívia um desequilíbrio econômico e social de maior preponderância do que o desencadeado pela derrota na Guerra do Chaco.

Foi durante a década de 40 que surgiram aqueles partidos de centro-esquerda que comporiam o cenário político dali em diante. O *Partido de la Izquierda Revolucionaria* (PIR) identificava-se com a Internacional Comunista e com o oficialismo soviético dos anos 30, enquanto o *Partido Obrero Revolucionario* (POR) constituía parte da nova IV Internacional trotskista.

Durante o período entre a guerra e a Revolução de 1952, inúmeras vezes os governos liberais acabaram por lançar medidas de “incentivo” à participação indígena (PATCH, 1967, p. 106), mas estas eram normalmente revogadas no momento em que assumia um governo conservador; tal alternância gerava uma instabilidade propícia para a posterior insurgência da revolução nacional, que derrubaria as estruturas da sociedade tradicional.

Os governos liberais preocupavam-se em adequar as políticas do país à lógica do capitalismo mundializado, o que incluía políticas de apaziguamento social, consistindo normalmente em concessões leves às reivindicações populares, a fim de que estas não gerassem conflitos políticos e sociais capazes de interferir na governabilidade de suas gestões. Os governos conservadores, pelo contrário, não admitiam nenhum avanço no diálogo entre as classes sociais, e optavam pela manutenção do desigual sistema vigente da forma mais colonial possível, já que deixavam intocadas as estruturas oligárquicas oriundas deste tempo.

No que se refere à terra, os primeiros ainda mantinham o latifúndio, mas numa crescente busca pela internacionalização da produção, o que incluía algumas reformas no funcionamento do país; para os conservadores, a simples manutenção da estrutura fundiária em seu caráter distributivo já lhes garantia o poder necessário para a manutenção da classe. Ambos, no entanto, não atuam no sentido de transformar o sistema produtivo de forma capacitada para a construção de novas relações sociais (PATCH, 1967).

Por entre os novos movimentos foi que surgiu o *Movimiento Nacionalista Revolucionario* (MNR), protagonista da Revolução Nacional. O partido nasceu de uma aliança curiosa, já que congregava intelectuais oriundos das universidades e oficiais do exército insatisfeitos com a atuação de seus superiores na Guerra do Chaco, chefiados por Victor Paz Estenssoro, antigo professor da Universidade San Andrés, em La Paz.

A oposição nacionalista, policlassista, formada por “elites” urbanas de classe média, fez nascer, em 1941, o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), que fazia da base social pequeno-burguesa a sua principal força, já que, ideológica e programaticamente, uma difusa linha nacionalista, anti-oligárquica, permitia várias possibilidades de aliança (COSTA NETO, 2005, p. 98).

O MNR se colocava a favor da nacionalização das minas de estanho, numa postura auto-intitulada como antiimperialista, o que o fez, gradualmente, agregar lutas políticas junto aos mineradores de estanho e aos remanescentes do PIR, que era marxista e se encontrava bastante dividido.

Em 1943, o então presidente boliviano Enrique Peñaranda declarou guerra às potências do Eixo, atitude que motivou um golpe ao seu governo por parte de um grupo de oficiais do exército do país, que levou o Major Gualberto Villarroel ao poder. Este novo governo reprimia tanto partidos marxistas quanto os tradicionais, porém incluía alguns líderes do MNR em seus quadros, principalmente Paz Estenssoro, que teria um papel importante nos anos a seguir, surgindo como ministro das finanças (PATCH, 1967).

Aos olhos estadunidenses este governo oriundo do golpe havia sido instigado por nazistas e pelos cidadãos argentinos, o que significava que os EUA não o reconheciam. Da mesma forma agiram todas as outras repúblicas da América Latina – não reconheciam este novo governo golpista – com exceção da Argentina, o que, diante de tal isolamento, trazia péssimas condições de governabilidade para Villarroel. O governo só obteve reconhecimento

dos Estados Unidos e de alguns outros países após a retirada de todos os membros do MNR de seu corpo administrativo. Ao final da Segunda Guerra Mundial, com a derrota do Eixo, La Paz foi dominada por manifestações de descontentamento com o governo (PATCH, 1967, p. 107).

Através de conflito armado o palácio presidencial foi tomado e o presidente Villarroel enforcado e pendurado em praça pública. Na ocasião Paz Estenssoro exilou-se na Argentina, onde ficou até retornar como presidente em 1952 – durante todo esse período ele foi visto como símbolo da almejada “revolução” Boliviana, já que, segundo Patch, durante este período, a Bolívia foi governada por sucessivos e débeis gabinetes de direita.

Em 1951 houve eleições para presidente no país. O voto se restringia às pessoas do sexo masculino e alfabetizadas, e, de acordo com a Constituição, ficaria a cargo do Congresso a escolha do presidente caso nenhum dos candidatos tivesse atingido a maioria absoluta dos votos.

Paz Estenssoro concorreu, obteve êxito nos votos, assim como aconteceu com os membros do MNR candidatos ao legislativo, foram eleitos seis entre nove senadores e dez entre cinquenta e cinco deputados. Não houve maioria absoluta de nenhuma parte e a decisão caberia ao Congresso, mas, no entanto, o então presidente Urriolagoitia renunciou deixando em seu lugar uma junta militar. Esta justificou seu golpe no intuito de manter o MNR afastado do poder, mas a falta de uma liderança forte e de apoio popular fez com que a fragmentação ocorresse rapidamente. Em abril de 1952, um membro da junta, o General Seleme, filiou-se ao MNR (PATCH, 1967, p. 108).

Este fato deflagrou em La Paz uma disputa pelo poder através da luta armada, que se estendeu por cinco dias, neste intervalo de tempo 3.000 pessoas foram mortas.

As eleições de 1951 marcaram a convergência entre a polarização frentista das esquerdas com o nacionalismo radicalizado e a agudização da crise econômica, que expunha a classe média ao declínio social cada vez mais sensível. A sindicalização camponesa e, principalmente, operária mineira era um poderoso trunfo das esquerdas organizadas partidariamente (COSTA NETO, 2005, p. 102).

Por causa da organização popular e a mobilização dos mineiros e camponeses, venceu, então, a oposição, ligada ao MNR, que estabeleceu um governo provisório. Em pouco tempo a presidência foi entregue a Paz Estenssoro, que retornou da Argentina para La Paz. Iniciava-se

aí o governo da Revolução. O nome para o ministério das minas e petróleo vinha da liderança dos mineiros de estanho e do POR, e a nacionalização das minas de estanho veio como um dos primeiros atos do governo. Posteriormente, em 2 de agosto de 1953, foi decretada a Reforma Agrária (OSTRIA GUTIÉRREZ, 1956).

O MNR contava com condições de governabilidade contraditórias. Enquanto, por um lado, precisaria das forças militares organizadas e, portanto, da colaboração das milícias operárias que eram comandadas por dirigentes sindicais e partidos da esquerda, por outro não sustentava um programa de governo à altura das necessidades e anseios populares gerados pelo clima vitorioso da revolução em 1952. O governo designou, então, à recém criada *Central Obrera Boliviana (COB)*³⁵, a função de organizar milícias armadas que seriam o aparato de força do Estado enquanto exército revolucionário; com isso a COB veio a constituir também um co-governo junto ao MNR (COSTA NETO, 2005, p. 104). A partir de 1953, entretanto, foi iniciado um processo de reestruturação do exército de forma hierarquizada, o que, aos poucos, eliminou a COB enquanto força armada no país.

Em menos de uma década observou-se que a revolução boliviana não consolidara sua proposta nacionalista e modernizante, e sim incorporara à sua gestão uma política de economia internacionalizada, isenta de um real controle nacional que contasse com planejamento estratégico (COSTA NETO, 2005, p. 105). Segundo este autor, entre as décadas de 50 e 60 a Bolívia deixou sim de ser um Estado oligárquico, contudo se transformara no sentido de um caráter capitalista de modernização condicionada ao capital internacional.

A necessidade da realização de uma Reforma Agrária surgiu como um consenso entre as lideranças do partido logo após a revolução em 1952; esta seria orientada, todavia, por uma perspectiva de superação do atraso da agricultura nacional e não das formas de propriedade existentes.

Em relação ao programa agrícola, recomendava-se, entre outras medidas, a realização de estudos sobre as possibilidades de desenvolvimento agrícola, incluindo a irrigação, o manejo do crédito agrícola como um instrumento de desenvolvimento, ajuste nos tipos de tarifa sobre produtos agrícolas, e o estabelecimento de famílias de imigrantes, a partir de exame prévio das

³⁵ O nascimento da COB, na ocasião da efervescência das insurreições de massa de 1952, significou a unificação do movimento sindical e camponês da Bolívia, convivendo tanto os setores reformistas quanto os de ultra-esquerda, o que lhe conferia uma presença política fundamental nos momentos de conflitos sociais no país (ROMERO, 2006, p. 318).

possibilidades de aquisição de terras, para produzir dentro das necessidades agrícolas da Bolívia (COSTA NETO, 2005, p. 107).

Desde a revolução até o decreto da Reforma Agrária, o governo divulgava medidas relativas às condições de trabalho e produtividade no campo, e parecia pretender ganhar tempo para convencer os grandes proprietários da necessidade de serem feitas mudanças tecnológicas a fim de tornar suas terras mais produtivas em pouco tempo. No entanto, as lutas no campo se acirravam e a Reforma Agrária se tornava cada vez mais inevitável. As invasões de terras, saques a propriedades agrárias e vítimas de ambos os lados eram ações na verdade orientadas pelas facções de esquerda, COB e POR, o que fez com que rapidamente o MNR tomasse a medida no intento de acalmar tais acontecimentos, mesmo que internamente se encontrasse dividido quanto à questão agrária no país – a declaração enfática e favorável da esquerda do partido em relação à Reforma Agrária revelava um instinto de sobrevivência político-sindical nos pilares do governo (COSTA NETO, 2005, p. 109).

Para tanto, rapidamente foram legalizados os sindicatos rurais e travado o comprometimento de realização da Reforma Agrária junto àqueles camponeses que compunham a luta armada. Paralelamente, o ministério de assuntos camponeses iniciou a reestruturação dos comandos de direção rural do partido; estes, que haviam apoiado os latifundiários contra as revoltas camponesas até então, foram substituídos por aqueles que pertenciam à esquerda do partido, mas que ainda eram favoráveis ao confronto com as revoltas camponesas numa defesa única da sindicalização em massa. Dessa forma, o MNR colocava suas milícias no enfrentamento direto àquelas comandadas pelo POR, mas sob o discurso da Reforma Agrária – o resultado foi a destruição física e política dos dirigentes camponeses do POR que se opunham à centralidade governista (LORA, 1963).

No intuito de conter a radicalização do campesinato, o MNR reuniu uma comissão para a elaboração do plano da Reforma Agrária. Esta comissão contava com a presença de assessorias ligadas à Organização das Nações Unidas (ONU) e à Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), além de setores da extrema esquerda sindical e partidária da Bolívia.

A FAO aparecia, na década de 50, como defensora da reforma da propriedade enquanto estratégia para o desenvolvimento agrícola latino-americano. Por vezes enfrentava a oposição de setores conservadores dos referidos países. Tal postura acarretou numa temporária divergência de interesses entre as determinações da ONU/FAO e do governo

estadunidense no que se refere às políticas agrárias para a América Latina de uma forma geral, já que este último insistia em incursões militares que evitassem qualquer modificação nas estruturas agrárias dos países latinos a qualquer custo (COSTA NETO, 2005, p. 56-57).

A formação da comissão de elaboração do plano contava, então, com a participação do POR e da COB, compondo uma correlação de forças com potencial de atritos, já que o MNR trazia o PIR como aliado.

O MNR, porém, possuía um aliado de peso. Tratava-se do PIR e, principalmente, de ser representante, o reitor universitário de Cochabamba, Urquidi. Havia, inclusive, informações de que a cúpula do PIR e os principais dirigentes de esquerda do MNR, no exílio no Chile, em 1950, teriam participado de um suposto pacto político que incluiria um detalhado plano de reforma agrária para o país, considerando a linha traçada pelos dois partidos para obter a efetiva aplicação das formas de capitalismo agrário na Bolívia (COSTA NETO, 2005, p. 115).

O “Plano Urquidi” foi bem recebido pelo MNR e pelo PIR, mas não pelo POR e pela COB; porém, obteve êxito junto ao governo para a sua sanção.

A legislação da Reforma Agrária foi elaborada ignorando as decisões da COB, que propunha a imediata nacionalização da terra, sem indenização, sucedida pela entrega direta às organizações camponesas. Esse plano previa a transição para um sistema de produção coletivo, correspondendo às condições da propriedade estatal socialista e aproximando-se da forma organizativa dos indígenas originários. A cooperativização da produção teria como objetivo colocar fim à via da pequena propriedade da terra rumo à almejada coletivização. Não foi o que aconteceu.

5 O pós-decreto de Reforma Agrária

A Reforma Agrária de 1953 significou para a Bolívia uma grande mudança na relação entre governos e população a partir de então. Foi um marco que iniciou os movimentos sociais na busca pelo atendimento de suas reivindicações também através da oficialidade; podia-se almejar também a incorporação na estrutura estatal. A seguir serão destacadas as contradições inerentes a esse processo, que perpassam tanto a eficácia da reforma quanto uma avaliação mais apurada da relação entre o povo e a nova elite progressista que se formava, assim como o desenrolar de tal relação e processo até o início do século seguinte.

Em 2 de agosto de 1953, na Bolívia, foi decretada pelo presidente da república uma Reforma Agrária que atingiria dois milhões e meio de seres humanos; esses números faziam com que o governo exaltasse o potencial transformador da medida como muito superior em relação à nacionalização das minas no ano anterior, as quais haviam passado a funcionar através de cooperativas nas mãos dos trabalhadores mineiros. As comemorações da medida de Reforma Agrária foram intensas. O decreto continha 175 artigos e era embasado historicamente desde o período incaico ao colonial. Condenava os “*criollos feudais*”, dizendo que estes haviam desvirtuado, na ocasião da independência do país em 1825, as aspirações político-econômicas daquela luta. Nas suas disposições, dizia: “[...] *el suelo, el subsuelo y las aguas del territorio de la República pertenecen por derecho originário a la nación boliviana.*”³⁶

Decretava-se também o fim do sistema de colonato e qualquer outra forma de prestação de serviços não remunerados ou compensatórios. Reconhecia-se, a partir daí, a organização sindical camponesa, colocando-a como protagonista para a realização efetiva da Reforma Agrária, juntamente com o Serviço Nacional de Reforma Agrária, então criado para as concessões de títulos e demais providências necessárias. O último artigo declarava:

A partir de hoy, 2 de agosto de 1953 queda abolido para siempre el sistema servidumbral de trabajo que imperó en el agro y se declara el derecho a la dotación de tierras, con título de propiedad, em favor de todos los campesinos de Bolivia.³⁷

³⁶ Cf. GUTIERREZ, 1956, p.270.

³⁷ Id., p. 272.

A reforma boliviana ocorrida em 1953 é analisada de maneiras distintas pelos diversos estudiosos. Há um certo consenso no debate quanto ao insucesso da Reforma Agrária que foi sendo implantada a partir de meados do século XX, visto que este é um tema em pauta entre as principais medidas a serem tomadas pelo atual governo da Bolívia. A literatura que se atém na sua avaliação foi se transformando ao longo do tempo; inicialmente, pareceres mais categóricos quanto à validade da reforma, mesmo que oriundos de perspectivas políticas distintas. Numa avaliação mais a longo prazo, a revisão da Reforma Agrária de 1953 traz o aspecto negativo assim como considera avanços em alguns níveis, numa análise sob a ótica dos anseios e projetos populares (COSTA NETO, 2005).

Comentaremos aqui posturas diversas acerca da Reforma Agrária, tomando a posição da necessidade de uma efetiva mudança estrutural no campo Boliviano ainda hoje. Esta postura em muito se aproxima das reivindicações dos movimentos sociais atuais, e também da época, na medida em que objetivam respeitar as tradições indígenas de trabalho e convívio na e com a terra³⁸. Sendo assim, serão destacados alguns elementos dos processos históricos e políticos do país desde então.

Há quem afirme, por exemplo, que o problema tenha sido o não cumprimento literal das previsões do decreto-lei da Reforma Agrária, numa postura de defesa e reivindicação de garantia da chamada Reforma Agrária de Mercado³⁹. Esta é a posição de Ostría Gutiérrez, que fora presidente da Junta Militar que governou o país anos antes da Revolução de 1952.

Tanto el decreto de la reforma agrária como los otros dos destinados a complementarlo, salían del cauce jurídico y, mediante ellos, un gobierno que no cesaba de titularse “constitucional”, pescindía de convocar al Congreso para que este dictara la ley respectiva, a la vez que violaba varios artículos constitucionales y entre ellos el que dice así: ‘Se garantiza la propiedad privada, siempre que el uso que se haga de ella no sea perjudicial al interés colectivo. La expropiación se impone por causa de utilidad pública o cuando no llene una función social, calificada conforme

³⁸ Os povos originários da Bolívia, assim como outros de origem andina, se referem à terra como Pacha Mama. A palavra Pacha inicialmente se referia ao tempo, e aos poucos foi sendo-lhe atribuído o significado de terra. Em termos gerais, são as idéias de tempo curador de males e de terra fecunda, acolhedora dos seres humanos, congregados em torno da figura feminina da mãe. Na perspectiva indígena, o destino do solo, subsolo (e seus recursos naturais) e ar deve ser decidido e acordado pelos cidadãos em conjunto, e não por acordos político-econômicos apenas entre governo e iniciativa privada (informação pessoal obtida em comunicação pessoal com assentado da Reforma Agrária de 1953, Vinto Chico, Cochabamba, Bolívia, 2004).

³⁹ O termo Reforma Agrária de Mercado foi cunhado na ocasião das políticas fundiárias implantadas pelo Banco Mundial nos países em desenvolvimento no final do século XX, principalmente na última década, políticas estas que giram em torno da idéia de que não há transferência de terras sem a mediação do mercado. (Cf. ROSSET, 2004, p.19). Aqui o termo é usado para aqueles projetos de Reforma Agrária que no geral acompanham a lógica econômica do capital mundializado.

a ley y previa indemnización justa'(art.17) (OSTRIA GUTIÉRREZ, 1965, p. 272-273)

Neste trecho está expresso o ponto de conflito entre as opiniões divergentes acerca da reforma de 1953. Por um lado, as organizações populares criticavam e criticam a abertura deixada à grande propriedade privada na implantação da reforma, já que acreditavam numa ocupação do território em moldes coletivos. Por outro, representado aqui pela citação acima, havia reivindicações da insuficiência da proteção à propriedade.

Por uma outra perspectiva, temos a posição de Guillermo Lora, membro do POR, desde a década de 40. Segundo o autor, o que se verificou foi uma Reforma Agrária liberal que tinha como objetivo a criação de uma ampla gama de pequenos proprietários, que garantia a indenização aos antigos donos de terra e mantinha intocada a propriedade capitalista industrial, o que servia de pretexto para a permanência dos latifúndios, além da criação de um imenso aparelho burocrático inoperante.

A la vuelta de algunos años los campesinos volverán a ser inhumanamente explotados por una nueva casta de terratenientes. Los hechos volverán a demostrar que dentro del “liberalismo” no puede menos que funcionar la ley de la concentración de la propiedad agrária (LORA, 1963, p. 175).

Na sua opinião, as formulações da Reforma Agrária serviram para levantar um muro de contenção ao impulso revolucionário do proletariado. Em sua análise, passada uma década do início da reforma, as terras conquistadas, por diversas vezes, eram defendidas com armas de fogo pela população assentada frente ao risco de serem devolvidas aos antigos latifundiários pelas próprias autoridades (através do decreto da Reforma Agrária que deixava brechas para tais ocorrências) – o armamento do campo havia sido disseminado anteriormente para a tomada de poder do MNR, e agora provocava tensões. Predominava também a insegurança quanto ao recebimento dos títulos de propriedade; essa demora nos trâmites e a incerteza da possibilidade da produção é que levava o campesinato beneficiário da Reforma Agrária a trocar suas terras por dinheiro. Além disso, o acentuado parcelamento dos lotes dificultava na agricultura intensiva o aproveitamento de sistemas de irrigação (LORA, 1963).

É da oficialidade também que surgem aqueles que poderiam ser chamados de novos caudilhos locais (LORA, 1963, p. 171):

Dentro de este panorama el MNR, una vez más, juega el papel de neutralizador del empuje revolucionario y agota todos los recursos para someter a ‘los indios alzados’ a una legislación que les es totalmente extraña. Como tantas veces en la historia, el derecho y la autoridad se esgrimen para poner a salvo los intereses de los sojuzgadores (LORA, 1963, p. 174).

Análises posteriores, que vêm ganhando força e embasando as reflexões atuais acerca da conjuntura boliviana, alegam que a legislação de Reforma Agrária apresentada seguia a linha do desenvolvimento de um capitalismo agrário no qual ao minifúndio cabia a tarefa de abastecer o mercado consumidor urbano e mineiro com produtos alimentícios não exportáveis sob uma característica mercantil. Admitia-se também as médias e grandes propriedades capitalizadas voltadas para a agroindústria exportadora, que cumpriam a intenção de colonizar as regiões agropecuárias mais distantes dos centros populacionais, que era o caso do leste do país, em Santa Cruz de la Sierra. Segundo o decreto-lei, ao Estado competia a função de gerir os recursos pertencentes à “nação boliviana”, isso quer dizer, garantir a propriedade privada tanto do solo, do subsolo e dos recursos hídricos do país quando estes fossem úteis à coletividade nacional (OSTRIA GUTIÉRREZ, 1965).

Costa Neto alega que a Reforma Agrária boliviana passou por quatro grandes etapas históricas desde sua instauração (2005, p.119): a primeira delas corresponde ao período de consolidação do MNR enquanto poder estatal; a segunda se caracterizou por um plano de estabilização econômica que reduziu em muito os créditos do setor agrário; a terceira se refere ao tempo de influência estadunidense através da Aliança para o Progresso, que injetava recursos no setor agroindustrial, o que acarretou no alargamento das diferenças entre este e o setor do campesinato mercantil. Em 1964 um golpe militar pôs fim ao ciclo do governo revolucionário – a quarta, por fim, potencializou tais diferenças na medida em que a atividade do sindicalismo rural foi substituída pela intervenção militar junto às comunidades camponesas. E assim observamos até os dias de hoje, já que continuamente têm atuado as forças opostas à implantação do decreto-lei no sentido de que se evite a transformação das relações produtivas e sociais no campo boliviano.

De um modo geral, a reforma implantada inverteu o quadro anterior referente aos mercados agrícolas funcionarem sob o domínio dos latifundiários; isso ocorria, pois, até então, a pequena propriedade era numericamente reduzida e insignificante do ponto de vista comercial. O que se verificou após o decreto foi que, na maior parte do campo, a agricultura passou a ser desenvolvida por pequenos agricultores de característica minifundiária, os quais

produziam para seu sustento e para o mercado num regime de trabalho familiar. Por outro lado, isso ocorreu de forma insuficiente do ponto de vista da reestruturação da agricultura sob os moldes de Reforma Agrária dos países de capitalismo avançado (moldes estes apontados pelas críticas aqui apresentadas como aqueles almejados pelo governo que tomara a medida no país), já que a reforma boliviana não avançou no sentido do desenvolvimento de um maior assalariamento – este poderia ter sido proporcionado através de um grande investimento em infra-estrutura para a pequena produção, para, assim, gerar uma circulação interna de capital capaz de elevar o nível econômico, e até mesmo social, da população boliviana (PATCH, 1967).

Observou-se também que ocorreu a recuperação, por parte dos povos originários, de parcelas de seus antigos territórios, o que os levou a resgatar o tradicional sistema de pequena produtividade sob a gestão familiar, o que, em alguma escala, rivalizava em estrutura com o campesinato mercantil que buscava forças. De forma muito mais intensa do que anteriormente, este último passava a destinar parte de sua produção agrícola alimentícia ao mercado interno, para a população em geral. Na região do Altiplano, por exemplo, tais mercados concentravam-se nos entornos de La Paz e nos centros mineiros (PATCH, 1967).

Mesmo com as modificações proporcionadas pela Reforma Agrária, verificou-se na década subsequente que a população continuava em difíceis condições de sobrevivência, decorrentes, principalmente, da falta de capital necessário aplicado ao campo e mau gerenciamento deles. A geração seguinte àquela beneficiada pela agro-reforma já sofria com as migrações forçadas pela busca de trabalho – o que em muito contribuiu com os casos de perda total da ligação com a comunidade indígena originária – em função da limitação física dos lotes recebidos e devido à dificuldade de lidar tecnicamente com as instabilidades climáticas (COSTA NETO, 2005). Assim percebe-se que a organização e aplicação, por parte do governo da revolução, de subsídios relativos à técnicas de cultivo, foram indevidas, mesmo dentro da organização proposta pela Reforma Agrária; a situação se agravava também na medida em que a nova formulação de mercado impunha uma produtividade de gêneros alimentícios distinta da tradicional, e isso alterava gradualmente os hábitos alimentares originais e limitava as possibilidades de produção para a sobrevivência.

Este autor expõe outros motivos para o abandono das terras quando já efetivada a Reforma Agrária:

As mudanças de propriedade efetivas das terras das comunidades e o grande movimento migratório resultante delas possuem, de acordo com verificações da pesquisa, três procedências: questões de herança; acordos para compra e venda; contratos para propriedade precária ou temporária, como arrendamento ou parceria. [...] No caso das heranças, desde 1952, os antigos proprietários das parcelas passaram a outorgar escrituras de propriedade a seus parentes mais próximos, com o objetivo de garantir-lhes o direito de propriedade contra possíveis tentativas de usurpação ou contestação de posse por outros interessados, quase sempre da mesma família, após a morte dos primeiros (2005, p. 132).

O problema da herança entre os beneficiários da reforma aparecia como uma forma de alterar a distribuição de terras originada com Reforma Agrária. Mesmo as terras distribuídas com títulos de propriedade foram importantes alvos de disputa nos anos que se seguiram à reforma. No entanto, isso é apontado como característica negativa da reforma por seus opositores enquanto falta de fidelidade da população, normalmente indígena, ao programa de reforma do governo que haviam apoiado. Verifica-se também que a divisão das terras pouco se preocupou com a composição familiar tradicional indígena e até mesmo não previu o crescimento demográfico característico de qualquer sociedade (informação pessoal)⁴⁰.

Na região dos vales de Cochabamba, no cenário posterior à reforma conviviam camponeses com condições de vida e trabalho bastante distintas entre eles.

Diversos camponeses viram com desconfiança a chegada da reforma agrária à região, pois temiam perder supostos privilégios frente aos colonos liberados, como o acesso natural a mais terras que seriam obtidas, através de compra, junto aos grandes e médios proprietários da área (COSTA NETO, 2005, p. 138).

Enquanto setores da população tornaram-se prósperos proprietários, a maioria havia ficado com parcelas de terra de proporção inferior às que tinham quando colonos, o que não lhes dava condição nenhuma de gerar acumulação de capital: aos primeiros coube uma atividade comercial estendida até a povoados próximos e a estes restava um nível de mercantilização incompleto, o qual não elevava a participação econômica da forma que se desejava com a implementação da Reforma Agrária (LORA, 1963).

Essa região também conservava trabalhos de caráter pré-capitalista, uma vez que a legislação da Reforma Agrária admitia que os trabalhadores rurais de propriedades médias ou

⁴⁰ Informações obtidas em comunicação pessoal da autora deste trabalho com assentado da Reforma Agrária de 1953, em Vinto Chico, Cochabamba, Bolívia, 2004.

empresas agrícolas não fossem remunerados em moeda corrente, mantendo as antigas formas de parceria, arrendamento (nas quais se utiliza o produto cultivado para a troca) e até o trabalho escravo (LORA, 1963).

A região de Santa Cruz de la Sierra tem suas peculiaridades por agregar à produção agrícola uma significativa produção pecuária e ser a região da Bolívia a ter-se desenvolvido industrialmente a partir da década de 30, quando a crise mundial encareceu a importação de produtos de consumo agrícola como cana-de-açúcar, algodão e, posteriormente, soja. Esse histórico não incluiu predominantemente o regime de colonato como em outras áreas do país, assim como no processo de Reforma Agrária não estiveram presentes organizações camponesas em condições de acompanhar o processo de tomada de terras na região. Sendo assim, a legislação da reforma serviu aos grandes proprietários de Santa Cruz no impedimento do confisco legal de suas terras: declaravam-nas empresas agrícolas e freqüentemente a dividiam entre seus herdeiros diretos, não modificando em quase nada as relações de produção (LORA, 1963).

A definição legal de propriedade privada indicava a pequena propriedade como aquela na qual trabalha uma família para sua subsistência, enquanto a média devia destinar a maior parte de sua produção ao mercado, o que não chegava a caracterizá-la como empresa agrícola. O que se observou, na prática, foi a não diferenciação desses dois modelos descritos na legislação, e o que se sobressaía era o minifúndio camponês familiar (COSTA NETO, 2005, p. 118).

Outro fator relevante para este processo de Reforma Agrária é a problemática da indenização dos ex-proprietários de terras:

Essa é uma questão da maior importância do ponto de vista das conseqüências que devem ser extraídas da introdução da reforma agrária na Bolívia, em termos socioeconômicos.

A interpretação mais elucidativa para a ocorrência de tal situação é que, para o Estado reformista, a apropriação, e posterior remanejamento da renda da terra, apenas seria possível se esta mesma renda permanecesse em mãos do campesinato, “recriado” historicamente na Bolívia, pela reforma agrária, e não retornasse, via indenização, para o grande proprietário, agora expropriado (COSTA NETO, 2005, p. 119).

Segundo Costa Neto, contudo, ela praticamente não ocorreu. A continuidade, até hoje em dia, da luta pela terra na sociedade boliviana por parte da população indígena e o crescimento

agroindustrial baseado no latifúndio revelam que, apesar de tal situação, de uma forma ou de outra a concentração da terra voltou a ocorrer.

Dez anos após a instauração da Reforma Agrária, os camponeses bolivianos continuavam utilizando o arado egípcio e não havia tecnologia de produção. Seguiam as lutas entre os camponeses, os mesmos que, na ocasião da revolução, pediam a Reforma Agrária por via da ação direta; foi com esse objetivo que se formaram os sindicatos rurais, em especial a COB no período que precedeu a Revolução Nacional em 1952. (LORA, 1963, p. 169).

O que se verificou foi que a Revolução Nacional era contrária à ocupação de terras. O período pós-revolução assistiu à retirada gradual dos trabalhadores rurais da COB, na mesma medida em que os sindicatos rurais se reduziam a instrumentos da oficialidade. Vê-se, então, que de acordo com a promessa da Revolução Nacional à população que a apoiara, de proporcionar condições para emancipação e autodeterminação do povo boliviano – de acordo com seus preceitos étnicos – a reforma agrária falhou.

No entanto, segundo Costa Neto:

A reforma agrária de 1953 marcou a definição das condições de operacionalização do processo de ocupação da terra na Bolívia revolucionária, pois possibilitou ao Estado intervir diretamente na questão agrária a partir de proposições claramente formuladas no texto legal que, de certa forma, permitiam a acomodação das tensões no campo, na medida em que acenavam com a distribuição da propriedade em áreas tradicionais de exploração da mão-de-obra camponesa via imposição do colonato e formas derivadas de relações de submetimento da força de trabalho rural (2005, p. 117).

Isso significa que houve um avanço do ponto de vista da interferência da vontade e organização popular nas diretrizes governamentais, agora distintas do caráter caudilhesco de outrora. Contudo, o que se observou nas décadas posteriores foi que a reforma não correspondeu aos anseios do desenvolvimento capitalista e também acabou por acarretar (ou até perpetuar) problemas sociais.

A grande falha de tal processo talvez tenha uma explicação cultural: os povos habitantes do território boliviano são secularmente providos de nação, organização social e produtiva, e a Reforma Agrária de 1953 instaurou-se ainda num modelo de organização de Estado incompatível com a organicidade de tais populações. Esse desrespeito ao elemento cultural foi inerente ao processo de implementação da Reforma Agrária, já que este ocorreu

de acordo com os interesses do capital, avançando o país na incorporação aos moldes de produção capitalista.

Entre 1952 e 1964, embora oficialmente existisse um sistema multipartidário de competência eleitoral, na verdade havia um sistema unipartidário de esquerda nacionalista que obtinha um pouco mais de 90% dos votos, principalmente dos índios camponeses que pela primeira vez votavam. Se a revolução por um lado produziu uma ampliação da cidadania política liberal que acrescentou ao padrão eleitoral de 200 mil a 1 milhão de pessoas, por outro, não conseguiu avançar no reconhecimento dos direitos políticos coletivos dos povos indígenas nem, muito menos, em uma articulação dos extensos sistemas de autoridade política das comunidades agrárias, razão por que as reformas se detiveram no âmbito de uma ampliação liberal de direitos individuais que, com o tempo, **foi questionada por uma exigência de cidadania de base cultural e lingüística** (GARCÍA LINERA, 2006, p. 192, grifo nosso).

Durante o governo da Revolução Nacional, a participação da COB no governo estava presente na nomeação de ministros e na capacidade de exercer pressão para a implantação de políticas públicas para a questão social, desempenhando um papel importante enquanto resistência quando das tentativas do MNR de enquadrar-se ao padrão estadunidense conservador; a COB se configurava como uma instância organizativa fundamental para as deliberações da classe trabalhadora (GARCIA LINERA, 2006).

O processo de emancipação da população em relação às *haciendas* se deu através das já mencionadas ocupações das propriedades dos ex-colonos e comuneiros, sob a direção dos sindicatos, nome que designava as organizações políticas tradicionais locais, pertencentes aos indígenas, que gradualmente sofreram a cooptação pelos quadros do MNR. O golpe de Estado que ocorreu em 1964 poria fim a essa situação de coexistência entre partido e sindicato, abrindo caminho para um período de ditaduras militares que duraria até 1982 (GARCÍA LINERA, 2006, p. 193).

O golpe militar de 1964 foi liderado pelo então vice-presidente da república, René Barrientos Ortuño, que representava a ala militar do governo que se aproximava cada vez mais do liberalismo dos Estados Unidos, país que contribuiu, ainda, financeira e militarmente com o golpe. O poderio político do exército já vinha crescendo, e contou com o apoio dos setores sindicais camponeses que integravam o quadro estatal, em oposição àquelas organizações mais radicalizadas da população. Estas, por sua vez, se opuseram rapidamente ao regime, juntamente com uma organização guerrilheira que passava a atuar no país sob o

comando de Ernesto Che Guevara, preso e assassinado rapidamente por este primeiro governo militar, que durou até 1969 (GARCIA LINERA, 2006).

Os dezoito anos de sucessivos governos militares foram caracterizados por uma polarização política de partidos enfraquecidos, o que contribuiu com o prolongado regime político autoritário. De um lado atuava o exército em aliança com as empresas da nova mineração, e de outro desempenhava a COB um papel unificador das tendências nacionais-populares de origem urbana e rural. As ditaduras militares mantiveram como predominantes as políticas do modelo de desenvolvimentismo econômico e a subordinação clientelista característica do pacto militar-camponês (GARCÍA LINERA, 2006, p.193); as guinadas mais conservadoras ou progressistas dependeram das medidas de cada governo militar.

Houve, na gestão Barrientos, direcionamento de recursos estatais ao novo empresariado mineiro, diminuição dos direitos sociais dos trabalhadores, repressão às tentativas insurgentes dos sindicatos operários e guerrilhas, assim como houve, nos dois anos seguintes ao primeiro período, sob os ditames de dois outros militares, alianças com intelectuais civis para a nacionalização de hidrocarburíferas, juntamente com a nacionalização de outras empresas mineiras e concessão de co-governo à COB. O general Hugo Banzer Suárez, que governou de 1971 a 1977, e aproveitou dos recursos públicos e da dívida externa para seu apoio ao setor agroindustrial da porção leste do país (GARCIA LINERA, 2006).

A crise do modelo de desenvolvimento autoritário-estadista na Bolívia confluiu com a política de apoio dos EUA à democratização do continente, então exercida pelo presidente Carter, o que revelava uma mudança na política internacional deste país. Nesta fase, havia uma demanda grande do operariado pelo retorno da democracia, o que conglomerava forças com o ressurgimento do movimento indígena aimará que havia sofrido intensa repressão militar anos antes (GARCÍA LINERA, 2006, p. 194).

A abertura política rumo à democratização ocorreu após três eleições gerais e quatro golpes de Estado:

Quatro grandes partidos competiram nessas tentativas de democratização: uma frente de organizações da esquerda moderada, a Unidade Democrática e Popular (UDP), composta da ala de esquerda do antigo MNR, do Partido Comunista Boliviano (PCB) e do Movimento de Esquerda Revolucionário (MIR), contando com nascentes facções indígenas e apoio da COB; o antigo MNR, dirigido pelo ex-presidente Victor Paz, com posições conservadoras; a Ação Democrática Nacionalista (ADN), que era o partido criado pelo ex-ditador Banzer para proteger sua retirada das funções governamentais; e o

Partido Socialista Uno (PS-1), dirigido pelo carismático líder Marcelo Quiroga Santa Cruz, com posições de caráter estritamente socialista (GARCÍA LINERA, 2006, p. 194-195).

O resultado foi a vitória da coalizão de esquerda *Unidad Democrática y Popular* (UDP), com o apoio de apenas um terço do eleitorado. Dessa forma, o Congresso, com a maioria de direita, nomearia o próximo presidente e definiria as linhas de governabilidade até a abertura política em 1985. Hernán Siles Zuazo, esquerdista, foi o primeiro presidente do ciclo democrático que dura até hoje, ciclo este que já se iniciava em meio a mobilizações sociais (GARCIA LINERA, 2006).

O insucesso do governo da coalizão da UDP abriu espaço para o fortalecimento e domínio do neoliberalismo durante os quinze anos posteriores.

Com a herança da pesada carga da dívida externa, que passara de 300 milhões a 3 bilhões de dólares durante a última década de ditaduras, com uma economia mineira em decadência que iniciou a retração da economia, somada a uma inaptidão no manejo do aparelho estatal, o governo esquerdista provocou uma hiperinflação de 8.700% que culminou na sua renúncia e na convocação antecipada das eleições (GARCÍA LINERA, 2006, p. 195).

As eleições ocorreram em 1985 e a vitória do neoliberalismo concentrou dois terços do eleitorado até 2002. Durante todo este período, diante da impossibilidade de qualquer um dos partidos neoliberais obter a vitória absoluta, foram realizados pactos de governabilidade entre os maiores deles, MNR, ADN e MIR, que governariam a partir da aplicação das políticas de livre mercado (GARCIA LINERA, 2006) estabelecidas pelas reformas estruturais assinadas pelo Consenso de Washington⁴¹.

⁴¹ Este termo foi criado pelo economista estadunidense John Williamson em 1989 ao formular uma série de recomendações de cunho neoliberal aos países emergentes da década de 90 que se dispusessem a reformar suas economias. Essas idéias consideravam que todos os países poderiam se desenvolver a partir das mesmas premissas, e foram adotadas por muito tempo sem contestação. Consistiam basicamente em: 1) disciplina fiscal; 2) priorização do gasto público em saúde e educação; 3) realização de uma reforma tributária; 4) estabelecimento de taxas de juros positivas; 5) apreciação e fixação do câmbio, para torná-lo competitivo; 6) desmonte das barreiras tarifárias e para-tarifárias, para estabelecer políticas comerciais liberais; 7) liberalização dos fluxos de investimento estrangeiro; 8) privatização das empresas públicas; 9) ampla desregulamentação da economia; e 10) proteção à propriedade privada (MARTINS, 2006, p. 345). O termo foi bastante difundido na medida em que a queda do bloco socialista trazia à tona a noção de que aqueles países ex-integrantes do extinto bloco socialista deveriam passar por reformas. Os posteriores fracassos da implantação de tais políticas trouxeram questionamentos; na América Latina esse papel foi desempenhado pelos movimentos sociais. Cf. MARTINS, 2006, pp. 345-346.

Desmantelou-se a estrutura da esquerda sindical e partidária, representadas pela COB e pela UDP, respectivamente, e o pensamento da direita conservadora aparecia agora, na sua forma neoliberal, travestido de um discurso progressista que prometia renovações – isso, pode-se dizer, ocorria em âmbito mundial. Na Bolívia, a instauração de uma ordem que não contava com a contrapartida das esquerdas citadas acima, criou-se a falsa noção do fim da divisão entre “direita e esquerda” (GARCÍA LINERA, 2006, p. 195), reduzindo a disputa dos espaços políticos a formas distintas de gerir o pacote de medidas neoliberais:

Nesse caso, o centro político visto como equidistante das posições extremadas não foi centro do espaço político, mas centro do espaço político neoliberal, no qual a disputa ocorreu entre posições mais ortodoxas (MNR), mais “sociais” (MIR) ou mais institucionais (ADN) para a implementação do neoliberalismo. Portanto, podemos afirmar que nesse momento o campo político caracterizava-se por um tipo de *unipolaridade multipartidária de grupos de direita* (GARCÍA LINERA, 2006, p. 195).

O questionamento do modelo neoliberal diante de suas crises ocorreu também mundialmente a partir do final do século XX. Na Bolívia, o campo político foi transformado pela eclosão de movimentos e insurreições indígenas a partir do ano 2000, motivados a protestar diante do fracasso das medidas neoliberalistas; na ocasião, a revolta tomou conta da população também enquanto resistência à tentativa do governo de privatizar os recursos hídricos estatais e comunitários. À esses acontecimentos deu-se a denominação “guerra da água”. O declínio dos partidos políticos que seguiam tais tendências coincidia, então, com o surgimento de outros partidos formados por coalizões de movimentos sociais e de sindicatos agrários, tendo expressão através do MAS-IPSP, do atual presidente Evo Morales, e do *Movimiento Indígena Patchakuti* (MIP), do líder aimará Felipe Quispe⁴².

Gradativamente a população boliviana voltava a se mobilizar por completo. Exercia-se pressão mais exitosamente do que as deliberações do Parlamento; interferia-se em políticas públicas relativas à gestão da água, dos recursos hidrocarboníferos, dos impostos, da distribuição de terras etc., e chegou-se até a alcançar, em determinados lugares, a subordinação das instituições estatais à lógica sindical-comunitária da sociedade boliviana. Tudo isso constituía uma nova polarização entre os campos de esquerda e direita:

⁴² A expressividade do MIP pode ser verificada durante o ascenso das lutas populares da década de 2000. Hoje, no entanto, com o MAS-IPSP como expoente, ele quase não aparece (informação verbal fornecida pelo próprio Felipe Quispe em reunião com pesquisadores brasileiros em La Paz, 2009).

[...] entre renovadores e conservadores, com conteúdos classistas (trabalhadores/empresários), étnicos (indígenas/mestiços) e regionais (leste/oeste) em cada um dos pólos. E, na medida em que cada uma dessas dualidades se afirmou ao se posicionar contra a outra, estivemos diante de um tipo de *polarização antagônica e pluriinstitucional* (partidos e movimentos sociais), com um campo político estruturalmente instável e em transição para uma nova forma estatal e um sistema político portador de novas ou reformadas hegemonias sociais (GARCÍA LINERA, 2006, p. 196).

Chegava ao fim, então, o esquema de governabilidade tripartidária do MNR, MIR e ADN, que vigorava desde a abertura política na década de 80, que contou, ainda, com a renúncia de dois presidentes da República dentro de um período de dois anos. O primeiro deles, Gonzalo Sánchez de Losada, o fez diante de uma greve nacional e insurreição desarmada dos movimentos sociais em oposição à decisão governista de venda de gás natural aos EUA (GARCÍA LINERA, 2006, p. 196) – Losada fora um dos principais responsáveis pela incisiva política de privatizações durante a década de noventa. O presidente seguinte, Carlos Mesa, assumiu com as propostas de convocação de uma assembléia constituinte e de referendo acerca da questão do gás no país; no entanto, seguiam as rebeliões e sua renúncia aconteceu sem a tomada de qualquer destas medidas. Por sucessão constitucional, o presidente da Suprema Corte de Justiça assumiu a presidência da Bolívia convocando eleições gerais para dali alguns meses, em 18 de dezembro de 2005.

Evo Morales foi eleito pelo MAS com 54% dos votos, sendo o primeiro líder indígena a assumir a presidência da República em um país na América Latina. Conseguiu também a maioria na Câmara dos Deputados, praticamente metade do Senado e contava com dois governadores de província de seu partido. No entanto, o MAS-IPSP, ao desempenhar um papel conciliador, no período anterior às eleições, entre as forças repressoras e o movimento popular que se organizava em insurgências, sofria severas críticas de movimentos mais radicalizados que denunciavam um abrandamento de seu discurso em relação aos anseios da população boliviana (GARCIA LINERA, 2006). Após a eleição de Evo Morales, suas críticas ao governo Bush somadas às promessas de ajuda de Cuba e da Venezuela revelam uma postura política antiimperialista e anti-neoliberal de seu governo.

É preciso considerar, contudo, que, ao mesmo tempo em que Morales tem em suas propostas e ações medidas firmes (como a promessa de reais reformas sociais, políticas e econômicas e as últimas ocorrências em relação à Petrobras, por exemplo), agrega em seu governo pessoas consideradas conservadoras pelos mais radicais. Isso traz análises

antagônicas, que o colocariam, de um lado, dentro do dito “novo populismo”, e, de outro, dentro da esperança de difusão de uma “frente socialista” pela América Latina.

De uma maneira ou de outra, parece que a Bolívia caminha rumo à construção de um novo sistema político, com um conjunto de medidas de inclusão dos povos indígenas e um novo regime de desenvolvimento econômico como guia da sociedade nas próximas décadas. Falta definir para o período seguinte qual será a nova composição entre propriedade estatal, economia tradicional urbano-rural e inversão externa na economia nacional, e qual será a presença e o poder dos povos indígenas na estrutura do Estado (GARCÍA LINERA, 2006, p. 197).

O que se pode perceber é que a instabilidade social e política da Bolívia parte inevitavelmente dos conflitos entre uma elite numericamente reduzida e todo o montante populacional do país. A ONU apurou que, até outubro de 2005, cem famílias controlam 25 milhões de hectares na Bolívia enquanto 2 milhões de camponeses têm, ao todo, acesso a 5 milhões de hectares de terra, o que quer dizer que cem grandes proprietários detêm cinco vezes mais terras do que os outros 2 milhões pequenos proprietários restantes, o que não inclui, ainda, os outros 250 mil trabalhadores rurais sem terra que existem no país (LU, 2005).

De acordo com este mesmo relatório da ONU, desde o início da Reforma Agrária em 1953, até 1993, mais de 26 milhões de hectares foram distribuídos pelo Estado. No entanto, 87,5% deles se destinou aos grandes proprietários, muitas vezes da agroindústria e de famílias próximas aos governantes.

In the years of the Banzer dictatorship (1971-1978), this cronyism reached staggering proportions – 116, 647 hectares granted to the Antelo family, 96,874 hectares granted to the Gutierrez family, 115,646 hectares granted to the Elsner family (plus 73,690 hectares given individually to Guillermo Bauer Elsner), etc... (LU, 2005).

O resultado obtido é de que hoje, apenas 55% de tais propriedades rurais representam menos de 1% da terra cultivada no país. Isso tudo revela a utilização programa de Reforma Agrária pela classe dominante, ao longo de meio século, em favor de seu interesse no desenvolvimento da agricultura comercial de alta mecanização e em grande escala.

Atualmente, a porção leste da Bolívia, representada por Santa Cruz de la Sierra, continua comandada por uma pequena elite e destinada à agroindústria, tendo sido, ao longo do tempo, muito protegida pelos governos do país quanto a qualquer tipo de turbulência

social. Esta região, todavia, vem reunindo forças populares e conta com um movimento de camponeses sem terra forte (MST-Bolívia), assim como outras organizações sociais que têm lutado para mudar a lógica política corrente. São setores que tem uma plataforma de reivindicações clara, que pretende, entre outras coisas, e de uma forma geral, interromper a experiência neoliberal através de medidas como: nacionalização e industrialização do gás, realização de uma efetiva Reforma Agrária, avanço no processo da Assembléia Constituinte e reconstituição do território indígena, fatores estes que girem em torno do projeto de um novo Estado pluri-nacional (LU, 2005).

6 Breve história de Santa Cruz

O departamento de Santa Cruz, o maior da Bolívia em extensão, representa um dos pólos que identifica a paradoxal condição do país – em termos geográficos, sociais, políticos e econômicos. É o carro-chefe da agroindústria boliviana, e hoje apresenta ao país um ingresso de divisas em exportações de *commodities* agrícolas comparável ao aportado pelos hidrocarbonetos. A região desenvolveu-se economicamente, e teve sua explosão populacional, a partir da década de 50, mas sobretudo durante os últimos trinta anos. Essa guinada econômica representou também um fortalecimento político, e a primeira década do novo século assistiu a acirradas disputas políticas entre o ocidente e o oriente do país, num forte debate sobre federalismo, autonomias e até separatismo; contudo, é possível afirmar que o crescimento do apoio popular ao atual presidente tem conferido à região (e ao país) uma perspectiva de calma civil e continuidade no processo de acumulação capitalista (informação verbal)⁴³.

Santa Cruz faz fronteira com o Brasil, com os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, estando integrado ao nosso país por uma ferrovia e tendo como principal fronteira terrestre as cidades de Puerto Quijarro (Bolívia) e Corumbá (Brasil). O departamento boliviano também conta com o município de Puerto Busch, ao sul, na fronteira com o Paraguai, por onde acessa vias fluviais de escoamento de mercadorias. São cinco os aeroportos que integram o território nacional, e a capital Santa Cruz de La Sierra abriga um aeroporto internacional, o segundo do país depois do de El Alto, La Paz, com voos diários aos vizinhos Paraguai e Brasil. Como em toda a Bolívia, a malha viária é precária; no entanto, em função da abundante produção agrícola, é possível dizer que o departamento possui uma das melhores do país: cinco rodovias asfaltadas e duplicadas ligam a zona integrada⁴⁴ do departamento ao restante do país, outras apenas de solo batido, duplicadas ou não, além daquelas transitáveis somente em tempo bom e seco (INE, 2008).

⁴³ Cf. apêndice J, entrevista com Enrique Ormachea Saavedra.

⁴⁴ Região à noroeste da capital departamental onde primeiro se desenvolveu a agricultura em larga escala. É a área com melhores solos para cultivo e que hoje abriga a produção industrial agrícola voltada para exportação. Compreende as seguintes províncias: Andrés Ibañez (onde está a capital), Warnes, Santistevan, Sara e Ichilo. Cf. apêndice A, entrevista com Federico M., e anexo B, Mapa do departamento de Santa Cruz.

A partir do retrato de Santa Cruz descrito até agora, e também para compreendê-lo, o capítulo três contemplará um pouco mais de seu desenvolvimento histórico e as principais questões que movem a vida política da região no que concerne à agroindústria ali presente.

6.1 Os povos do oriente

Como para compreender a história da Bolívia em geral, é importante atentar para a presença e organização dos povos indígenas originários do oriente do país, em específico; ressaltamos também anteriormente que a compreensão da questão agrária boliviana não pode ignorar a questão indígena. Ao compreender a matriz originária da formação social cruzenha avançamos na compreensão da “(...) *fuelle primigenia de esta formación social, la ruptura com su pasado, la incorporación factual al proyecto colonial y su desarrollo posterior* (SANDOVAL RODRIGUEZ, 2003)”. Portanto, trazemos aqui alguns dados.

Grande parte dos povos que ocupavam a porção oriental da Bolívia quando da chegada dos espanhóis eram coletores, caçadores e pescadores; viviam como nômades, junto aos rios ou em meio aos bosques. Alguns deles, no entanto, já se encontravam na condição de sedentários por haverem desenvolvido a agricultura – dois de seus principais representantes eram os Moxos e os Chiquitanos. Os primeiros desenvolveram sistemas de agricultura massiva em regiões onde havia inundações, e o segundo, que dá nome à atual província de Chiquitos, contava com mais de cinquenta grupos etnolinguísticos e tinham uma estrutura organizativa composta por um cacique e um conselho de anciãos. Há que destacar também os Guaranis e os Chiriguanos, que ocupavam a região do chaco (atual departamento de Tarija) e alcançavam o Paraguai e a Argentina, e se destacavam por sua característica guerreira (SANDOVAL RODRIGUEZ, 2003).

Também os Incas chegaram às terras baixas na luta travada com os espanhóis. Há na região de Santa Cruz vestígios de sua passagem, como a importante ruína de Samaipata, que compreende um forte e um cemitério incaicos. Isso demonstra que o quechua também exerceu influência na região, sobretudo, juntamente aos demais povos originários, na formação linguística da população cruzenha.

[...] afirmando que la presencia de las poblaciones étnicas señaladas, constituyen la matriz originaria de lo que ahora es la formación social del oriente boliviano. Cuya ruptura producida por la relación conquistadores-conquistados, misioneros-misionarios y las que ocurrieron durante la república, concretan una relación histórica determinada. Esto es, una conciencia acumulada que deviene en caracteres de identidad propios de una comunidad de destino. Resultando claro que la historia de Santa Cruz, de Bolivia o de las comunidades de América Latina, tienen su origen y cordón umbilical en los pueblos originarios, antes que en la historia de los conquistadores (SANDOVAL RODRIGUEZ, 2003, p.18).

Adotamos a posição de Sandoval Rodríguez porque consideramos que o atual processo político boliviano tem sua riqueza e avanço pautados na perspectiva protagonista dos povos originários. Para isso trazemos alguns dados sobre a formação étnica do país e da região a ser estudada e assim imprimimos tal perspectiva no debate específico que travaremos aqui sobre questão agrária, cadeia produtiva da soja e presença brasileira.

6.2 Os espanhóis e a conquista do oriente

A conquista espanhola no oriente boliviano teve características particulares em relação aos demais territórios do país, e a região do departamento de Santa Cruz em especial. O início formal da colonização deu-se em 1536, e as expedições espanholas tinham dois objetivos: descobrir fontes de minerais, em especial de ouro, e identificar uma rota entre o Rio da Prata e o Peru. Uma notória expedição foi liderada por Irala e Ñuflo de Chávez; este último, personagem que nomeia uma das províncias do departamento de Santa Cruz, fundaria, em 26 de fevereiro de 1561, a cidade de Santa Cruz de La Sierra (à época cabeça de governo da região de moxos) (ROMERO BONIFAZ, 2008).

O oriente boliviano e a região do atual departamento de Santa Cruz contaram com missões jesuíticas dentre as suas expedições colonizadoras, como também ocorreu no Brasil. Tais missões tiveram início no século XVI e fundaram diversos municípios que hoje compõem o departamento. As atividades eram muito similares às que conhecemos pela história do Brasil, e consistiam em ensinar aos indígenas ofícios de tecelagem, carpintaria,

alfaiataria e construção, além de incorporá-los às atividades agrícola e pecuária que passavam a ser desenvolvidas (ROMERO BONIFAZ, 2008).

Os colonizadores espanhóis implementaram formas organizativas tanto para governar os municípios e regiões como também por meio da igreja, o que historicamente foi se mesclando e transformando:

Desde 1701 se instituyeron los cabildos indigenales integrados por alcades, regidores y procuradores. Las autoridades portaban bastones de mando (Ibid:23-24). Se encontraban subordinados, sin embargo, a la autoridad misional. La reducción indígena, se desempeñó en varios oficios y actividades económicas bajo monopolio comercial de las autoridades misionales lo que les permitió acumular poder político, económico y cultural. [...] Las instituciones coloniales tuvieron connotaciones especiales en el oriente debido a los extensos territorios, la beligerancia de la población indígena, la distancia con relación a los centros comerciales y por la carencia de medios para implementar los sistemas de organización económica. En estas circunstancias las reducciones se implantan en condiciones de mucha pobreza. A su vez, al igual que en la región andina, representan estructuras de explotación económica, control político y aprisionamiento cultural de la población indígena. [...] En definitiva, las reducciones mencionadas a cargo de jesuitas primero y franciscanos después, substituyeron a las encomiendas de la región andina. De ahí se deduce la mayor influencia de la Iglesia Católica, hasta nuestros días, en el actual territorio correspondiente al oriente (ROMERO BONIFAZ, 2008, pp.54-55).

A disputa travada entre a organização social que impunham os colonizadores espanhóis e a resistência indígena pela sua própria organização resultaram em pobreza e desigualdade no oriente boliviano, o que se verifica até os dias de hoje.

6.3 A república e a questão agrária no oriente antes da Reforma Agrária de 1953

A chamada guerra pela independência na Bolívia ocorreu entre 1810 e 1825. Como no restante da América Ibérica, o período das lutas de libertação coincidiu com as invasões napoleônicas na Espanha e o enfraquecimento do poder da coroa. Na Bolívia a independência

foi proclamada em 1810, mas apenas quinze anos depois é que a república foi estabelecida, por intermédio de Simón Bolívar, a quem se deve o nome do país.

O advento da república deu-se em um contexto de território fragmentado, democracia censitária e Estado frágil:

Las circunstancias del nacimiento de la República, según José Fellmann (Op. Cit.: 139-141), fueron las siguientes:

1. Sus regiones se encontraban desvertebradas; altiplano, valles, llanos y litoral.
2. La imposición de una democracia censitaria condicionada a una renta, excluyendo a la población indígena, fracturando el campo de la ciudad, proceso profundizado con el régimen latifundista de tierras.
3. Arcas estatales desmanteladas.
4. Una población aproximada de 1.5 millones de habitantes, con un 0.5% de población alfabeta en el área rural y no más del 15% en las ciudades.
5. El bloque de poder político estaba integrado por los terratenientes, los grandes comerciantes, los dueños de minas y obrajes, quienes habían establecido una alianza con el estamento castrense para imponer su dominación (ROMERO BONIFAZ, 2008, pp.57-58).

A independência boliviana foi promovida pelos criolos que, por haverem conquistado algum poder econômico, viam a necessidade de tomar o poder político do controle dos espanhóis. Nesse momento o imperialismo britânico já tentava estabelecer relações comerciais diretas com o “novo mundo”, apesar de que as colônias americanas banhadas pelo atlântico puderam aproveitar mais dessa relação, além de atraírem mais capitais. Por sua vez, as regiões e novos países que não se encontravam nessas condições seguiram por mais tempo com uma organização territorial e social – portanto, do campo – muito semelhante à do feudalismo (ROMERO BONIFAZ, 2008).

La fundación de la república no represento el tránsito de una estructura económica-social a otra distinta; en el ámbito agrario fue la prolongación del sistema feudal bajo un nuevo marco jurídico-político, el que formalmente adquirió matices de corte liberal (Romero, 2005:108). Bolivia heredó la estructura social colonial que racializó las diferencias sociales, convirtiendo la exclusión étnica en el eje de articulación estatal (García Linera, 2003:75). [...] la oligarquía criolla fue incapaz de formular un discurso nacional porque el mayor límite para hacerlo fue el carácter que imprimió a sus relaciones con los indígenas, por lo que optó por comprimir su espacio de interpelación política e ideológica a una estrecha minoría de doctores y letrados criollos que despreciaban a un país del que al mismo tiempo se sentían sus dueños (en Rivera, 2003:64) (ROMERO BONIFAZ, 2008, pp.58-59).

Percebe-se que, de uma maneira bastante parecida, as independências latinoamericanas trataram de um processo no qual os protagonistas eram as elites locais desenvolvidas, que encontravam um meio para aprimorar a sua própria acumulação de capital, e o faziam de maneira ainda vinculada ao “velho mundo”, mesmo que sob outras relações e denominações. Assim temos que o caminho que levaria esses novos países, e, nesse caso, a Bolívia, a pensar-se autonomamente demoraria a chegar, e muitas vezes só os observamos mesmo já no final do século XX.

7 O contexto mundial da produção de soja e a situação na Bolívia

Para compreender o significado da produção de soja na Bolívia, a sua conseqüente inserção no mercado internacional de *commodities* e interpretar as questões internas dela decorrentes, é importante ter uma noção da trajetória desse cultivo a nível mundial. Para termos uma ideia, a superfície cultivada de soja já chegou a mais de 93 milhões de hectares em mais de 90 países do mundo, com uma produção que superou 220 milhões de toneladas. Dentre esses países, Estados Unidos, Brasil e Argentina aportam 77% da produção, enquanto os sulamericanos Brasil, Argentina, Paraguai e Bolívia correspondem à 44% da produção mundial. O mercado é maiormente a União Europeia e a China, que compram cerca de 37 e 20 milhões de toneladas ao ano, respectivamente, e ele é controlado por quatro transnacionais, a saber: ADM, Bunge, Cargill (todas estadunidenses) e a francesa Dreyfuss (RIBERA ARISMENDI, 2008). O controle total do mercado por elas se dá porque, em cada país produtor, se não contam com sedes diretas, estão associadas à empresas locais.

A soja é uma semente oleaginosa, a principal em quantidade de produção deste grupo (60%), que compreende uma grande variedade de produtos. Têm também lugar de destaque o girassol, o algodão, a palma africana, o gergelim, a linhaça, o amendoim, o rícino, dentre outros. A soja também desempenha um papel regulador no mercado de todos esses produtos, não só de demanda e oferta, como também dos preços. Tamanha importância deve-se principalmente aos seus subprodutos, dentre os quais a farinha de soja, que sai na frente por ser a base da produção industrial de alimentos para avicultura e pecuária intensiva, suína e bovina, por ordem de grandeza. Em escala muito menor, essa farinha também é utilizada na industrialização de colas, reagentes para análises laboratoriais, plásticos e têxteis, além de alimentos destinados ao consumo humano, como massas, comidas infantis e cervejas (PÉREZ LUNA, 2007).

O óleo de soja é outro importante subproduto, que se destina tanto para o consumo humano (do próprio óleo em sua forma líquida, ou, quando sólido, como margarina e gordura vegetal) como industrial, medicinal e farmacêutico (na produção de agentes anticorrosivos, combustíveis, isolantes, produtos elétricos, tintas, pesticidas, sabão, etc.). O consumo humano do óleo e dos outros derivados da soja não ultrapassa 10% da produção total do grão, ainda que represente um aumento em relação à esse índice na década de 70 (PÉREZ LUNA, 2007).

Segundo Pérez Luna, por ser um produto de fácil industrialização, ou seja, o beneficiamento do grão da soja não necessita de uma indústria sofisticada e cara, faz com que os países produtores do grão passem a incentivar cada vez mais a indústria dos subprodutos, podendo assim exportar com mais valor agregado. Por outro lado, no entanto, os países importadores de tais produtos buscam comprar daqueles que o vendem na forma crua. O autor também nos apresenta hipóteses que explicam a razão de tamanho aumento de produção e consumo de soja no mundo, notoriamente ligadas à alimentação de animais para consumo humano. A crise da “vaca louca” teria sido um fator de influência durante os anos noventa, na medida em que a União Europeia proibiu quase que completamente o uso de farinhas de origem animal para a alimentação do gado, daí o interesse pela farinha de soja. Quanto à origem desse interesse mais atrás no século XX, destaca:

[...] a partir de la conclusión de la Segunda Guerra Mundial y por varias décadas, la demanda mundial de proteínas para la producción de alimentos balanceados para el ganado se concentró en las anchoas y otros pescados provistos sobre todo por algunos países del Sur y en la harina de soya producida casi exclusivamente por Estados Unidos. Pero en la década del setenta se presentaron casi al mismo tiempo dos acontecimientos naturales, probablemente ocasionados por un mismo fenómeno (la corriente El Niño): la drástica disminución de anchoas en el Pacífico sudamericano y una severa sequía en Estados Unidos. La confluencia de ambos determinó una fuerte contracción de la oferta mundial de los dos insumos que se utilizaban en la producción de alimentos balanceados, lo que a su vez generó un poderoso incentivo para que algunos países sudamericanos, que ya tenían cultivos de soya en escala moderada, incursionaran con fuerza creciente en el comercio internacional de ese producto (PÉREZ LUNA, 2007, p.37).

Há que ressaltar, contudo, que na ocasião descrita acima, as transnacionais que hoje monopolizam o mercado sojeiro já se encontravam em atividade e o agronegócio estava sendo impulsionado no mundo todo também para outros produtos agrícolas. Sendo assim, entendemos aqui que o desenvolvimento do capitalismo no campo estava já na época apontando para os rumos que tomou e que o caracteriza hoje.

É a partir dos anos noventa que se verifica um crescimento abrupto do comércio internacional da soja:

[...] pues en poco más de una década (entre 1992 y 2004) el volumen mundial se incrementó en un 79%, y las exportaciones en un 221% (Bocchetto, *op cit*). Este vertiginoso ascenso, de acuerdo a López (citado por Bocchetto, *op cit*), se explica en gran medida por la emergencia de la

economía china, ya que el sustantivo aumento del ingreso *per capita* de este país y los cambios en los hábitos de vida de su población, que va urbanizándose aceleradamente, determinaron una multiplicación de su demanda del grano, que no pudo ser satisfecha por su producción doméstica. La importancia del mercado chino queda elocuentemente marcada por la magnitud del volumen de sus importaciones recientes (el año 2003 representó el 35,4% de las compras mundiales) (PÉREZ LUNA, 2007, p.38).

Tal crescimento vem acompanhado de uma mudança importante nos hábitos alimentícios e de consumo da população mundial. Com a intensificação do consumo de carne, esta passou a ser a fonte principal de proteínas da alimentação humana, em detrimento dos cereais, frutas e legumes; e há dados que apontam que essa mudança no padrão de consumo alimentar ocorreu também nos países orientais, tradicionalmente consumidores de cereais. Como fizemos menção acima, tais mudanças não poderiam ter sido viabilizadas sem a mediação de um desenvolvido mercado internacional, gestado principalmente pelas transnacionais da alimentação e, como nos lembra Pérez Luna, como efeito da liberalização econômica promovida pelo Consenso de Washington.

Al parecer, el planeta asiste a una etapa de duración indefinida, en la que los productos oleaginosos, particularmente la soya, resultan ser un pilar fundamental de la industria alimenticia, más allá de las controversias que genera en varios sentidos. Por lo mismo, los análisis especializados prevén un crecimiento relativamente constante de su demanda y un aumento gradual de la importancia de la región sudamericana en el abastecimiento mundial del grano y de sus subproductos, especialmente de Brasil y Argentina, que ya son reconocidos como potencias mundiales desde la década de los años noventa, cuando inauguraron un período explosivo de la actividad, debido a la vigencia de políticas de liberalización del comercio internacional, a la fuerte reducción del área cultivada en la Unión Europea (en un 50% en esos años) y a su competitividad, centrada en buena medida en la disponibilidad cuali y cuantitativa de recursos naturales (Lapitz *et al, op cit*) (PÉREZ LUNA, 2007, pp.40-41).

Concluimos com essa observação importante de ser feita diante do cenário atual do cultivo e comércio da soja mundialmente.

7.1 O desenvolvimento da soja na Bolívia e em Santa Cruz

Indiscutivelmente, hoje, o complexo oleaginoso da Bolívia exerce um papel determinante nas economias regional e nacional boliviana. A cena política do país atualmente abrange um intenso debate acerca da questão agrária e da reforma agrária, o que quer dizer que o modelo do agronegócio adotado está em permanente discussão e avaliação. No entanto, essa centralidade do setor na movimentação da economia da Bolívia é um fato dado e aceito pela ampla gama de setores envolvidos no debate: governamentais, empresariais, organismos de cooperação multilateral e, naturalmente, as agremiações dos produtores e beneficiadores dos produtos (PÉREZ LUNA, 2007). Dados de 2003 nos apresentam as seguintes informações sobre a produção de soja na Bolívia:

- Contribuye con el 6% en la formación del PIB nacional.
- Aporta com la cuarta parte de las exportaciones bolivianas.
- Genera 45 mil empleos directos, com tendencia a crecer en función del área cultivada.
- Más de un tercio de la superficie sembrada en Bolivia corresponde a oleaginosas.
- Moviliza el transporte interno en forma significativa, desencadenando otros efectos multiplicadores en la economía.
- Las inversiones en el sector alcanzan los 700 millones de dólares.

(PÉREZ LUNA, 2007, p.127)

O cultivo da soja na Bolívia nos dias de hoje localiza-se principalmente no departamento de Santa Cruz, na chamada zona integrada (que compreende as regiões de Montero, Okinawa e Mineros), na zona de expansão (regiões de Pailón, Tres Cruces e San José), e, mais recentemente, também nas regiões de San Pedro e San Julián. No departamento de Tarija, ao sul de Santa Cruz, no Gran Chaco, também há algo de produção sojeira, mas em menor proporção.

La soya es una planta leguminosa, cuyas más antiguas referencias de su cultivo datan de 3.000 años AC., en la China. Las primeras experiencias agrícolas en América datan de 1804 (Pensylvania) y de 1882 en Brasil. Empieza a ser cultivada en Santa Cruz de la Sierra en 1928, los primeros estudios en Bolívia fueron en 1950. La característica más notable de este grano es el contenido de proteína que supera en promedio el 40% y la

cantidad de aceite que supera el 20%. La soya es una planta de día corto, la mayoría de las variedades existentes están adaptadas a latitudes altas (subtropical-templado). En general, requiere como mínimo 300mm. de lluvia anual, su productividad aumenta con el aporte hídrico. La soya no es muy exigente en suelos ricos en nutrientes, por lo que el cultivo se ha adaptado a suelos relativamente pobres. Su mejor desarrollo se da en neutros o ligeramente ácidos. Es especialmente sensible a los encharcamientos del terreno, por lo que no prospera en suelos de textura arcillosa y con tendencia a encharcarse. Existen más de tres mil variedades de soya, con ciclos vegetativos que fluctúan desde los noventa días hasta cerca de los doscientos, y con diferentes exigencias en cuanto a la duración del día y requerimientos de suelo. El consumo humano directo de la soya y sus aceites derivados en el mundo es muy bajo, en términos de comparación a otros productos agrícolas, esto significa menos de un 10% el mayor porcentaje está destinado a la alimentación animal y diversos usos industriales (RIBERA ARISMENDI, 2008).

A entrada da produção boliviana de soja no mercado dá-se a partir da década de 50, impulsionada pelo decreto de Reforma Agrária de 1953 que passaria a desenvolver a industria capitalista no campo na porção oriental do país. Um primeiro impulsionador desse processo foi o Plan Bohan, lançado em 1940 como uma parceria entre os governos boliviano e estadounidenses, e que sugeria o desenvolvimento e integração do país para a produção de maior quantidade de bens de consumo; é a partir dele que se inicia a chamada “marcha para o oriente” e que é instalado o principal engenho açucareiro de Santa Cruz até hoje, o Ingenio Guabirá. Nesse processo também ocorreu a colonização da região de Santa Cruz, tanto com gente que vinha do ocidente do país como com estrangeiros, e os primeiros foram os japoneses e menonitas⁴⁵, nas décadas de 60 e 70, respectivamente (RIBERA ARISMENDI, 2008).

El núcleo donde empezó el fenómeno de la soya fue la denominada “Zona Integrada” de Santa Cruz (contigua al norte de la ciudad de Santa Cruz de la Sierra), en la cual convergieron, en una primera etapa, colonizadores japoneses, menonitas, colonos collas de las tierras altas y campesinos cruceños. A inicios de los años 60, la soya era un cultivo marginal, predominando el algodón, caña y maíz. Ya en 1967 fueron registradas, en el oriente de Bolivia, algo más de 300 hectáreas de soya, en 1975 se verificó un salto exponencial con más de 28.000 hectáreas, cifra que se triplicó para 1985, cuando se registraban 70.000 hectáreas. A mediados de los años 80, la Zona Integrada del norte cruceño ya estaba absolutamente saturada de cultivos de soya y las fronteras agrícolas buscaban expandirse en otras regiones (RIBERA ARISMENDI, 2008, p.10).

⁴⁵ Cf. apêndices A e D, entrevistas com Federico M. e Nilson M., respectivamente.

Diferente do que ocorreu com outros setores na Bolívia, a soja não sofreu a crise internacional relacionada à dívida externa nos anos 70. Isso aconteceu porque a proporção da produção que se destinava à exportação ainda era muito pequena, além de que se contava com um desenvolvimento industrial exitoso no ramo do óleo comestível voltado para o mercado interno, que ia de encontro à expansão dos centros urbanos no país. É interessante observar que esse movimento industrialização-consumo interno de tal produto ocorria concomitantemente, com alguma diferença de tempo, a outros países sulamericanos, a ressaltar o Brasil.

Esse comportamento do setor sojeiro assim seguiu: no início dos anos 80 a Bolívia sofreu com uma hiperinflação, o que provocou, de maneira generalizada, uma recessão na agricultura. No entanto, a soja continuava a apresentar crescimento, inclusive contou com a duplicação, até o final da década, da sua superfície de cultivo, além de seguirem as implantações de novas plantas industriais para beneficiamento do grão. Um outro dado é que a crise hiperinflacionária estimulou o aumento das exportações e também do contrabando, o que fez crescer ainda a demanda interna (RIBERA ARISMENDI, 2008). É importante lembrar também que tudo isso pôde ocorrer – o desenvolvimento produtivo da soja em um país com sérios problemas econômicos – porque a demanda e os preços internacionais pela soja e seus subprodutos cresciam vertiginosamente. Com isso o setor logrou também farto financiamento para o seu desenvolvimento.

Nas medidas de ajuste estrutural tomadas na década de 80 o setor sojeiro viria a ter um papel importante na reestruturação da economia da Bolívia. Em 1985, quando foram adotadas políticas de liberalização dos mercados de bens, houve ampla atuação de organismos internacionais para a implantação das novas diretrizes econômicas e planos de desenvolvimento para o país. Com o programa *Tierras Bajas del Este*, com financiamento do Banco Mundial, da *Corporación Andina de Fomento* (CAF), e outros aportes financeiros vindos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e de cooperações de países europeus (como a alemã), adotou-se um projeto de ampla expansão da fronteira agrícola da soja sob imenso custo ambiental, com derrubadas de mata virgem, utilização de solos bons (que poderiam ser usados para outros gêneros alimentícios, já que a soja não o requer) e distribuição de terras estatais; isso tudo assegurou mercados para a soja boliviana na Comunidade Andina de Nações (CAN). Dessa maneira era reorientada a economia do país, de forma a utilizar o complexo produtor de soja como seu impulsionador (RIBERA ARISMENDI, 2008).

A recepção internacional para a soja e seus derivados nos anos 90 foi ainda maior:

En la década de los 90 se produce un inusitado incremento de la demanda de la soja en el mundo, producto mayormente de la apertura de las industrias de alimentos balanceados. En relación a ello, entre 1992 y 1993 se da un “boom” del cultivo de la soja en el país, subiendo la superficie cultivada a más de 200.000 hectáreas. Los siguientes años la expansión de la soja hacia el este de Santa Cruz es frenética, solo en 1997, la superficie de los cultivos aumento en 143.000 hectáreas, más de 14 veces que en los años anteriores (RIBERA ARISMENDI, 2008, p.13).

No entanto, esta década também assistiu a uma crise dos preços internacionais da soja, e, assim, a agroindústria boliviana também se prejudica. Somado a isso, os efeitos climáticos do *El Niño* afetaram a fertilidade dos solos negativamente.

Contradictoriamente, en pleno período de la crisis soyera y contracción de precios internacionales, muchos productores adoptaron una estrategia “irracional” de expandir los cultivos a gran escala, posiblemente decidiendo “apostar” todo bajo la influencia de los excelentes precios de anteriores campañas y ante la expectativa de una rápida fluctuación positiva de los precios (Pérez, 2007). El resultado fue desastroso y un gran número de productores, especialmente medianos y grandes, se vieron enfrentados a enormes deudas y se declararon en quiebra. Urioste y Pacheco (2003) mencionan que, en dicha época, se produjo la fuga de varios productores brasileros grandes y medianos endeudados, que abandonaron tierras y maquinarias. A la crisis de los precios internacionales, los años 1998-1999, se sumaron, las condiciones climáticas adversas (sequía seguida de inundaciones) agravando el nivel de rendimiento (bajo 1.5 Tn por hectárea) y la producción total (RIBERA ARISMENDI, 2008, pp.13-14).

Os efeitos mais graves dessa crise, contudo, incidiram sobre os médios produtores, que, muito endividados, já não podiam recuperar por não ter recursos para novo plantio, não dispor mais de sementes ou maquinaria, além de sofrerem mais com a queda do rendimento dos solos. Mais recentemente, nos três primeiros anos da década de 2000, é que o setor conseguiu começar a recuperar-se, mas ainda enfrentando altos e baixos e problemas como déficit na provisão de combustível e a perda do mercado colombiano; até então o maior mercado demandante, que agora passara a negociar com os Estados Unidos em função de um tratado de livre comércio (TLC) assinado (RIBERA ARISMENDI, 2008)⁴⁶.

Nesta década de 2000 a Bolívia tem assistido a diversos conflitos sociais e políticos:

⁴⁶ Cf. Anexos E, F, I, J, K, L, M, N, O.

Entre el 2003 y el 2005 fue una época de altibajos, debido a la crisis social y política, mientras que el 2006 y el 2007 se agudizó la crisis del sector debido al impacto climático del El Niño-Niña, traducido en fuertes inundaciones en las tierras bajas. En la campaña 2007, la superficie sembrada se estima que fue cercana 560.000 hectáreas, de las cuales se logró una cosecha efectiva de tan solo el 76.5%, que alcanzó 836.445 TM (Zeballos, 2008), cifras que denotan el marcado descenso de la producción (RIBERA ARISMENDI, 2008, p.26).

Os ganhos com a produção foram recuperados e a crise econômica internacional que atingiu principalmente os países desenvolvidos não foi muito sentida pelo setor.

El cultivo de la soya tiene estrecha relación con el IIRSA, así como con grandes intereses de corporaciones transnacionales. En Bolivia, la mayor parte de los más grandes productores de soya, que acaparan más de un 70% de la superficie de la producción, son brasileros y argentinos o consorcios mixtos con escasa participación nacional. Esta situación genera numerosas dudas sobre la consistencia de los beneficios reales a la nación y, en especial, a las regiones y localidades productoras. De cualquier forma, más allá de los supuestos beneficios del sector, los costos ambientales y sociales, nunca formalmente internalizados en las cuentas finales, son a primera vista muy altos. Los mercados mundiales en expansión descontrolada de los cultivos de la soya en el país, la devastación de enormes superficies de tierras naturales frágiles y ricas en recursos de la biodiversidad. Todo esto, además, bajo el incentivo perverso del IIRSA, la apertura a los transgénicos y de la lógica de los agro-biocombustibles. Se ha puesto en discusión la mitificación de los beneficios derivados de la producción sojera, basado esencialmente en los elevados ingresos derivados de la exportación al PIB. Sin embargo, tanto los costos de inversión, como de transporte y exportación, además de las pérdidas por diversos factores, hacen que los márgenes de beneficios, en especial para los municipios y poblaciones locales de las zonas productoras, y en especial para los productores pequeños, sean más bien magros. Los mayores beneficiarios del cultivo de la cadena de la soya son los grandes y medianos productores (empresarios, consorcios y otras formas corporativas), las industrias de agregación de valor, los brokers e intermediarios, las empresas transportadoras, comercializadoras y en especial las exportadoras transnacionales como CARGILL o BUNGE (RIBERA ARISMENDI, 2008, pp.07-08).

O aporte econômico oriundo da exportação da soja segue sendo fundamental ao país e a discussão sobre ela é bastante delicada e controversa, num conflito entre os ganhos econômicos e os custos sociais e ambientais (RIBERA ARISMENDI, 2008). A presença de estrangeiros na cadeia produtiva do setor traz ainda mais dúvidas em relação ao benefício conseguido pelas regiões e pela própria Bolívia. Isto discutiremos logo a seguir.

7.2 Presença de estrangeiros no setor e o caso dos brasileiros

A presença de estrangeiros na agricultura boliviana, e em especial na agricultura sojeira, deu-se a partir das políticas públicas de migração interna e externa adotadas com a Reforma Agrária de 1953. Atualmente, os principais grupos presentes na produção de soja na Bolívia são de brasileiros, japoneses e menonitas. Tais grupos foram chegando aos poucos desde a década de 50, e conformavam parcela expressiva dos produtores cruzenhos na década de 80. Eles tiveram protagonismo no desenvolvimento da soja nesta época, já que a economia do país encontrava-se em crise. Da mesma forma que, simplesmente por sua natureza, a produção de soja encontrava eco no mercado internacional e pôde se desenvolver em meio a uma crise, esse desenvolvimento se deu alheio à crise porque o capital investido – capital dos próprios produtores, não só dos organismos financeiros internacionais – vinha de fora. Assim tinham acesso à terra, maquinaria e também crédito. Isso nos confirma Pérez Luna:

[...] se puede encontrar que en la etapa 1980-1985 la primacía siempre la tuvieron los productores menonita, detentando casi invariablemente más del 50% del área total cultivada de soya en el país. Destaca además el incremento absoluto del área cultivada a cargo de este grupo en un período de crisis económica generalizada, cuando los productores nacionales más bien redujeron su participación en términos absolutos y relativos. Resalta también el aumento de la participación del grupo de productores japoneses y la incursión (en apariencia eventual) de varios otros productores de origen extranjero, entre los que ya sobresalían los brasileños. Por tanto, es gracias a los productores no nacionales que el área cultivada registró un crecimiento sostenido en pleno período de la hiperinflación (PÉREZ LUNA, 2007, p.75).

A influência de brasileiros no desenvolvimento da cadeia produtiva da soja na Bolívia é notória. No entanto, a ausência de informações precisas sobre o tema imperou na construção dessa pesquisa. Portanto, escolhemos fazer uma análise do material de entrevistas que colhemos, e é o que apresentamos a seguir.⁴⁷

⁴⁷ Algumas das informações estatísticas coletadas constam nos anexos F, G e H deste trabalho.

8 A inserção dos brasileiros, por eles mesmos e pelos bolivianos

A coleta de informações sobre a inserção dos brasileiros no desenvolvimento da cadeia produtiva da soja na Bolívia não foi tarefa fácil. A ausência de dados era, normalmente, o “material” encontrado nos órgãos estatais, organizações não-governamentais e agremiações da categoria; dados sistematizados então, mais difícil ainda. Um tema que, a princípio, parece ser de importância para a sociedade estudada, não foi ainda objeto de um estudo específico, desenvolvido na própria Bolívia e por cidadão boliviano; veio a sê-lo por uma brasileira, o que também nos parece igualmente pertinente. Tampouco, é necessário observar, é um tema de estudo que desinteressa aos bolivianos (pelo contrário), e isso podemos afirmar com relação tanto aos setores organizados da sociedade civil com os quais tivemos contato durante a pesquisa de campo, e que mencionamos acima, como aos mais diversos bolivianos que conversamos durante o dia-a-dia no país vizinho: comerciantes, estudantes, motoristas de táxi etc. A questão da terra é algo latente na vida do boliviano, o país vem de uma década de lutas sociais intensas, e portanto de acirramento das oposições políticas, e o Brasil, cada vez mais, tem desempenhado um papel influente sobre este país, além da sua visível importância geopolítica regional. Definitivamente, assuntos relacionados ao Brasil interessam à Bolívia e aos bolivianos.

Diante disso, aventamos algumas possibilidades para o fato de não termos encontrado material sistematizado sobre o tema, e verificamos também, na prática, alguns destes motivos. O primeiro deles é o mesmo motivo pelo qual tivemos de mudar a nossa hipótese ao chegar a campo: os brasileiros que aqui estão e que participaram do desenvolvimento da cadeia produtiva da soja na Bolívia estão incorporados à sociedade local e, de certa forma, “diluídos” na estrutura de poder que ali se constituiu, conjuntamente com outros fatores.

Sendo assim, e considerando que a questão agrária no país é algo latente na política e nas pesquisas desenvolvidas na Bolívia, encontramos estudos sobre a formação das elites rurais e também sobre a presença de estrangeiros dentro delas, mas não especificamente sobre brasileiros, e é interessante constatar que a totalidade das vozes que escutamos afirma a superioridade da presença brasileira, em relação aos demais grupos de estrangeiros, no tema estudado seja em quantidade de pessoas e de investimento ou em importância.

Verificamos, ao entrar em contato com esferas estatais como o *Ministerio de Desarrollo Rural y Agropecuario*, *Viceministerio de Tierras*, *Instituto Nacional de Reforma Agraria* (INRA) e *Instituto Nacional de Estadística* (INE), que a informação disponível também era pouca. Muitas delas eram as mesmas que havíamos encontrado nas agremiações do setor produtivo privado, e que haviam sido por elas produzidas. O tema de distribuição e titulação de terras na Bolívia é bastante precário, e mesmo com os esforços verificados no governo Evo Morales para solucionar o problema, não logramos acessar um material completo a respeito⁴⁸. Tampouco encontramos sistemas de georreferenciamento que nos dessem indicações precisas sobre as áreas de cultivo de soja.

As organizações não governamentais (ONGs) e institutos de pesquisa também não dispunham de tais informações, e em algumas ocasiões fomos inquiridos sobre o que havíamos descoberto de interessante. Foi possível observar que na Bolívia as organizações deste tipo são bastante politizadas e desenvolvem trabalhos e projetos ligados às pautas políticas da conjuntura; num momento em que os movimentos sociais elegem um presidente, o primeiro presidente indígena da América Latina, e que o país passa por uma reforma constitucional tão importante, não é difícil entender porque, dentro do tema terras, não se têm trabalhado especificamente a questão estrangeira; por este setor a pesquisa em questão foi recebida com interesse. Como é possível perceber, acessamos dados bastante generalizados acerca da presença estrangeira no setor produtivo em questão; de todo modo, a presença brasileira no desenvolvimento do agronegócio na Bolívia, e portanto, no desenvolvimento da cadeia produtiva da soja, é conhecida e dificilmente não nos deparamos com fortes opiniões a respeito: é uma influência “sabida”, temida ou admirada, dependendo da posição do interpelado.

Tivemos então que enfrentar esses fatos e encontrar uma alternativa para a apresentação de informações. A pesquisa exploratória foi a primeira fase do trabalho de campo, na qual foram entrevistadas pessoas de destaque nos setores envolvidos com o agronegócio na Bolívia, além de pesquisadores da área e intelectuais. Nesta etapa foi possível conhecer o processo de desenvolvimento do agronegócio no país (sobre o qual não contávamos com bibliografia no Brasil), tomar contato com bibliografia nacional sobre esse processo, sobre a história da Bolívia e sobre a conjuntura política atual – algo que chama a

⁴⁸ No ano de 2008 a polarização política do país, correspondente às regiões ocidental e oriental, acirrou-se em torno do tema da elaboração da Nova Constituição Política do Estado. Em Santa Cruz de la Sierra, forças opositoras de direita atacaram diversos órgãos estatais, inclusive queimaram a sede regional do INRA, resultando na perda de todos os seus arquivos (GARCÍA LINERA, 2008).

atenção, e que torna o país um local interessantíssimo para trabalho de campo, é a coexistência de um processo político e de uma produção literária acerca dele bastante intensos.

Nesse processo tomamos conhecimento também de dados, principalmente relacionados à produtividade do setor agropecuário, e produzidos pelas agremiações do próprio setor, que nos deram a dimensão da participação do setor sojeiro na economia do país, e assim propiciando-nos traçar o cenário da Bolívia no mercado internacional do produto.

As entrevistas colhidas, contudo, reúnem uma quantidade grande de informações e dão conta de preencher a trajetória histórica da inserção brasileira na produção de soja da Bolívia, além de contar com as opiniões, diversas, de cada setor envolvido. A partir delas poderemos apresentar um cenário interessante sobre essa história comum e ainda obter algumas linhas de análise sobre as questões sociais que são geradas a partir de tais relações de produção.

Para tanto, nos foram úteis algumas premissas teóricas acerca do trabalho de campo e da utilização de entrevistas, que, felizmente, são coincidentes com a nossa opção, a partir do mencionado redirecionamento da hipótese na ocasião do contato com a realidade do objeto de estudo, por agregar ao presente estudo uma leitura sociológica. Aportamos, então, da teoria de Pierre Bourdieu, as concepções de “prática”, e os conceitos que conformam e explicam as “estruturas simbólicas” e o “espaço social”.

8.1 Em campo: “a lógica da prática”

Em sua obra “El sentido práctico” (2007 [1980]), Pierre Bourdieu cria um novo conceito, a “lógica da prática”, por meio do qual, diferindo de toda a tradição teórica anterior acerca da “prática”, outorga à ela uma condição primeira de vivência, e não de elaboração. A partir deste novo conceito, discute a produção científica sobre práticas sociais, referindo-se principalmente a trabalhos etnográficos. Para nós, suas elaborações são úteis tanto para pensar a prática do sujeito estudado (sua inserção, ação e influência no meio social em que vive) como para pensar a prática do pesquisador e seu olhar sobre o primeiro (a nossa postura na coleta de dados em campo e na ação de trabalhá-los).

O autor parte do princípio de que há uma disjuntiva entre a “linguagem da consciência” e a “linguagem do modelo mecânico”, ou seja, entre a prática em si e o pensamento e o discurso sobre a própria prática (2007 [1980], p.137). Tal disjuntiva permeia a relação entre as classes e os grupos sociais, na medida em que cada uma delas e deles pensa a si de maneira distinta à que pensa os demais. Para o nosso trabalho essa concepção é fundamental, visto que analisaremos discursos de representantes de diferentes grupos sociais acerca do grupo conformado pelos brasileiros que atuam na produção de soja na Bolívia.

Nos interessa também a concepção de Bourdieu de que cada classe social tem um discurso, e de que a classe dominante em uma sociedade tem o monopólio do discurso sobre o mundo social (2007 [1980], p.137), já que estudaremos um grupo componente da classe detentora de meios de produção e/ou da classe proprietária rural na Bolívia, para usar a categoria kautskyana, ainda que agreguemos outros fatores na compreensão do conceito de classe social.

Quanto à elaboração teórica acerca de determinada prática, exercício este próprio das ciências sociais, Bourdieu faz algumas colocações. Nos interessa particularmente que:

Es una y la misma cosa descubrir el error teórico que consiste en dar la visión teórica de la práctica por la *relación práctica* con la práctica o, más precisamente, situar en el origen de la práctica el modelo que debe constituirse para dar razón de ella, y percibir que este error tiene por principio la antinomia entre el tiempo de la ciencia y el tiempo de la acción, que lleva a destruir la práctica imponiéndole el tiempo intemporal de la ciencia. Pasar del principio práctico al esquema teórico, construido después de la batalla, del sentido práctico al modelo teórico, que puede ser leído bien como un proyecto, un plan o un *método*, bien como un programa mecánico, ordenanza misteriosa misteriosamente reconstruida por el científico [*savant*], es dejar escapar todo lo que constituye la realidad temporal de la práctica en su desarrollo. La práctica se desarrolla en el tiempo y tiene todas las características correlativas, como la irreversibilidad, que la sincronización destruye; su estructura temporal, es decir, su ritmo, su *tempo* y, sobre todo, su orientación, es constitutiva de su sentido: como en el caso de la música, toda manipulación de esta estructura, aunque se trate de un simple cambio de *tempo*, aceleración o desaceleración, le hace sufrir una desestructuración irreductible al efecto de un simple cambio de eje de referencia. **En una palabra, debido a su total inmanencia a la duración, la práctica está ligada con el tiempo, no sólo porque se juega en el tiempo, sino además porque juega estratégicamente con el tiempo y, en particular, con el *tempo*** (2007 [1980], pp.138-139, grifo nosso).

Aqui temos a máxima de que a ciência destemporaliza a prática. Esse não só é um risco que, como pesquisadores, corremos, mas sim é um erro no qual, segundo Bourdieu,

incurremos (2007 [1980], p.138). O nosso objeto de pesquisa, recortado e destacado de seu contexto e temporalidade, torna-se estático, e assim distancia-se de seu sentido próprio. No caso da presente pesquisa, esse fator é agravado, ou então, para não usar uma conotação valorativa, é acentuado pelo fato de que analisaremos o caso da presença dos brasileiros no desenvolvimento da cadeia produtiva da soja na Bolívia a partir de relatos de sujeitos envolvidos, os quais se tratam, por sua vez, de memórias.

Consideramos importante ressaltar que todo relato é um exercício de memória. Isso quer dizer que a descrição de determinados fatos, ocorridos, histórias ou experiências, é produzida a posteriori, no tempo presente. O tempo presente e as condições materiais que o determinam são condicionantes da leitura do passado (HALBWACHS, 2006). Por isso, entenderemos o discurso dos nossos entrevistados *no* tempo presente, correlacionando-o com a conjuntura atual – do momento em que foi colhido o depoimento – de seu posicionamento social, assim como do *status* daquela atividade sobre a qual discorre.

Entendendo a memória como um fenômeno social, adotaremos os relatos de cada setor envolvido como uma face da memória coletiva de um grupo ou de uma classe social. Numa tentativa de reconstrução de cenários e trajetórias sociais por meio da memória, precisaremos considerar que, neste, caso, as informações provém das relações estabelecidas pelos indivíduos interpelados com as instituições sociais aos quais está ou esteve imerso (HALBWACHS, 2006); há que ressaltar, no entanto, as ocasiões nas quais os indivíduos são portavozes de discursos institucionais e/ou oficiais.

Também consideramos, e ressaltamos, que as determinações decorrentes da classe social à qual pertence o sujeito entrevistado sobrepõe-se, na medida em que a construção da trajetória do desenvolvimento da cadeia produtiva da soja na Bolívia, com a presença dos Brasileiros, contará com a identificação da formação e consolidação de uma burguesia proprietária de terras e detentora dos meios de produção agroindustriais, fator esse que mostrou-se uma constante no intervalo de tempo no qual localizamos o respectivo objeto de estudo.

Em última análise, fazemos as devidas ressalvas quanto à natureza do material disponível, as entrevistas, e do universo empírico em questão, os nossos informantes. Levamos em conta a premissa de Bourdieu de que a totalização é uma neutralização do objeto estudado (2007 [1980], p.140), mas, ainda assim, por uma necessidade de análise científica, apesar da complexidade inerente ao discurso, fazemos uso da totalização para a construção da pesquisa.

Assim, utilizamos o “sentido prático” de Bourdieu para caracterizar a nossa postura prática do trabalho de campo, assim como para compreender a “lógica da prática” interna ao papel social dos sujeitos investigados – somando, à essa parte, a noção uma noção de memória que julgamos necessário adotar. Os dois tipos de “ação prática” agora descritos são também relativizados pela questão do tempo, e realizam-se num âmbito ao qual Bourdieu denomina como “jogo”. Ambos jogos interagem na medida que uma “lógica da prática” analisa outra “lógica da prática”, culminando nos riscos e situações já explicados aqui.

Apresentamos abaixo a versação de Bourdieu a respeito e em seguida passaremos aos demais conceitos utilizados.

La urgencia que se verá, con razón, como una de las propiedades esenciales de la práctica, es el producto de la participación en el juego y de la presencia en el futuro que ésta implica: basta con situarse fuera de juego, fuera de lo que se juega [hors-enjeux], como hace el observador, para hacer desaparecer las urgencias, las llamadas, las amenazas, los pasos a seguir que constituyen el mundo real, es decir, realmente habitado. [...] El sentido del juego es el sentido del ad-venir del juego, el sentido del sentido de la historia del juego que proporciona su sentido al juego. Es decir, no hay ninguna probabilidad de dar cuenta científicamente de la práctica – y, en particular, de las propiedades que debe al hecho de desarrollarse en el tiempo – si no se conocen los efectos que produce la práctica científica sólo por el mero hecho de la *totalización*: piénsese en el esquema sinóptico que debe precisamente su *eficacia científica* al efecto de sincronización que produce permitiendo, al precio de un trabajo que requiere mucho tiempo, *ver en el mismo instante* hechos que sólo existen en la sucesión, y hacer aparecer así unas relaciones (y, entre otras cosas, unas contradicciones) de otro modo imperceptibles. [...] Dado que tiene todas las probabilidades de ignorar las condiciones sociales y lógicas del *cambio de naturaleza* que hace sufrir a la práctica y a sus productores, y, al mismo tiempo, la *naturaleza de las transformaciones lógicas que impone a la información recogida, el analista es llevado a todos los errores derivados de la tendencia a confundir el punto de vista del actor y el punto de vista del espectador*, a buscar, por ejemplo, unas soluciones a unas cuestiones de espectador que la práctica no plantea porque no tiene que plantearse, en lugar de preguntarse si lo propio de la práctica no reside en el hecho de que excluye esas cuestiones (2007 [1980], pp.140-141, grifos nossos).

E, sobre a totalização:

El privilegio de la totalización supone, de una parte, la *neutralización* práctica (implícita por tanto) de las *funciones prácticas* – en concreto, en el caso particular, la puesta entre paréntesis de los usos prácticos de unas referencias temporales – , neutralización que ejerce por sí misma la relación

de investigación como situación de interrogación “teórica” que supone la suspensión de las inversiones prácticas; y, de otra parte, la puesta en marcha, *que requiere tiempo*, de estos *instrumentos de eternización*, acumulados durante el curso de la historia y adquiridos a costas de tiempo, que son la escritura y todas las demás técnicas de registro y de análisis, teorías, métodos, esquemas, etc. (2007 [1980], p.140).

8.2 A caracterização do “espaço social”⁴⁹ e as “estruturas simbólicas” para a nossa análise

Optamos por utilizar o universo das “estruturas simbólicas” e as noções que caracterizam o “espaço social” desenvolvidos por Pierre Bourdieu porque eles nos fornecem elementos para uma análise das sutilezas e nuances presentes no comportamento do grupo social aqui estudado. Em última instância, através das entrevistas e materiais colhidos em campo, temos interesse em construir um quadro histórico-evolutivo do desenvolvimento da cadeia produtiva da soja na Bolívia a partir da presença brasileira. No entanto, essa relação desdobra-se em questões que consideramos particularmente interessantes, como a composição desse grupo de brasileiros na elite boliviana e o quê dessa relação que nos permite fazer uma interpretação em nível do relacionamento entre Brasil e Bolívia.

Além disso, como viemos explicando anteriormente neste capítulo, as informações colhidas por meio de entrevistas, ou seja, de discursos, podem ser melhor aproveitadas se fizermos uma análise qualitativa. Para tanto, julgamos pertinente trazer ao trabalho um olhar sociológico, e para realiza-lo elegemos alguns preceitos de Pierre Bourdieu.

A literatura de Bourdieu e sobre ele tecem análises sociológicas permeadas pela ideia de “campo”; permeadas e dela constitutivas. A ideia de “campo” em Bourdieu refere-se à esferas de relacionamento que podem ser estabelecidas em uma sociedade por determinado grupo. Os campos são diversos e variados, e podem ser transversais às classes sociais. Uma pessoa, por exemplo, participa de mais de um tipo de “campo” em sua vida, simultaneamente e ao longo dela.

⁴⁹ “Espaço social” é a denominação dada por Álvaro Garcia Linera ao conjunto de relações sociais estabelecidas e explicadas por Bourdieu por meio das “estruturas simbólicas” sobre as quais teoriza. Cf. GARCIA LINERA, A. Espacio social y estructuras simbólicas – clase, dominación simbólica y etnicidad en la obra de Pierre Bourdieu. In: BENAVENTE, C. et al. **Bourdieu leído desde el sur**. La Paz: Plural, 2000.

Para a nossa análise, podemos listar como campos 1) as relações econômicas e políticas que envolvem a produção de soja internamente na Bolívia; 2) cada um dos setores que aí se relacionam, como a esfera do poder público, as agremiações de produtores, os movimentos sociais e o terceiro setor; e, extrapolando a circunscrição do Estado, 3) a esfera de relacionamento internacional que propicia a comercialização da soja como *commoditie*, num âmbito econômico, e que define e coordena este tipo de atividade politicamente, por exemplo. Aqui ressaltamos o “campo político”, mas veremos o “espaço social” como uma construção tanto política como simbólica.

Em sua obra, Bourdieu discorreu bastante acerca do “campo político”⁵⁰, dialogando com a conjuntura política de seu país, a França; debateu muito a questão argelina e dialogou com os conflitos entre Estado e movimentos sociais ocorridos no país em meados da década de noventa:

Fue Bourdieu quien definió el mundo de las disputas políticas como un campo donde los sujetos políticos ocupan una posición y despliegan unas luchas en función del volumen de capital político que poseen. Ahora bien, este capital político es el capital de reputación y de reconocimiento que permite a las personas u organizaciones que lo poseen influir y modificar, parcial o totalmente, la manera cómo la sociedad representa, significa, imagina y “conoce” las jerarquías, las divisiones sociales y las “necesidades” que regulan o deben regular la vida colectiva de un país. Por ello, Bourdieu habló del campo político como del espacio de competencias y luchas simbólicas “por la manipulación legítima de los bienes políticos” que tienen por objetivo común el poder sobre el Estado (GARCÍA LINERA, 2005, p.13)

Contudo, a força da noção de campo situa-se no fato de que ele localiza socialmente o espaço das inter-relações e conexões simbólicas que caracterizam o relacionamento em sociedade. Segundo Sérgio Miceli, Bourdieu desenvolve a “sociologia dos sistemas simbólicos” (2001, p.VII). É a partir das “estruturas simbólicas” construídas por Bourdieu que podemos construir e reconstruir um “espaço social” (Garcia Linera, 2000), e assim fazer as análises sociais a que nos propomos. Segundo Álvaro Garcia Linera:

El estudio de las características pasa entonces por una conceptualización del mundo social como un espacio donde las distancias entre los agentes se definen por los volúmenes y las características de ciertas posesiones (llamadas capitales) presentes en tal espacio y que pueden ser acumuladas,

⁵⁰ Cf. BOURDIEU, P. **O campo político**. La Paz: Plural, 2001.

producidas, gestionadas. De esta manera, las posiciones ocupadas por unos son lo que son, por su relación con las otras posiciones dando lugar a una, “estructura de diferencias” fundada en la propia objetividad del espacio. Tenemos entonces, una conceptualización de espacio social como una trama intensa y dinámica, de relaciones de fuerzas de un campo de batalla donde se delimitan posiciones sobre la base de diferencias en la “distribución de las formas de poder eficientes” que están presentes en el espacio en un momento dado (2000, p.52).

Na sequencia elucidaremos alguns conceitos componentes destes sistemas simbólicos.

Aqui nos irá interessar alguns elementos que Bourdieu fornece a respeito das classes sociais, quanto à sua estruturação em si e quanto à sua dinâmica no espaço social. Sobre este último, temos a diferenciação entre “condição de classe” e “posição de classe”, definições que nos permitem identificar uma estrutura macro das classes sociais, e também uma estrutura micro, relacionada aos sujeitos de determinada classe – esse âmbito tem a ver com a postura, ou lugar de poder, que alguém pode ter em alguma esfera social, grupo ou campo, e tem a ver com o debate de Bourdieu em relação à prática, como discorremos anteriormente neste mesmo capítulo.

Bourdieu, em seu ensaio “Condição de Classe e Posição de Classe” (2001, [1966]), faz uma reflexão acerca das estruturas das classes sociais em relação à dinâmica do espaço social. Alí ele considera as classes como estruturas sociais, mas faz diferenciações conceituais que dão conta da dinâmica do jogo social, e das diferenças que podem existir entre sujeitos e formas de existência dentro de uma mesma classe, contribuindo assim para uma análise sociológica. A “condição de classe” seria aquela que localiza o indivíduo no modo de produção, enquanto que a “posição”, ou “situação” de classe corresponderiam ao papel desempenhado por um indivíduo ou grupo na sociedade em geral, ou no campo político, dando margem à uma movimentação no comportamento e na ação humana. As tomadas de posições, a ação prática, são eleições, opções de tais sujeitos, conscientes ou não em relação ao seu lugar na sociedade e ao lugar que almeja ocupar.

Agora, tais tomadas de posição dos sujeitos sociais se dão porque cada classe é, segundo Bourdieu, constituída de variáveis as quais chama capitais. Isso confere singularidade em relação à sujeitos de uma mesma classe:

Ahora bien, el conjunto de todas estas propiedades que definen multidimensionalmente las posiciones objetivas de clase presentan, en cada realidad social, un rango de preponderancia, de influencia y articulación que

sólo la investigación empírica puede proporcionar, por lo que la importancia del volumen de cada capital se establece por su relación con los otros capitales: de ahí que insista Bourdieu en que “una clase no se define por una propiedad...sino por la estructura de las relaciones entre todas las propiedades pertinentes, que confieren su propio valor a cada una de ellas, y a los efectos que ejercen sobre las prácticas. (...) las clases pueden ser vistas como específicas maneras de posicionamiento en el espacio social del que los distintos capitales y propiedades no son más que distintas dimensiones de un mismo poder social constitutivo del espacio (García Linera, 2000, pp.72-73).

Em Bourdieu, a estruturação da classe propriamente dita se dá em três âmbitos: uma dimensão objetiva, ligada à posse de variados tipos de “bens de capital” (no conceito específico do autor, o qual explicaremos melhor adiante); uma dimensão ligada ao *modus operandi* da reprodução social de uma determinada classe, ao qual denomina “habitus”; e uma estrutura simbólica que constitui “o espaço dos estilos de vida e o poder simbólico” (García Linera, 2000). Segundo Álvaro García Linera, a “dimensão objetiva da estruturação das classes”:

Se trata del momento fundante de la condición de clase que se organiza en torno a la distribución, conservación, ampliación, acumulación y transformación de tipos de propiedades sociales designadas como distintas especies de capital. (...) Esta manera de entender el capital es muy particular en la medida en que amplía la clásica interpretación de capital económico en el sentido marxista a otro tipo de bienes y a otras esferas de la vida social. (...) Resulta así que en términos globales junto al capital económico, Bourdieu propone la existencia del capital cultural, el capital social y el capital simbólico, como otros tantos principios de diferenciación social objetivos en torno a los cuales se configura una lógica de mercado, esto es, un campo, y que en conjunto dan lugar a lo que él denomina los principios fundamentales de la condición de clase (2000, pp.54-56).

O “capital econômico” é aquele que corresponde ao conjunto de bens e recursos materiais e econômicos que possui uma pessoa, inserindo-a em uma classe (García Linera, 2000, p.56). O “capital cultural” refere-se àqueles bens que conferem ao seu possuidor a possibilidade de exercer poder em determinada esfera de prática cultural – podem estar em estado incorporado, sendo então conhecimentos subjetivos adquirido ao longo da trajetória de vida; podem estar em estado objetivado, como livros, máquinas ou instrumentos passíveis de negociação no mercado cultural; ou podem ser títulos escolares e acadêmicos, o que os localiza em um estado institucionalizado. Aqui, bens culturais são negociáveis tanto da maneira mercantilista como em termos de posicionamento social, na medida em que

localizem-se ou não no campo da cultura legitimada de certa sociedade (García Linera, 2000, pp.59-60).

Como “capital social” entende-se que:

Es la “suma de recursos, actuales o potenciales, correspondientes a un individuo o grupo en virtud de que estos poseen una red duradera de relaciones, de conocimientos y reconocimientos mutuos, más o menos institucionalizados”. Se trata de las redes sociales de conocimiento pero, ante todo, de reconocimiento que permiten a las personas movilizar en su favor y en determinados momentos una serie de apoyos, de garantías, de influencias, que le proporcionan algún tipo de bien material o simbólico. (...) Gran parte de este capital de relaciones no necesariamente son empresas *conscientes* y calculadas. Muchos de estos lazos son emprendidos como deberes familiares, tradiciones o inclinaciones emotivas que crean un efecto de denegación subjetiva de su función objetiva (García Linera, 2000, p.62).

Com este conceito de “capital social” identificamos boa parte do universo social ao qual nos dedicamos na presente pesquisa. Os brasileiros que tornaram-se grandes produtores de soja na Bolívia, viabilizam as relações e recursos necessários à produção por meio de suas agremiações do setor, além de que a sua incorporação em tais importantes organizações sociais significou a consolidação de uma elite de poder local e nacional não só de bolivianos.

Há também o “capital simbólico”, que, segundo Álvaro García Linera:

Es el capital más complejamente definido por Bourdieu y el que permite, luego, articular la conformación del campo simbólico como un nivel expresivo y actuante de toda la trama de las clases sociales. [...] El capital simbólico es, pues, la capacidad de consagrar, de hacer reconocer como legítimo lo que se hace, se dice, se toma, se usa, se propone, sin necesidad de pasar por la vía de la verificación o la constatación de las condiciones de eficacia o poder económico y cultural de quien lo hace, pues pareciera que estos se hallan tácitamente reconocidas en el cuerpo e institución proponente, aunque no estén presentes ni prácticamente verificadas. [...] Se trata de un capital que suponiendo la existencia de todos los demás capitales los atraviesa y los ayuda a sostenerse pues todos ellos afirman su calidad de bienes deseables en tanto son objeto de reconocimiento social como bienes apetecibles y por los cuales vale la pena competir, luchar, etc. Esto significa que necesitan de un reconocimiento como poderes accesibles bajo ciertas formas y reglas que permiten sostener la reproducción del orden establecido; necesitan de una fuerza de legitimidad, de validación, proporcionado por el poder simbólico que coacciona el campo de posiciones y de relaciones entre esas posiciones. [...] **Se trata de un poder de suma importancia para entender los mecanismos suaves pero duraderos y de gran alcance mediante los**

cuales las relaciones de dominación social se mantienen o pueden ser desmontadas (2000, pp.64-65, grifos nossos).

Para nós, adotar a categorização de Bourdieu sobre os capitais não significa um rompimento com a perspectiva marxista de classes sociais, mas sim a possibilidade de analisá-las em termos micro-estruturais, na medida em que tais conceitos nos servem de ferramentas para esse exercício. Isso porque consideramos que o fato de alguém possuir como capital cultural uma formação universitária de prestígio em certa sociedade, não está descolado de outro fator, que seria o de possuir capital econômico, um volume monetário que propiciou condições materiais para que tal pessoa conquistasse a formação universitária (seja por pagá-la diretamente, seja por ter tido acesso à uma educação básica que conduziu-a ao ensino superior público, tomando por base aqui o sistema de ensino brasileiro). Esse é apenas um exemplo, seria possível enumerar outras situações.

No entanto, a abordagem de Pierre Bourdieu nos pareceu adequada na medida em que torna possível considerar não só as exceções aos casos como o que acabamos de citar, mas também porque traz à luz fatores que demonstram a dinâmica social como não-estaque, que permitem avaliar a dinâmica da luta de classes e intra-classes, além de tornar mais rico o material que conquistamos através das entrevistas. A nossa análise das estruturas de poder é feita por meio de relatos de pessoas, e por isso confiamos na análise sociológica para aproveitá-los ao máximo, demonstrar trajetórias, institucionais e pessoais, e, por que não, torna-las mais belas.

Álvaro García Linera (2000) enumera outros princípios da condição de classe, mas estes, por sua vez, são secundários e foram menos trabalhados por Bourdieu. Seriam eles a classificação das pessoas por profissão, a localização delas no espaço geográfico em função aos valores econômicos e culturais, o gênero, a idade e a etnia. Os dois primeiros princípios são determinantes da aproximação e distanciamento das pessoas, assim como de encontros fortuitos, o que gera um outro caminho por meio do qual podem ser estabelecidas relações sociais. Os três últimos aparecem como menos expressivos na obra do autor, mas são ainda assim “*criterios de selección y de exclusión social que Bourdieu propone integrar al espacio multidimensional de poderes y posiciones que conforman a clase social*” (GARCÍA LINERA, 2000, p.70), e têm sido usados por alguns teóricos para desenvolver estudos de caso (como o faz Álvaro García Linera com o conceito de etnia para suas análises sobre a Bolívia).

Aqui atentamos para o fator gênero, na medida em que, ao buscar entrevistados baseando-nos no critério de representatividade dos setores envolvidos, praticamente não nos deparamos com mulheres. “*Una clase se define en lo que tiene de más esencial por el lugar y el valor que otorga a los dos sexos y a sus disposiciones socialmente construidas*” (GARCÍA LINERA, 2000, p.70).

Luis Tapia, cientista político boliviano, também traz uma perspectiva de classe que aproveitaremos:

[...] las clases se estructuran a partir de las diversas posiciones que tienen en las relaciones de producción, en torno a las cuales desarrollan intereses y luchas comunes entre quienes comparten una misma posición contra el polo opuesto. Cada modo de producción sólo da lugar a dos clases sociales; en cambio, en la dimensión política e ideológica de la sociedad pueden aparecer más de dos fuerzas con proyectos de ordenar política y económicamente la sociedad global, ya sea tomando como base los intereses específicos de alguna clase u otros diferentes y nuevos (2009, pp.14-15).

Um outro ponto que nos interessa é o de trajetória social de um indivíduo:

Se trata de la pendiente o grado de inclinación de la línea de recorrido social de las personas que acompaña y predispone objetivamente el valor de las propiedades y la intencionalidad de las acciones. La trayectoria social medida por la posición social de origen del sujeto o del padre y madre del sujeto presenta una doble utilidad a la hora de estudiar las características internas de los capitales (García Linera, 2000, p.71).

Isso nos interessa particularmente pelo fato do grupo social por nós estudado ser estrangeiro na Bolívia, oriundo de grupos sociais distintos no Brasil e que vêm agora conformar um dos grupos da elite de poder no país vizinho.

O conceito de “habitus” é para nós bastante útil. Ele consiste em uma das categorias conceituais mais ricas e complexas da teoria de Bourdieu, já que permite a união do mundo das posições objetivas com aquele das eleições subjetivas, isto é, propicia a junção do material com o simbólico (Garcia Linera, 2000, p.73). Bourdieu, em seu ensaio “Estrutura, habitus e prática” (2001 [1967]), coloca que é o “(...) *habitus* que faz o criador participar de sua coletividade, de sua época e, sem que este tenha consciência, orienta e dirige seus atos de criação aparentemente mais singulares” (2001 [1967], p.342).

Estamos falando aqui de uma dinâmica, o “habitus”, de classe ou grupo social, que orienta o manejo dos capitais simbólicos na ação prática e na tomada de posições de classe. Funciona como uma experiência, um legado coletivo, que, por meio de estruturas capazes de produzir discursos legitimados, é transmitida e incorporada pelos indivíduos em forma de inconsciente individual. Nas palavras de Bourdieu,

[...] numa sociedade em que a transmissão da cultura é monopolizada por uma escola, as afinidades profundas que unem as obras humanas (e, evidentemente, as condutas e os pensamentos) têm seu princípio na instituição escolar investida da função de transmitir conscientemente e em certa medida inconscientemente ou, de modo mais preciso, de **produzir indivíduos dotados do sistema de esquemas inconscientes (ou profundamente internalizados), o qual constitui sua cultura, ou melhor, seu *habitus*, ou seja, em suma, de transformar a herança coletiva em inconsciente individual e comum:** relacionar as obras de uma época com as práticas da escola, é um dos meios de explicar, não só o que elas *proclamam*, mas também o que elas *traem*, pelo fato de participarem da simbólica de uma época e de uma sociedade (2001 [1967], p.346, grifo nosso).

E, ainda relacionando diretamente “habitus” e cultura:

[...] a cultura não é só um código comum, nem mesmo um repertório comum de respostas a problemas comuns ou um grupo de esquemas de pensamento particulares e particularizados; é, sobretudo, um conjunto de esquemas fundamentais, previamente assimilados, a partir dos quais se engendram [...] uma infinidade de esquemas particulares, diretamente aplicados a situações particulares. Este *habitus* poderia ser definido [...] como o sistema dos esquemas interiorizados que permitem engendrar todos os pensamentos, percepções e as ações característicos de uma cultura [...] (2001 [1967], p.349).

Bourdieu define estruturas estruturantes, estruturas que organizam os “habitus” e os campos. A classe social é uma dessas estruturas, por sua vez, sub-estruturada, em função da composição dos diversos capitais, e é fundamental para a nossa investigação. É por isso que a ideia de “habitus de classe” nos parece tão pertinente: cada classe social tem o seu “habitus”:

[...] a construção do *habitus* como sistema das disposições socialmente construídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes (Bourdieu, 2001, [1971], p.191).

Gostaríamos então de voltar a um ponto da conceitualização de classe social, que é o capital econômico. Estamos aqui estudando uma classe social que compõe um grupo de poder, uma elite de poder na sociedade boliviana contemporânea. Este grupo está estreitamente ligado ao poder econômico, e nos arriscamos dizer que é este o principal tipo de capital do qual dispõe para jogar o jogo da política interna do país.

A prática, a posição de classe e o habitus de classe de Bourdieu são o que orientam a ação dos sujeitos no espaço social. Estes elementos são importantes para que não façamos uma leitura estanque da dinâmica social, e para que possamos aproveitar suas nuances. No entanto, para nós é fundamental e conclusivo a afirmação de Bourdieu de que *“la mayor parte de las acciones de los sujetos son económicas objetivamente, sin ser económicas subjetivamente, sin ser el resultado de un cálculo económico racional”* (GARCÍA LINERA, 2000, p.69). Com isso queremos aqui afirmar a opção que fazemos pela determinação econômica dos desdobramentos do nosso estudo de caso.

8.3 As entrevistas

As informações que colhemos a partir das entrevistas serão apresentadas em dois eixos que são, por sua vez, desdobramentos da nossa hipótese de pesquisa. Para relembrar, nosso objetivo é entender a influência da presença de brasileiros no desenvolvimento da cadeia produtiva da soja na Bolívia, assim como seus desdobramentos. O primeiro eixo consiste na reunião e análise das informações sobre a chegada dos brasileiros na Bolívia e sua influência no desenvolvimento da cadeia produtiva da soja neste país, enquanto o segundo dirá respeito às características da presença destes brasileiros na conformação do “espaço social” no qual se inserem ao chegarem à Bolívia. As análises serão feitas com base nos preceitos teóricos apresentados aqui anteriormente.

O que exporemos são opiniões de produtores brasileiros, representantes das agremiações de produtores de soja na Bolívia, representantes de movimentos sociais, de pesquisadores e intelectuais e de pessoas que fazem ou fizeram parte do corpo administrativo do Estado em algum cargo relacionado ao tema terras.

8.3.1 A chegada dos brasileiros na história do agronegócio da soja em Santa Cruz

As entrevistas realizadas com objetivo exploratório pediam sempre ao entrevistado que nos fornecessem elementos históricos do desenvolvimento do agronegócio na região de Santa Cruz, que é hoje a marca econômica da região e de grande importância para o país. Neste processo, a cadeia produtiva da soja tornou-se protagonista. Durante esse percurso histórico a menção à chegada dos brasileiros era inevitável, assim como a sua rápida associação à elevação dos níveis de produtividade.

Entrevistamos Federico M., economista e acessor para o tema terras da *Cámara Agropecuaria del Oriente* (CAO)⁵¹, que foi superintendente agrário e ministro de desenvolvimento sustentável no primeiro governo de Gonzalo Sánchez de Lozada (1993-1997). Sobre a influência da presença de brasileiros para o desenvolvimento da cadeia produtiva da soja, ele comenta:

[...] porque chega, não sabemos por quais motivos exatamente, mas chega do Brasil uma quantidade importante de produtores brasileiros, que começam a assentar-se primeiro no norte integrado, depois na área de expansão e depois no leste. Isso faz com que o cultivo da soja dê um salto de 40.000 hectares que se cultivava nessa época, ao que hoje cultivamos, que está acima de 700.000 hectares de soja. Basicamente esse *boom* se produz pelos brasileiros, que compram terras que não estavam derrubadas, derrubam, investem em melhorias e permitem o desenvolvimento de toda a indústria auxiliar à indústria agropecuária: melhoram-se os insumos agropecuários, incorpora-se tecnologia e, além disso, num primeiro momento, aproveita-se os canais de comercialização que o Brasil já tinha – os produtores brasileiros vendiam sua produção ao Brasil, que era melhorada lá, exportada ou consumida no mercado brasileiro. Mas, à medida que se vai desenvolvendo o complexo oleaginoso, o cluster, que denominamos, já começa a desenvolver-se uma indústria completa com cinco fábricas que completam toda a cadeia, e que, ademais, é totalmente internacionalizada: uma empresa é americana, a ADM-SAO, outra empresa é peruana, a Aceite Fino, outra empresa – que agora é venezuelana, naquele momento era

⁵¹ A CAO é uma agremiação de agremiações de produtores agropecuários do oriente boliviano, que tem como objetivos principais fomentar a indústria agrícola na região e representar o setor perante o Estado, instituições nacionais e internacionais. Cf. apêndice A, entrevista com Federico M., e o sítio web da organização: <http://cao.netne.net>. Acesso em 21 Fev. 2010.

colombiana – é a Gravelal, e as duas últimas empresas, Aceite Rico ou IOL (indústria de oleaginosas, é Boliviana, a única que é cem por cento capital boliviano) e DESA (desarrollos agropecuários, que é metade capital suíço e metade capital boliviano). Então se desenvolve a cadeia completa e se permite acessar mercados diretamente, de uma forma direta já se fazem utilizar a logística pela capacidade instalada que tem o Brasil, aproveita-se e segue-se aproveitando muito bem as preferências tarifárias que proporciona a comunidade andina.⁵²

No final da entrevista, Federico faz uma afirmação categórica sobre a natureza do *boom* da soja que aconteceu na Bolívia entre o final dos anos 80 e início dos 90: “O boom foi produzido pelos brasileiros. Se os brasileiros não tivessem chegado aqui, estaríamos falando de uma agricultura quase de subsistência.”

Um outro entrevistado, Jaime H., gerente de planejamento da *Asociación de Productores de Oleaginosas y Trigo* (ANAPO)⁵³, ao contar-nos sobre o desenvolvimento do agronegócio em Santa Cruz no início dos anos noventa, explicando então o projeto *Tierras Bajas del Este*, nos conta um pouco sobre a presença brasileira:

Entonces fue realmente un proyecto de buen impacto económico, que permitió la ampliación de la frontera agrícola. A eso, bueno, posteriormente se sumaron otros actores, que creemos que tuvo un rol preponderante, fue la venida de inversores brasileiros que apostaron por invertir en la agricultura de Santa Cruz, hoy por hoy hay una importante comunidad brasileira, que está dedicada a la actividad agropecuaria. En el caso del sector sojero nosotros estimamos que cerca del treinta y cinco por ciento del área es sembrada por inversores brasileiros, y lo importante de este sector ha sido que han venido no solamente con recursos económicos sino también que han traído tecnología, y eso ha tenido un efecto importante en el desarrollo tecnológico y productivo sojero. Y hoy por hoy son productores que apuestan por la agricultura de Santa Cruz.

Jaime Palenque, representante da *Asociación de Proveedores de Insumos Agropecuarios*, APIA⁵⁴, conta que:

La agricultura que se tiene en Santa Cruz es una agricultura, se podría decir, relativamente nueva, que se vino, se comenzó a gestar justamente a raíz de la migración al oriente, de la gente un poco del occidente, en el año 54, y de ahí para adelante ha sufrido, digamos, varios procesos y uno de esos ha sido, justamente, la migración de gente del extranjero, tanto menonitas, la colonia

⁵² Tradução nossa.

⁵³ Cf. apêndice B, entrevista com Jaime H.

⁵⁴ Cf. apêndice C, entrevista com Jaime Palenque, e www.apia-bolivia.org. Acesso em 12 Abr. 2010.

japonesa, que tenemos dos, una en Okinawa y otra en Yapacaní, que son las dos colonias japonesas, y en una tercera fase, digamos la migración brasileira, que son digamos los tres grupos de extranjeros que más influencia tienen actualmente en la agricultura de Santa Cruz.

As três associações das quais trazemos entrevistados são as principais agremiações que agregam o setor na Bolívia. A CAO, principalmente, da qual as outras duas são sub-associadas, desempenha um papel político importante no país. Já há brasileiros que fazem parte das direções de tais grêmios, que inclusive submeteram seus regimentos internos à modificações para receber os estrangeiros, como demonstraremos mais adiante.

Agora trazemos, em primeira pessoa, um depoimento sobre a influência brasileira no agronegócio boliviano:

Meu nome é Nilson M., eu sou engenheiro agrônomo, eu cheguei na Bolívia em 1992, em fevereiro de 1992. Eu, no Brasil, eu trabalhava numa multinacional chamada Monsanto, na cidade de Londrina. E um dia, eu vi uma matéria, na Folha de São Paulo, sobre a Bolívia; a Bolívia era um país conhecido pela droga e pela hiperinflação. Então, nessa matéria, eu vi que a Bolívia tinha controlado a inflação através de um decreto. A inflação estava baixa e empresários brasileiros estavam investindo no agronegócio na Bolívia. Como, particularmente, eu tinha a intenção de um dia poder ter o meu negócio, eu pedi a saída, renunciei ao meu emprego nessa multinacional, que fazia seis anos que eu trabalhava, e vim pra Bolívia. Vim pra Bolívia comercializar agroquímico e somente comercializar agroquímico na Bolívia. Depois, em 1994, eu comprei a minha primeira propriedade. Uma propriedade de mil e 300 hectares. Eu gostei da atividade agrícola, tive que renunciar à atividade de comércio de agroquímicos porque, os brasileiros que chegaram na Bolívia, se instalaram na zona leste do departamento de Santa Cruz, e houve sete anos de vacas gordas e depois começou as vacas magras. Choveu muito, num período, uns seis ou sete anos, até 1998, e depois de 1998 foi o divisor de águas: começou as secas. Começaram as secas, as estiagens, e toda a produção da zona leste do departamento de Santa Cruz praticamente foi sacrificada, e houve uma fuga, uma migração de brasileiros de volta pro Brasil, deixando aqui muitas dívidas. Então eu, como comercializador de agroquímicos, saí da atividade, porque a atividade ficou muito perigosa, e comecei a me dedicar à minha propriedade agrícola, como agricultor.⁵⁵

E, como os colegas das agremiações, fornece os dados de produtividade:

Quando nós chegamos aqui, nós tínhamos 180, 190 mil hectares de soja. Isso entre todos os agricultores; a Bolívia produzia 190 mil hectares de soja. O

⁵⁵ Cf. apêndice D, entrevista com Nilson M.

que aconteceu? Com a chegada dos brasileiros, hoje nós produzimos quase um milhão de hectares. E 40% dessa soja, dessa área, desta parte do mercado, está nas mãos dos brasileiros. E a capacidade de armazenamento dessa soja, eu diria pra você que 60% da capacidade de armazenamento está em mãos de brasileiros.

Sobre a origem do capital fomentador da produção de soja na Bolívia, comenta:

Olha, no começo, o capital veio do Brasil. Porque, quando chega um estrangeiro na Bolívia, ele não tem crédito. Então, a maioria dos brasileiros trouxe capital, como foi o meu caso. Eu cheguei aqui com 28 mil dólares. Eu cheguei com 28 mil dólares, não tenho vergonha de falar. Eu fui ganhando dinheiro aqui na Bolívia, com comércio de agroquímicos, tudo, fui fazendo empréstimos, fui aos poucos progredindo. A maioria dos produtores veio com dinheiro, com parte do dinheiro. Vamos supor que eles tinham lá mil hectares: eles abriam 300 hectares, plantavam nesses 300 hectares, e já começavam a despertar interesse nas indústrias oleaginosas e nos bancos. E assim começavam a movimentar linhas de crédito da Bolívia, mas o capital inicial veio do Brasil.

Um outro produtor de soja brasileiro, César T., nos conta de sua chegada juntamente com demais brasileiros na mesma situação, e descreve a eles mesmos como pioneiros. César é também integrante da Unisoja⁵⁶, agremiação que reúne produtores para compra e venda de produtos e da sua própria produção, e nos conta que:

Na verdade a gente chegou aqui em 1995. Na época que a gente chegou aqui o porte da agricultura na Bolívia era outro, a gente foi os pioneiros do norte [integrado de Santa Cruz], na época a gente chegou e viu que no norte era um pouco melhor porque, até pela vegetação assim mais verde, né, e todo o sul e a parte leste tem a vegetação mais tipo o noroeste do Brasil, são regiões mais secas, e a gente optou pelo norte. Na época, em uns dois ou três anos mais, a parte do sul da Bolívia começou a dar seca, e o pessoal, os brasileiros mesmo que estavam no sul nessa época começaram a ter bastante problema, e muitos deles foram embora para o Brasil. E a gente no norte teve bastante problema, porque é a região de mais chuva, né, e tivemos que fazer estradas deste a parte onde não tinha asfalto até lá, praticamente, porque não tinha, e também não era uma região agrícola, o pessoal tinha mais gado, pecuária, né, e a gente fez todas as estradas, na época nos juntamos, a maioria dos produtores da região pra fazer as estradas, porque também levantar cem quilômetros de estradas é bastante, e bastante gasto. E até hoje a gente têm os comitês de estradas que a gente que fez, e, muita gente do sul e do leste, que tiveram problemas, foram indo para o norte, então o norte hoje é o filé

⁵⁶ Cf. apêndice E, entrevista com César T.

da Bolívia, a parte norte, porque a gente produz no verão e no inverno também.⁵⁷

Entrevistamos também Adalbert Kopp, consultor do vice-ministério de Terras, que traz um debate bastante rico acerca da questão agrária na Bolívia. Apesar de agrupá-lo aqui como um entrevistado do governo, em função do seu cargo, sua formação e o tipo de relação trabalhista com o Estado nos daria margem para agregá-lo aos intelectuais. No entanto, consideramos importante sua trajetória de ter feito parte da elaboração e aplicação de medidas do vice-ministério citado, e consideramos que o seu perfil reflete também um dos perfis do atual governo, na medida em que opta por alguém como ele para compor seu corpo administrativo. Adalberto não é uma “voz oficial”, mas é componente do processo de gestão do governo Evo Morales.

Depois de uma longa exposição sobre os conflitos fronteiriços entre Brasil e Bolívia, não somente na região de Santa Cruz, e não somente de produtores agrícolas e grandes proprietários, Adalbert Kopp nos explica um pouco sobre o tipo de inserção brasileira que se dá no desenvolvimento do agronegócio em Santa Cruz:

En Bolivia, empezó entonces un nuevo tipo de presencia brasilera, porque los brasileiros tenían un capital, el *know how*, el mercado tanto de los insumos, maquinaria, los químicos, [...] y tenían sus puertos. Llegaron. En realidad, hay un mercado de tierras totalmente informal, pasa de mano en mano. Y muchas veces los brasileiros, los menonitas, hay rusos y hay colonizadores, les voy a contar después el origen, que están en la producción de la soya los agroindustriales cruceños que tienen el poder político en Santa Cruz, la Cámara Agropecuaria del Oriente, la CAO, no son productores en general, no; ellos están metidos en el *business* de la importación y en el *business* de la exportación y tienen fábricas, de aceites, tienen procesadoras, pero el capital, claro ellos ponen su nombre, el capital es transnacional, entonces ellos no son productores de soya⁵⁸.

Estivemos no *Instituto Nacional de Innovación Agropecuaria y Forestal* (INIAF), um órgão criado na primeira gestão do atual governo, que vem amparar a pauta do desenvolvimento da agricultura familiar e da soberania alimentar, e que também se relaciona com os setores grandes e já desenvolvidos da indústria agrícola na Bolívia⁵⁹. Em função do nosso tema ser acerca da produção de soja, procuramos um representante que trabalhasse com

⁵⁷ Id.

⁵⁸ Cf. apêndice F, entrevista com Adalbert Kopp.

⁵⁹ Cf. apêndice G, entrevista com Cristian A., e sítio web do instituto: <http://www.iniaf.gov.bo/>. Acesso em 2 Mai. 2010.

a área de controle de sementes, tema de envergadura política e econômica. Conversamos com Cristian A., que, acerca dos brasileiros, mencionou:

Puntualmente, el tema de la soya, no. Bueno, el tema de la soya se explota más, se desarrolla más este cultivo en lo que es Santa Cruz y parte de lo que es el Chaco tarijeño, y de Sucre. Es donde ahí se explota o se produce en mayor cantidad semilla y comercialmente lo que es la soya, no. Hay instituciones que como ANAPO, por ejemplo, que ha desarrollado, ha venido a llenar el vacío de investigación y ha generado y oferta actualmente variedades de soya, no. **Ha ido liberando variedades de soya como la Munasca y entiendo que hay otras más, la criolla que es una nueva, igual, que la están liberando, que está más adaptada a todo lo que ya es la parte boliviana, porque la influencia que Brasil tiene sobre lo que es Santa Cruz es muy fuerte en el tema de soya, porque han estado, las variedades de soya que tenemos, la mayor parte de variedades de soya que tenemos acá en Bolivia, pues, son provenientes de Brasil, algunas de Argentina, pero en una, la mayor parte que te digo es de Brasil.**⁶⁰

Visitamos a cidade de San José de Chiquitos, a leste de Santa Cruz de la Sierra, localizada em meados da linha de trem que liga o departamento à fronteira com Corumbá, Mato Grosso do Sul, Brasil. Esta foi uma das primeiras regiões para onde se dirigiram os brasileiros ao chegar na Bolívia, e que depois, no final da década de noventa, veio a passar por uma forte crise em função de condições climáticas. Nesta área pudemos visita regiões de conflito por terra envolvendo proprietários brasileiros e camponeses bolivianos, estes organizados em movimentos sociais de luta pela terra. Pudemos também conversar com Elio M., antigo morador da cidade e diretor de desenvolvimento e meio ambiente do município. Sobre o impacto da chegada dos brasileiros à região, comenta:

La presencia brasilera en nuestro municipio de hace una década de... ha venido... quizá más de hace unos quince años ha venido manifestándose con inversionistas que vinieron por la madera primero y después seguramente por los altibajos del mercado o las condiciones fueron algunos de ellos migrando hacia la agricultura, algunos. En una época, hacen unos cinco años ya casi para diez que algunos inversionistas compraron tierras y se dedicaron a la agricultura, no eran muchos, de los que aquí en el municipio, así con características de inversión económica importante, con desmonte, con miras al cultivo de soya [...] parece que obtuvieron créditos [...] y los créditos a veces son altos y los mercados no responden y parece que varios de ellos no fueron bien sucedidos en el aspecto de la agricultura comercial de alto rendimiento que generalmente es la expectativa del inversionista que viene de afuera los únicos que han aguantado la condición en Chiquitos son los Menonitas porque ellos asocian no solamente lo comercial, sino lo vivencial.

⁶⁰ Cf. apêndice G, entrevista com Cristian A.

Entonces esos inversionistas brasileiros, varios de ellos, se diría que la mayoría de los pocos que tuvieron problemas de amortización del servicio de la deuda y cayeron en los embargos de los bancos. Dos, tres de ellos que eran mis conocidos, yo sé de que fracasaron y perdieron con el embargo de las tierras, se quedaron en manos de los bancos. Esa fue una primera etapa, en una segunda etapa se dé que hay algunos que otros uno de esa primera época se convirtió en ganadero y está ahí como ganadero pero no hay muchos inversionistas en desarrollo agrícola comercial. Se dé que hay últimamente un flujo de ellos en busca de tierras pero no para fines agrícolas sino para fines pecuarios porque la vocación natural del medio, especialmente el factor climático, en Chiquitos es muy especial, estamos en el borde Norte del Chaco Sudamericano, aquí al Sur está el Chaco Sudamericano y él influye tremendamente en el clima de nuestro medio y eso es un fenómeno milenario.⁶¹

Elio M. nos transmite uma visão geral muito menos otimista e de progresso em relação à presença brasileira. Confrontando com a trajetória da produção de soja na região, e com a informação de vários depoimentos colhidos para a pesquisa, sabemos que é pelo fato de a região de San José de Chiquitos ser a que foi afetada por secas no final da década de 90, provocando a migração dos produtores brasileiros para outras regiões e até o retorno de alguns deles ao Brasil.

Alcides V., pesquisador da *Fundación Tierra*⁶² e ex-diretor do *Instituto Nacional de Reforma Agraria* (INRA), durante os anos de dois mil e quatro e dois mil e cinco, avalia a chegada de brasileiros na produção sojeira da Bolívia:

Bueno, eso es como un enfoque bastante general por donde ha venido, es con el tema de la soya también que comienza a darse alguna migración brasilera hacia los sectores de agro negocio, antes de eso no se ve ¿sí? Antes del boom de la soya la presencia brasilera estaba ligada aquí al fútbol o gente que venía muy por su cuenta y se insertaba en cualquier tipo de actividad ¿no? pero con la soya hay una fuerte presencia brasilera y cada vez mayor.⁶³

Enrique Ormachea Saavedra, outro pesquisador de importante instituto boliviano, o *Centro de Estudios para el Desarrollo Laboral y Agrario* (CEDLA)⁶⁴, que tem publicado um

⁶¹ Cf. apêndice H, entrevista com Elio M.

⁶² Cf. www.ftierra.org. Acesso em 13 Set. 2009.

⁶³ Cf. apêndice I, entrevista com Alcides V.

⁶⁴ Cf. www.cedla.org. Acesso em 15 Dez. 2009.

dos mais recentes estudos sobre a soja na Bolívia⁶⁵, demonstra a necessidade de que sejam investigadas as relações sociais e políticas que estabelecem os brasileiros em questão:

[...] Por eso en el caso de la soya, a mí siempre me llamó la atención esto de que físicamente tú no logras ubicarlos a los brasileiros, como un grupo de poder, no logras ubicarlos. Es decir, tú no hablas de un señor tal, que tiene una influencia tal, que es el rey de la soya en Bolivia, yo no conozco. [...] Pero falta un estudio, digamos, de la ligación de estos grupos brasileiros, etc, con la clase dominante de Santa Cruz, cómo serán esas ligaciones, yo no sé, yo no conozco.⁶⁶

Até aqui apresentamos mormente as impressões sobre a chegada dos brasileiros à Bolívia. Traremos, agora com mais detalhes, trechos dos depoimentos que nos informam acerca da influência no desenvolvimento da cadeia produtiva da soja no país vizinho.

Segundo Federico M.,

[...] em finais dos anos 80 e início dos 90, produz-se o que poderíamos chamar de *boom* agropecuário, onde a Bolívia desenvolve uma cadeia produtiva completa, o principal produto de industrialização completa que tem o país é a soja – chegamos até o óleo refinado, com todos os seus produtos da cadeia [...], temos um setor agropecuario liderado pela soja, tanto em superfície cultivada como em volume de negócios – de superfície cultivada, entre as duas safras, são mais ou menos 700.000 hectares, e estamos falando de uma produção de quase dois milhões de toneladas e um volume de exportações de mais ou menos 600 milhões de dólares.

O *boom* agropecuário e sojeiro se dá com a chegada dos brasileiros à Bolívia, e ainda permitiu à ela um ingresso ao mercado internacional inédito até então:

[o *boom*] Foi no final dos anos 80, e primeiros anos dos 90. Veja, é exponencial o crescimento do cultivo, e é pelos brasileiros que chegam. Há uma grande vantagem da Bolívia em relação ao Brasil, e também às melhores terras brasileiras: aqui a terra é barata. Estamos falando de que um hectare na zona integrada, nessa época se vendia por 400, 500 dólares. Só os brasileiros tinham capital, tecnologia, experiência e mercado, o que para eles foi facilitador. A derrubada completa de um hectare custa 400 dólares. Chegou-se a derrubar nesse departamento 300 mil hectares em um ano; e isso foram os brasileiros. Eles produziram, fizeram o *boom*. Para que veja, agora, depois de tantos anos, a soja, 40% da soja que a Bolívia produz, é de

⁶⁵ Cf. PÉREZ LUNA, M. **No todo grano que brilla es oro** – una análisis de la soya en Bolivia. La Paz: Cedla, 2007.

⁶⁶ Cf. apêndice J, entrevista com Enrique Ormachea Saavedra.

produtores brasileiros. Praticamente nos últimos 20 anos, os principais mercados de exportação de todos os produtos da cadeia de oleaginosas (farinha, grão, torta, óleo cru ou refinado,) tem sido Venezuela, Colômbia, Peru e Equador. Contudo, já no ano de 94, 95, quando Bolívia associa-se ao Mercosul, já se previa que em algum momento no futuro as preferências alfandegárias iriam a essa parte. Portanto, haveria que aumentar a capacidade competitiva do país. Isso permitiu buscarmos outros mercados, e conseguimos, mesmo que a Comunidade Andina siga sendo a mais importante, exportamos agora ao norte do Chile, para onde não exportávamos, e também à Argentina – os produtos acabam de ser industrializados e já são exportados.

É interessante observar que esse modelo de produção e desenvolvimento foi trazido do Brasil por pessoas envolvidas no setor no nosso país. Jaime H. também comenta a preponderância dos produtores brasileiros na Bolívia e em que ramos passaram a atuar no país vizinho:

Dentro de este proceso por la cercanía que hay entre Santa Cruz y Brasil, hay una integración muy particular, [...] el hecho de que durante mucho tiempo gran parte de la tecnología introducida, utilizada aquí, principalmente asociada a variedades de semillas, producidas y utilizadas por los productores, ha sido proveniente del Brasil, y en ese marco es que se ha creado incluso una fundación aquí, integrada en su mayoría por semilleros brasileños, que propiciaron esta fundación, esta fundación se llama Fundacruz, entonces a través de Fundacruz, que es Fundación para el Desarrollo Agropecuario de Santa Cruz, propiciaron alianzas con centros de investigación brasileños, principalmente Mato Grosso, la Fundación MG, y a través de estas alianzas se han introducido materiales de Brasil, plenamente validados y adaptados, que han sido los que han ido primando hasta hace unos dos tres años, el mercado de semillas, entonces la tecnología brasileña ha introducido semillas con la que se ha estado produciendo en Santa Cruz, esto hasta hace tres años, de ahí un poquito ha cambiado por el tema transgénico, donde ya se ha empezado con Argentina también a tener, pero sigue habiendo relación tecnológica con el Brasil.

Sobre a região onde se localiza a presença brasileira e sobre a posição destes atores na cadeia produtiva da soja, Jaime nos conta:

Ellos se encuentran tanto en la zona Este de expansión, como lo denominamos aquí, como principalmente en la zona Chané Peta Grande, son las principales zonas de producción en proporciones casi iguales, digamos, no. Básicamente eso, son productores que están produciendo soya boliviana para la exportación. [...] Están más asociados a básicamente a la producción primaria, ya los otros eslabones de la cadena, ya sea transformación y

comercialización, hay toda una infraestructura industrial que es la que está dedicada y que no tiene inversión brasilera. Están en el sector primario.

Jaime Palenque, por sua vez, nos apresenta algumas dificuldades da assimilação dos brasileiros à produção boliviana de soja:

La influencia de la gente brasilera en su momento fue positiva y también tuvo sus aspectos negativos. Lo positivo fue que comenzaron a desarrollar técnicas como la siembra directa, eso ayudó bastante a desarrollar la agricultura; vinieron con toda su tecnología, vinieron a enseñar a la gente y de cierta manera eso hizo que mejore los sistemas productivos. Y por otro lado también tuvo sus aspectos negativos como el encarecimiento de la tierra y la propiedad agrícola en Santa Cruz a diferencia de Brasil es, el costo digamos, por hectárea era mucho más bajo, pero con ese *boom* que hubo en Brasil, mucha gente que vino y especuló y la gente que se aprovechó de eso y especuló e hizo que crezca el precio por tierra, creando un súper precio o una súper oferta, que después cuando llegó, digamos, a una nivelación porque el sistema productivo no acompañaba el costo para devolver, tuvo una crisis donde varios brasileros tuvieron problemas con proveedores, con la banca porque no pudieron cubrir costos para ver la inversión. Eso ocasionó de cierta manera un desprestigio de algunos agricultores brasileros, no, por problemas económicos, esto ocasionó en gente que se fue sin pagar sus obligaciones y la situación del precio volvió a caer, volviendo a la realidad. Como todo boom, tiene sus cosas buenas y sus cosas malas.

Luego, en la parte de lo que es insumos mismos, también los agricultores brasileros vinieron en su momento a proveer toda la parte de lo que eran insumos que sea traían de Brasil a Bolivia, porque la diferencia cambiaria facilitaba el comercio, digamos, entre Brasil y Bolivia.

Hoy en día, digamos, este comercio se ha limitado porque las condiciones en el Brasil hoy en día hacen de que tengamos una moneda brasilera más valorada, tienen algunas restricciones digamos en la parte de insumos de productos que hace que esos productos sean mucho más caros que en Bolivia, cosa de que influye directamente en la provisión de insumos. Estoy hablando de hace unos cinco, seis años atrás, gran parte de los productos venían del Brasil a Bolivia, hoy en día no es así, es al contrario, muchos de los productos se están yendo al Brasil por cuestión de precios. Después mencionarte que muchos brasileros han venido y han invertido mucha plata no sólo digamos en mejorar los campos sino también trayendo tecnología de alta tecnificación en lo que es fumigaciones aéreas, en todo lo que son técnicas de precisión, trajeron mucha gente experta, digamos, como gente de la Fundación Mato Grosso, se tiene muchos convenios con EMBRAPA que es el órgano del Brasil para el asesoramiento, no. Cosa que ha ayudado mucho en ese intercambio digamos de la gente brasilera con, a diferencia de Bolivia, digamos, Brasil invierte muchos recursos en la parte de investigación. Siempre está acompañando las demandas que tiene el agricultor en el Brasil, y por suerte, digamos las condiciones tanto climáticas como de producción son similares entre el norte del Brasil y Santa Cruz, donde la experiencia o la investigación brasilera nos ha ayudado mucho a resolver nuestros problemas.

Y mucho también de las enfermedades y los problemas vienen del Brasil hacia Bolivia, es decir, se dan primero en Brasil y por consecuencia van creciendo hacia esta parte de Bolivia. Entonces Brasil ya tiene investigación avanzada, cosa que nos facilita mucho en la parte de controles de enfermedades, control de malezas y toda la experiencia de Brasil ha ayudado bastante a Santa Cruz. Y también nos ayuda mucho en la parte de lo que son el desarrollo de las variedades. Brasil lanza al mercado muchas variedades en diferentes cultivos: soya, girasol, sorgo, maíz. Y muchas de estas variedades desarrolladas en el Brasil son también traídas a Bolivia para su adaptación y todo es. Entonces hay un fuerte relacionamiento en la parte de lo que es investigación y desarrollo de nuevas variedades de semilla entre el norte de Brasil y Santa Cruz.

E nos esclarece sobre a criação da Fundacruz e a existência de outros centros de pesquisa da área:

[...] Fundacruz se crea, justamente, a raíz, a iniciativa de un grupo de brasileros que estaban preocupados con la parte de investigación, la deficiente investigación que se tenía. Aquí en Santa Cruz tenemos de un Centro de Investigación que es CIAT, que depende de la Prefectura, que dependía del ministerio, pero por falta de recursos pasó a depender de la Prefectura. [...] El CIAT, Centro de Investigación Agrícola Tropical. Depender del CIAT. Hoy en día, junto con el Centro de Investigación El Vallecito, de la Universidad, son los dos únicos centros de investigación que tenemos, ambos son estatales, entonces dependen un poco del presupuesto que tienen. El trabajo que se hace es un trabajo, principalmente, se ha abocado hacia un trabajo de consolidación o de respaldo a la producción, a diferencia del Brasil, en que la investigación trata de ser vanguardista, la investigación tanto pública o privada siempre trata de llevar, innovar y presentar novedades. En Bolivia un poco la investigación es más de ratificación, es decir, a ver esta variedad se adapta, no se adapta, así, estas variedades si se adaptan. No desarrollan investigaciones de vanguardia, no. Esa es la gran diferencia que hay, se podría decir, entre investigación en Bolivia con relación a otros países, como Brasil o Argentina. Entonces un poco preocupados por esta deficiencia en la investigación, un grupo de agricultores que tienen también propiedades en el Brasil, contactan a Fundación Matto Grosso, gente de Fundación Matto Grosso, para ver la posibilidad de que ellos puedan venir a hacer ensayos y desarrollar algo de investigación. [...] Fundacruz, si no me equivoco, creo que hace diez años se tiene, es algo nuevo y principalmente abocado a lo que era soya y girasol. Entre este grupo de brasileros, en los cuales suman también agricultores nacionales, algunas compañías, se forma Fundacruz, hacen convenio con la Fundación Mato Grosso, para que la Fundación Mato Grosso pueda ir desarrollando principalmente variedades, y venga a subsanar también problemas en cuanto a control de enfermedades, malezas e insectos. Y a través de este convenio lo que se ha conseguido es que mucha gente, mucha investigador del Brasil pueda venir aquí a desarrollar la investigación, hacer un seguimiento a la producción nacional y tratar de encontrar algunos problemas, solución a alguno de los problemas que tenemos. Esta fundación principalmente está respaldada por los brasileros que tienen mucha inversión en Santa Cruz, el Grupo Mónica, que es uno de los

principales grupos que tiene más de treinta mil hectáreas sembradas , y también otros grupos de productores que tienen grandes extensiones, entonces, que necesitaban que su trabajo pueda ser respaldada por investigaciones un poco más responsable y vanguardista. A raíz de eso se crea Fundacruz y se crea el convenio con la Fundación Matto Grosso, y también en lo que sea ha especializado Fundacruz es en Días de Campo. Ellos han desarrollado un Día de Campo en Warnes, si no me equivoco; es una vez al año tienen su Expovida, donde ellos presentan, dan espacio a que todos los agricultores, todos los comercios puedan desarrollar una, como se diría en el Brasil, creo que tienen su feria agrícola, y Fundacruz lo que ha hecho es tratar de desarrollar este concepto de un Día de Campo, donde la gente pueda mostrar qué de nuevo y qué hay para la agricultura, y además de el trabajo que ha hecho de desarrollar nuevas variedades, nuevas variedades que no sé si la están lanzando al mercado y con eso de cierta manera también está tratando de generar recursos para que esos recursos puedan ser devueltos en la investigación. Y la última acción que estaban haciendo, bueno, que aparte de eso, fue crear una empresa importadora de insumos. La idea es que esta empresa importadora de insumos pueda generar recursos para que también se inviertan en investigación. Entonces es una fuerte relación que hay entre la agricultura y Santa Cruz con la agricultura en el Brasil. Muchos de los técnicos de las empresas hacen giras por Santa Cruz, principalmente Mato Grosso, Paraná, donde van y visitan a centros experimentales, productores, y todo eso, para un poco intercambiar experiencias y todo eso. Y como te dije, también, en algún momento la siembra directa, que en el Brasil dentro de toda la parte del Paraná tiene una fuerte influencia aquí en Santa Cruz también, aquí casi el setenta por ciento del área de soya es siembra directa.

Palenque salienta también o fato de o Brasil proporcionar diversidade de produtos, como maquinário, à produção agrícola boliviana:

[...] el Brasil ha apostado fuerte y en Santa Cruz también, digamos, tenemos muy buenos resultados. Entonces está muy ligada la agricultura, en la parte de dependencia también, digamos, muchas de las fábricas de implementos tanto en maquinaria como en implementos son provistos por Brasil, que tiene la ventaja que el costo de transporte es bastante barato, si bien de repente el costo final del producto es un poco elevado, pero por el costo en transporte por el convenio que tenemos en la parte impositiva, porque Brasil y Bolivia no pagamos aranceles, no hay un arancel a diferencia de otros países como Europa y China que pagan aranceles, eso hace de que la industria brasilera provea bastante equipo a Santa Cruz.

O produtor Nilson M. nos dá um exemplo, a partir da sua própria história, sobre a condição sobre a compra de terras que propiciou a ida e o “progresso”, nas suas palavras, dos brasileiros em Santa Cruz, na Bolívia:

E as terras foram super valorizadas. A primeira propriedade eu comprei, eu paguei 90 dólares o hectare, 90 dólares um hectare, ou seja, um presente dos céus. A segunda propriedade eu paguei 190 e a terceira propriedade eu comprei já pronta por 850 dólares. Hoje, nesta zona, as propriedades valem, no mínimo, dois mil dólares o hectare. Então foi isso que aconteceu, né, que levou a gente a uma prosperidade.

Nilson M. também nos confirma o fato de que, apesar da grande influência que os brasileiros exerceram para que pudesse ser desenvolvida no departamento de Santa Cruz a cadeia produtiva completa da soja, os brasileiros mantiveram-se majoritariamente no cultivo em si, além das instituições que manejam tecnologia, como já mencionamos aqui. Na sua fala revela também uma diferenciação, em termos econômicos, de cada etapa da produção da soja e seus derivados, e comenta ainda sobre os financiamentos ao setor:

Olha, na verdade é o seguinte: na verdade nós produzimos para eles ganharem dinheiro. Essa é que é a verdade. Como ocorre no Brasil: o produtor produz, e quem ganha dinheiro é lá pra frente. A pirâmide trabalha, a base da pirâmide trabalha, e o ápice da pirâmide ganha. É sempre assim. Setor primário, serviços, esse vai ganhar, o de cima vai ganhar. E aqui na Bolívia não é diferente, só que eles financiam, existe também o fato de eles financiarem a gente; obviamente que financiam, ganham dinheiro. Mas a gente não pode reclamar, pois nós temos ganhado muito dinheiro. Os brasileiros são prósperos aqui. São prósperos. Mesmo aqueles que quebraram na zona leste, são prósperos hoje. Porque voltou a chover na zona leste, e muitos que estavam na zona leste foram pra zona norte e prosperaram na zona norte.

Diante da pergunta acerca de como o setor foi afetado pela crise econômica mundial, obtivemos a afirmação: “Nós não sabemos o que é crise. A Bolívia não tem bolsa de valores, a Bolívia não é um país industrializado [...]”. E nos esclarece sobre a comercialização do commodity: “[...] toda a soja é comercializada em Rosário [na bolsa de valores de Rosário, na Argentina]”.

Outro produtor entrevistado, César T., no entanto, dá mais ênfase à ponderação das dificuldades pelas quais passaram e passam os produtores de origem brasileira:

Na época que a gente chegou aqui em 95, a Bolívia era um *boom* assim, que nós chegamos para comprar terra por aqui e era assim um entra e sai de brasileiro e nós falamos “meu Deus, daqui uma semana não tem mais terra, acabou tudo”. Aí, com essa seca que deu nessa parte que era a melhor parte da Bolívia [de Santa Cruz], que era o sul, o pessoal começou a diminuir bastante de vir pra cá, já não veio mais a mesma quantidade que estava

vindo. Porque a lei da Bolívia é diferente do Brasil. Por exemplo, cheque, é um negócio que você não pode dar um cheque seu na Bolívia. Se você tem conta em dois, três bancos e você dá um cheque frio, eles te congelam todas as suas contas assim num prazo de horas assim... A justiça tem um preço, até você ajeitar a sua situação. E teve muito produtor que teve esse tipo de problema e que teve que fugir pro Brasil, então, o agricultor, de boca em boca, o pessoal já “ah, não vou pra lá...”, e muita gente que veio também não era agricultor, era gente que especulava na agricultura e que... se você também não souber trabalhar na agricultura hoje é difícil você se manter no ramo, porque na agricultura você não pode ir fazendo números, você tem que ver é no final do negócio, então muita gente faz as contas assim: “planto isso, gasto isso, vai me sobrar isso”, e no final de repente não é bem isso. Então, eu acho que está difícil não só para o agricultor, do Brasil ou de qualquer outra parte, vir pra cá.

O pesquisador Alcides V. nos dá um interessante panorama do ingresso de brasileiros na cadeia produtiva da soja em relação à realidade local:

[...] el brasilero no va estar sembrando hortalizas, ni plantas frutales, castaña, la soya, además con criterios de empresa mucho más, en una lógica capitalista mucho más agresiva, mucho más avanzada que el que tenía aquí el boliviano. El boliviano por ejemplo estaba acostumbrado a cultivar en función de un mercado local, uno. Dos, dependía de la voluntad de San Pedro si había agua o no había agua si el camino sirve, no sirve y si no hay camino había que hacer huelga hasta que el camino esté, la mentalidad con la que ha llegado el brasilero y es que a todo eso se llama costos de producción, entonces llega con maquinaria monte al piso, el famoso sistema del chaqueo y quema ha desaparecido. El brasilero llega con maquinaria, entonces todo va al piso, no queda ni un sólo árbol de pie, porque eso es más fácil para cultivar y para mantener el campo después con maquinaria, el requerimiento de mano de obra también es mucho más bajo y como es más bajo también es más tecnificado y como es más tecnificado también le dan un mejor salario. Entonces esta mentalidad también está trayendo a brasileros contraria a la mentalidad que había aquí de buscar más una mayor cuota ganancial con una mayor cuota de explotación laboral entonces aquí la mentalidad del brasilero es “mayor explotación de la tierra, no de la mano de obra” ¿no? y esto se está introduciendo con sus beneficios y con sus problemas ¿no? porque es un tipo de agricultura también bastante depredadora, o sea después de cinco años estas tierras han perdido gran parte de su capacidad productiva, de fertilidad y qué es lo que se hace hay que ir a buscar nuevas tierras más adelante en regiones más vulnerables.

A partir dos trechos das entrevistas apresentados, nos permitiremos então narrar a trajetória da presença brasileira na produção de soja na Bolívia. Como vimos aqui, a chegada dos brasileiros ao país vizinho deu-se principalmente em função do preço das terras. O perfil desses brasileiros é de gente que já estava, de alguma maneira, ligado ao agronegócio ou à própria produção de soja no Brasil. Vimos que muitos saíram do Paraná e do centro-oeste do

país. Como exemplos desse perfil, apresentamos aqui dois produtores: um com origem na produção agrícola, agricultor e filho de agricultores no Brasil, que já integrava a agroindústria em seu país de origem e era proprietário de grandes extensões de terra (e ainda o é, mantendo propriedades no Brasil; trataremos disto no próximo item deste capítulo); outro, ex-executivo de importante empresa transnacional, a Monsanto, que fez o caminho de tornar-se “dono do próprio negócio” aproveitando o crescente mercado boliviano. Pudemos perceber também a existência de grupos econômicos brasileiros que atuam no setor na Bolívia, mas disto trataremos melhor também no item subsequente.

O que nos chama a atenção é o que os entrevistados denominam *boom* da soja na Bolívia, que teria ocorrido a partir da entrada de brasileiros na atividade. Para a Bolívia, tal *boom* significou um aumento de mais de 100% da superfície cultivada de soja em um pouco mais de uma década, além de ter transformado a relação e o acesso do país aos mercados internacionais. Esse *boom* foi produzido não só pelo aumento do cultivo da soja, mas pelo aporte tecnológico que forneciam os brasileiros para que a produção se expandisse, tanto do grão, como das indústrias de melhoramentos.

Em território boliviano os brasileiros impulsionaram o estabelecimento de uma indústria de derivados de soja, abrindo um mercado para a sua própria produção e tornando-o competitivo para o mercado internacional. Como nos explica César T. em seu depoimento, a margem de lucro com a produção na Bolívia é muito maior que no Brasil; além de custos mais baixos para produzir, a possibilidade de que todas as transações sejam feitas (compra e venda de insumos e do próprio produto) diretamente em dólar exclui as possíveis perdas com a variação da taxa de câmbio, como acontece com o real no Brasil.

No início dessa relação, o melhoramento do grão de soja e até a sua comercialização eram feitos no Brasil; hoje, graças à tecnologia compartilhada pelos que saíram deste país, a Bolívia conta até com exportação de insumos e derivados da soja para o Brasil. É importante lembrar, no entanto, e assim também demonstram nossos entrevistados, que os brasileiros lograram prosperar na atividade também porque a Bolívia estava em uma etapa de seu desenvolvimento que propiciava e fazia a opção pelo desenvolvimento da grande indústria no campo. Como já mencionamos, o projeto *Tierras Bajas del Este*, em vigor desde meados da década de 80, com financiamento do Banco Mundial, incentivava o desenvolvimento capitalista do campo na porção oriental do país, trazendo-o como desfecho (definitivo, ao menos até os dias de hoje), das políticas da Reforma Agrária de 1953. Um outro fator importante para a instalação próspera de estrangeiros, e aqui não apenas brasileiros, no

agronegócio boliviano foi – ao mesmo tempo em que a demanda internacional pela soja e derivados era crescente – a crise hiperinflacionária pela qual passou o país durante os anos 80; com os produtores nacionais endividados e sem liquidez para investimentos, os estrangeiros chegam para modificar o mercado daí por diante⁶⁷.

Apesar de tais condições objetivas terem propiciado a preponderância brasileira no setor, os adeptos do modelo de desenvolvimento do agronegócio enaltecem os nossos conterrâneos quase que como os “salvadores” do desenvolvimento no campo na Bolívia. Como pudemos observar a partir dos excertos de entrevistas apresentados anteriormente, a recepção do produtor brasileiro é a de alguém que “apostou e aposta no futuro de Santa Cruz”.

Dentre as informações que apresentamos, temos declarações de que ao menos 40% da produção do grão de soja está em mãos exclusivamente de brasileiros, enquanto a capacidade de armazenamento deles chega a até 60% do total. O brasileiro que chegava à Bolívia, ao departamento de Santa Cruz, encontrava terras cobertas de floresta e um país pouco conectado regionalmente em termos de infra-estrutura. Isso provocou extensos desmatamentos e fez com que muito das estradas construídas na região, ligando o campo à capital Santa Cruz de la Sierra, tenham sido obra dos próprios produtores, e os brasileiros declaram-se pioneiros em tal iniciativa⁶⁸.

Também através das entrevistas pudemos notar que a presença brasileira na Bolívia, em si, não é algo novo. Em que pese as centenas de quilômetros de fronteira que dividimos com este país, muitas são as intercessões entre nós, em matéria de território, especialmente porque a maior parte dessa fronteira comum localiza-se na região amazônica, o que dificulta a presença e controle estatal e de certa maneira dilui a linha convencional para dividir o território dos dois países. No entanto, a presença brasileira que se verificava até então, e que ainda se verifica⁶⁹, é de natureza distinta àquela que se observa no desenvolvimento da cadeia produtiva da soja. Há muitas famílias de brasileiros que vivem dentro das fronteiras bolivianas, mas trata-se, em sua maioria, de camponeses pobres que trabalham diretamente na terra, praticamente em regime de subsistência. Os brasileiros que vêm participar do desenvolvimento do modelo do agronegócio na Bolívia ocupam as atividades de extração de madeira, pecuária e agricultura, principalmente de soja.

⁶⁷ Cf. apêndice P, entrevista com Carlos Balderrama.

⁶⁸ Cf. apêndice E, entrevista com César T.

⁶⁹ Cf. http://www.laprensa.com.bo/noticias/31-08-09/imprimir.php?nota=31_08_09_poli1.php, exemplo de situação recente. Acesso em 29 Mar. 2010.

Exaltamos aqui a presença brasileira na atividade em questão, mas é necessário afirmar que há uma elite agroindustrial consolidada em Santa Cruz, em com forte poder político.⁷⁰ No entanto, a diferença na ocupação das etapas da cadeia produtiva da soja é notável: os brasileiros concentram-se mais no cultivo e os bolivianos na indústria de beneficiamento. O trato direto com a terra, mesmo com a aplicação de tecnologia de ponta, ainda é suscetível às condições climáticas, o que levou, em alguns momentos dessa história, a que produtores brasileiros voltassem ao seu país de origem ou mudassem de região dentro da própria Bolívia – o que se mostrou uma alternativa possível e bastante lucrativa.

Como ponto negativo da presença brasileira, Jaime Palenque aponta o encarecimento do preço da terra, que tornou a atividade ainda mais inacessível ao produtor boliviano, e assim propiciou o predomínio de estrangeiros, e principalmente brasileiros. Contudo, a proliferação de centros de pesquisa relacionados ao tema foi impulsionada por brasileiros, com intercâmbio destes com centros brasileiros do mesmo gênero, o que ajudou na consolidação dos bolivianos nas outras áreas do setor produtivo. Dentre os excertos de entrevistas citamos: *Fundacruz*, Fundação Mato Grosso, Fundação MG e *El Vallecito*, ligado à *Universidad Autonoma Gabriel René Moreno*, a universidade pública de Santa Cruz.

A notável presença brasileira na Bolívia carece, todavia, de estudos específicos mais aprofundados. Foi o que percebemos ao chegar a campo, e escutamos de muitos de nossos interlocutores, como citamos na fala do pesquisador Enrique Ormachea. É uma presença forte, em diversas atividades, tanto econômica como política, e, como ressalta o pesquisador, é necessário “localizá-los e entender a sua relação com o poder em Santa Cruz”. A nossa pesquisa começa a desbravar esse campo, e no próximo item faremos uma incursão pelo “espaço social” conformado e ocupado por estes brasileiros, apontando na direção de comentar tal relação.

As nossas entrevistas, exploratórias, trataram também de temas transversais ao objeto de pesquisa, proporcionando-nos ter uma caracterização mais ampla da conjuntura boliviana e dos seus atores em ação. Isso nos serviu de metodologia para construir a visão que trazemos em nossa análise, e também consiste, agora, em material, fonte, para a compreensão de tais temas que perpassam o nosso estudo. Por isso, no que se refere à presença brasileira nos setores de gado e madeira, por exemplo, ou a questão dos transgênicos na Bolívia, por outro

⁷⁰ Cf. SORUCO, X. (Org.). **Los Barones del Oriente**: el poder en Santa Cruz ayer y hoy. Santa Cruz de la Sierra: Fundación Tierra, 2008.

lado, recomendamos a consulta às transcrições integrais das entrevistas que fizemos, constantes dos apêndices desta dissertação.

As entrevistas feitas com representantes de movimentos sociais não nos apresentavam dados dessa trajetória de chegada dos brasileiros à Bolívia, o que quer dizer que as apresentaremos oportunamente ao tratarmos do tema de conflitos de terra que nos foi informado por tal setor. Essa será parte integrante da caracterização do “espaço social”, à que nos dedicaremos de agora até o final do presente capítulo.

8.3.2 A presença brasileira e a conformação do “espaço social”

Para caracterizarmos o “espaço social” no qual inserem-se os brasileiros produtores na Bolívia, colheremos das entrevistas trechos que contenham informações sobre algumas características que indiquem a sua relação com a sociedade boliviana, para então analisá-las. Nos parece importante tentar detectar como passam a relacionar-se tais brasileiros com a sociedade na qual se integram; no caso, a sociedade cruzenha. Sabemos, de antemão, que a inserção de brasileiros no cultivo da soja fez com que se transformasse toda a cadeia produtiva do grão, impulsionando o surgimento de indústrias de beneficiamento e também colocando a Bolívia em outra posição no mercado internacional de *commodities*.

Sabemos também, como descrevemos no item anterior, que tais brasileiros possuem grandes extensões de terra e que participam de agremiações de produtores juntamente com produtores de outras nacionalidades. Até agora, podemos afirmar que isso se deu porque detêm poder econômico, ou seja, “capital econômico”, para utilizarmos a categoria de Pierre Bourdieu. Nosso objetivo então é identificar os demais tipos de capitais que possuem tais brasileiros, de acordo com o aporte teórico de Bourdieu, assim como outros elementos que venham a compor o “espaço social” do qual tratamos.

Uma característica interessante de observar é o fato de que, muitas vezes, os brasileiros naturalizam-se bolivianos, e assim têm facilidades como acesso à créditos e à terra. Este último ponto tornou-se fundamental a partir da aprovação da NCPE, em janeiro de 2009, pois ela limita a propriedade de terra por estrangeiros a cinco mil hectares, não valendo para

as propriedades adquiridas anteriormente à sua promulgação. De qualquer maneira, os nossos entrevistados não demonstraram que essa limitação é um problema principal, pois sua associação com bolivianos, por vezes inclusive através do casamento, contorna satisfatoriamente a situação.

Federico M. demonstra:

Muitos se naturalizaram, têm filhos bolivianos, enfim, é outra coisa, mas, de fato, na Anapo, que é o principal grémio de produtores sojeiros, há nove diretores, e dos nove dois são brasileiros. Isso demonstra a sua importância, e, de fato, se vemos inclusive nas casas comerciais, as que provêm insumos agropecuários, etc., as sementeiras, as principais sementeiras, são de brasileiros. Por exemplo, a casa provedora de insumos Agrobolívica, e no tema das sementes temos Agrosel, Agromil, Semillas Monica, ou esta, como se chama, Fundacruz, todas dirigidas por brasileiros.

Aqui aparece também a questão de que esses brasileiros, que passam a viver na Bolívia, geram filhos bolivianos e, assim, laços sociais que consideramos relevantes, na medida em que partilham de uma classe social. O trecho acima também apresenta a influência dos brasileiros nas agremiações de produtores e na detenção do provimento de insumos agrícolas e sementes, como vimos no item anterior. Ao ser interpelado sobre a recepção da sociedade boliviana aos brasileiros que ali chegaram, Federico responde:

Bom, eu diria que eles tem uma integração total não só na produção como na sociedade. A relação é muito horizontal com os daqui – estou falando de Santa Cruz, e não do resto do país, onde a visão é um pouco diferente. Estão tão interiorizados que são parte dos grêmios. Isto é, a Anapo, que é o principal grémio de produtores de soja, em dado momento, modificou seus estatutos para permitir que estrangeiros fizessem parte, porque antes só se podiam bolivianos. Aí entraram Nilson M., e estiveram também Zacarias Vale, Claudinei Gaspareli, pessoas que são importantes na produção. Em outros grêmios, como Ápia, Ápia é a Associação de produtores de insumos agropecuários, onde está a Agrobolívica, aí também temos presença forte de brasileiros, e, digamos, já alguns deles capitalizaram, porque a grande vantagem é que 80%, para não exagerar, de produtores brasileiros que vieram, ficaram. Ou seja, é gente que chegou nos anos 90 e segue aqui. Já têm propriedades aqui, já têm sua casa aqui, alguns inclusive casaram na Bolívia, outros tiveram seus filhos aqui, e que são bolivianos, alguns deles tiraram a nacionalidade boliviana... Então, o que geram reinvestem aqui, e já entraram em outros rubros, transporte, enfim, que vão mais além, mesmo que ainda sejam pequenos, já estão diversificando a produção.

A respeito do mesmo tema, Nilson M., produtor naturalizado boliviano, declara:

Os produtores que exploram a soja na Bolívia todos moram aqui na Bolívia. Eu acho que tem... eu conheço um que é de Londrina, mas que vive mais aqui que em Londrina, que é o Paulo, e o Gerson, e acho que só. Todos moram aqui, as nossas famílias, muitos se casaram com bolivianas, muitos se divorciaram das brasileiras e casaram com as bolivianas, muitos têm filhos bolivianos, é o meu caso, eu tenho dois filhos bolivianos. Eu fiz questão que os meus filhos fossem bolivianos, eu sou boliviano naturalizado, ou seja, nós estamos hoje, nós fazemos parte dessa cultura. Eu falaria pra você que daqui dez, quinze anos, acabaram os brasileiros. Acabaram os brasileiros. Então as pessoas vão esquecer os brasileiros. Já são brasileiros bolivianos; bolivianos de origem brasileira. Porque o meu filho tem catorze anos, daqui dez anos ele vai ter 24, então ele que vai cuidar das coisas, e ele é boliviano. E eu já tô pra escanteio. O mesmo que ocorreu com os croatas que chegaram, tem muito croata aqui na Bolívia, que chegaram na década de 40, de 50...

E comenta um pouco mais sobre a sua própria história:

Mas voltando à nós brasileiros, nós vivemos bem, temos bons colégios, no caso por exemplo, o meu filho e a minha filha estudam em colégios americanos, falam três línguas, são muito bem educados, a vida aqui é muito formal. [...] Aqui todo mundo se cumprimenta, existem os grupos de fraternidades, então vamos supor: você se forma no colégio e a sua turma, essa turma compra uma chácara e forma um grupo de amigos, e esse grupo de amigos fica para toda a vida. Então você tem aqui por exemplo pessoas que convivem desde criancinha, é impressionante. [...] O meu filho é boliviano, o meu filho... O meu filho não quer nem estudar nos Estados Unidos. A minha filha, o inglês dela é o inglês americano, ela gosta de falar como os americanos. O meu filho não, o meu filho gosta de falar como os *cambas* falam. Porque o meu filho é *camba*. Meu filho gosta de falar com o sotaque *camba*. A minha filha é gringa, e a minha filha quer estudar nos Estados Unidos. O meu filho não, o meu filho quer estudar aqui. Então, nós estamos integrados, a minha mulher gosta muito daqui, não quer voltar pro Brasil de jeito nenhum, se você entrevistar os brasileiros na Bolívia, 95% dos brasileiros estão felicíssimos na Bolívia, é impressionante a porcentagem. [...] A gente tem um aeroporto aqui que tem um voo da Aerosur, da American Airlines, praticamente com conexão, a Lan Chile e a TACA, praticamente três ou quatro voos pros Estados Unidos, diários, né, eu no meu caso, eu vivo na Avenida Bánzer, eu estou a dez minutos do aeroporto, então nós estamos tranquilos. Estamos tranquilos e felizes aqui na Bolívia.

A respeito da integração dos produtores brasileiros com os bolivianos, César T. nos esclarece:

É uma relação de bastante parceria. Tem a Anapo, aqui, você deve ter escutado falar. A Anapo é como se fosse a Embrapa no Brasil, é um órgão que, digamos, seria o nosso grêmio, depois tem a CAO, e a gente também trabalha muito com a Anapo. A Unisoya hoje é uma referência também pra Anapo, porque a gente ajuda muito e trabalha muito com o desenvolvimento de tecnologia, como eles, e a gente sempre ajudou, sempre foi aberto, participa de tudo, ajuda a tomar decisões, a Anapo, na CAO, o pessoal inclusive, da Anapo e da CAO, vem aqui na Unisoya, a gente conversa muito sobre tudo o que é tema, desde político. Digamos, eu acho, que o brasileiro faz parte hoje. Nós fazemos parte da agricultura boliviana, e eu acho que nem eles não se vêem sem a gente já, a gente já faz parte desse [...].

Na sua fala também aparece a questão da naturalização, em meio à explicação do porquê ainda possui terras no Brasil:

Na verdade, é que, pra gente, o Brasil é mais que tudo uma segurança, ter alguma coisa no Brasil por causa da política boliviana; porque você não sabe até onde o governo será capaz de fazer o que ele fala que vai fazer, e, se ele for fazer, depende o tipo de política que ele assumir não tem nem como, até para os próprios bolivianos, ficar na Bolívia. E a gente sempre vai ser, por mais que eu seja naturalizado, eu tenho... a minha mulher é boliviana, meus filhos são bolivianos, já faz bastante tempo que eu moro aqui, me considero, assim, grande parte já boliviano, mas depende do tipo de política que o governo assumir você vai ter que, de repente, até ir para o Brasil. Então é mais por segurança, ter uma propriedade, ter bens no Brasil, digamos, se acontecer alguma coisa, você ter algo lá pra você.

O pesquisador Marco Octávio Ribera Arismendi também faz coro com estes últimos depoimentos:

Sus hijos han nacido acá, se han casado con bolivianas, muchos de los agroindustriales, sus hijos van a colegios de Santa Cruz, tienen, no han perdido vínculo con su país, seguramente no, con tu país, con Brasil, lo mismo es el caso de los argentinos, pero son digamos gente que han venido a radicar.⁷¹

Alcides V., pesquisador da *Fundación Tierra* e ex-funcionário do INRA, nos dá uma perspectiva distinta sobre a natureza da presença brasileira. Até aqui, nos parecia que essa presença tratava-se de migrações individuais, familiares. Com o depoimento de Alcides V.,

⁷¹ Cf. apêndice K, entrevista com Marco Octavio Ribera Arismendi.

percebemos que, mesmo que assim sejam, a presença brasileira não se dá de forma desvinculada aos grupos econômicos:

Yo estuve como director del Instituto de Reforma Agraria, el año dos mil cuatro y dos mil cinco y en esa ocasión yo hice un declaración pública, señalando de que lamentaba que las tierras, las mejores tierras de Santa Cruz, están quedando en manos de brasileros o sea, esto provocó dos tipos de reacciones; una formal, incluso de la cancillería brasilera que pedían una aclaración de mi parte y como autoridad si esta era una manifestación xenofóbica ¿no? o había una actitud contra Brasil. Situación que fue aclarada simplemente como una preocupación y no era nada dirigido contra nadie. Pero la otra que, grupos de productores brasileros que aquí se preocuparon y a mí me lograron ubicar y me invitaron a una reunión aquí en Santa Cruz, una reunión con productores brasileros, yo te digo a mí me sorprendió bastante porque hasta ese momento yo veía la presencia de los brasileros un poco como un rebalse casi natural, está lleno el Brasil y saturado y el rebalse va cayendo a este espacio que está más vacío sin embargo, esa reunión cambió bastante mi percepción porque lo que vi fueron nueve grupos económicos muy organizados ¿verdad? Si bien ligados a algunas familias no los veía como productores aislados ¿verdad? Como Perico de los Palotes o Juan Pérez que dejó el Brasil y se vino acá. Si no los veía como parte de unos grupos de productores, o unos grupos económicos que tiene producción agrícola en Brasil, en Paraguay y en Bolivia. Entonces, ahí vi que la dimensión en producción y en la economía de estos grupos es muy fuerte y estoy hablando de nueve grupos con los que tuve una reunión y no estoy hablando de una cantidad también de gente que puede estar con una pequeña parcela haciendo un cultivo particular, creo que eso más bien es lo normal, lo que sí llama la atención es que estos eran grupos productivos ¿verdad? Ligados a la actividad agrícola no sólo en Bolivia, sino además en Brasil y algunos en Paraguay y la preocupación que ellos me plantearon con mucha claridad era queremos saber cuáles son las reglas y a qué nos estamos metiendo, incluso uno de estos grupos me dijo: nosotros negociamos incluso con Cuba y nos metemos porque sabemos cuáles son las reglas y porque sabemos que no nos la van a cambiar en medio negocio. Entonces si uno sabe, si conviene uno se mete o sino no. Y eso pedimos de Bolivia, me dijo queremos reglas claras y estables, que no nos la cambien a medio camino ¿verdad? Como todo sucede en Bolivia, unos meses después de eso yo dejé el cargo que ocupaba y no sé exactamente qué ha pasado. Hoy, sin embargo, yo pude ver desde el INRA esta presencia de estos grupos productivos que para mí era lo más preocupante con su presencia muy fuerte en Santa Cruz.

E comenta sobre outros tipos de presença brasileira na Bolívia, fazendo a diferenciação com aquela que percebemos em Santa Cruz:

Entonces, la presencia brasilera para no perderme en el tema, la presencia brasilera la veo muy fuerte en la región de Santa Cruz donde están articulados sobre todo a grupos de tipo económicos con presencia económica muy fuerte en Brasil, Paraguay y Bolivia y en la parte de frontera con

Bolivia en la región de Pando, en la región más amazónica donde veo más bien otro tipo de presencia brasileira que es más bien esto que yo te decía como un rebalse del Brasil, si bien son necesario pero no se ve que estén articulados a grupos económicos brasileiros muy fuertes ¿no? sino más bien es gente que ha venido con algunos pesos, ha comprado un pedazo de tierra o se adueñó de un pedazo de tierra y ha empezado a hacerla producir. Entonces son dos realidades diferentes. Esto como una visión general.⁷²

No trecho abaixo Alcides V. esclarece sobre a natureza familiar de tais grupos econômicos:

[...] más bien como grupos familiares. Por ejemplo quizá... me acuerdo en este momento de dos que pueden ser más conocidos aquí como Grupo Marchetti y el Grupo de José de Barbosa o sea no sé qué tan fuertes puedan ser en Brasil pero esos son los que me acuerdo [...]. La mayoría de éstos grupos están metidos en la soya. O sea esa es la actividad que ahorita les está generando ingresos les está generando negocio, la soya. Pero también muchos de estos grupos tienen inversiones muy altas por ejemplo que no se bien los nombres, pero en la región ligada a Puerto Suárez, estos grupos, alguno de estos grupos brasileiros en sociedad con bolivianos habían constituido una empresa para la explotación del Mutún.

E Elio M. complementa, provavelmente referindo-se ao brasileiro Blairo Maggi:

Habían familias, que yo sepa la mayoría era de familias. Sé de que hasta estuvo interesado en venir para acá para Bolivia el “Rey de la Soya”, del Brasil, alguien que tiene fuertes inversiones en el Mato Grosso del Sur...y Mato Grosso del Norte, [...] no recuerdo el nombre, [...] pero el “Rey de la Soya” el que tenía más de un millón de hectáreas produciendo soya en Brasil.

Gostaríamos também, considerando serem estes motivos de uma vinculação primeira à sociedade boliviana, de reunir algumas informações mais que nos contem para onde, que região, foram quando chegaram os brasileiros à Bolívia, e também os meios pelos quais, sendo estrangeiros, puderam acessar terra no país vizinho. Ambos os pontos já foram tocados anteriormente, mas o faremos aqui de forma a vincula-los com a construção do “espaço social”.

⁷² Para compreender um pouco mais sobre outros tipos de presença brasileira na Bolívia, Cf. apêndices F, K e I, entrevistas com Adalbert Kopp, Marco Octavio Ribera Arismendi e Alcides V., respectivamente.

Nilson M. nos conta sobre a mudança de região de suas propriedades, que, primeiramente no leste do departamento de Santa Cruz, após a crise do final da década de 90, passaram a ser na parte norte da capital, o chamado norte integrado:

Em 1998 eu comprei uma segunda propriedade de dois mil e duzentos hectares, e, depois, no ano de 2002 eu comprei mais uma propriedade de quatro mil hectares. E comecei a gostar da atividade, eu comprei, por sorte, na zona norte de Santa Cruz, que é uma zona que tem um regime de chuvas muito melhor, que chove todo ano, e se pode fazer duas campanhas, ou seja, duas safras de soja. Então essa foi a minha sorte, e o meu progresso se dá em virtude disso, de ter acertado. A maioria dos brasileiros foi para a zona leste do departamento de Santa Cruz; eu fui o primeiro brasileiro a comprar terras na zona norte de Santa Cruz. [...] A província é Obispo Santistevan. Essa foi a minha sorte. Porque, enquanto os da zona leste fracassavam, eu progredia.

César T., ao falar dos doze sócios da Unisoya, revela onde estão suas propriedades:

É no norte da Bolívia mesmo [norte de Santa Cruz], a Obispo Santistevan. E esses doze agricultores somos nove brasileiros e três bolivianos. E a gente vai revezando na direção, eu o ano passado fui presidente do grupo, e mormente o negócio da Unisoya hoje não tem armazenamento não tem nada, mas junta pra comprar, quando está na época de comprar, a gente faz de vinte a trinta por cento na compra, e, na venda, depende do negócio, ganha até mais.

Elio M., por sua vez, corrobora e complementa:

En Santa Cruz se concentraron en el Proyecto Tierras Bajas del Este y el Norte de Santa Cruz. El Norte de Santa Cruz con sus tierras fértiles, que son las mejores del oriente y un poco en tierras bajas del Este al Este del Río Grande, entre San Antonio de Chiquitos y el Río Grande. Está entre San Antonio de Chiquitos como cien kilómetros en adelante hasta el Río Grande, tanto al Norte como al Sur.

Daqui podemos perceber que os brasileiros conseguiram acompanhar, ao longo dessas duas décadas nas quais estiveram envolvidos com a soja na Bolívia, a movimentação do mercado de terras e mantiveram-se sempre nas mais produtivas. No que se refere à soja, verificamos que o início do seu cultivo no departamento de Santa Cruz foi no leste do seu território, a leste também da sua capital Santa Cruz de la Sierra. Hoje, a parte predominante é o chamado norte integrado, a norte da mesma capital. No entanto, o assessor da CAO

Federico M. nos revelou a expansão da fronteira agrícola da soja também para além das fronteiras do departamento de Santa Cruz:

Os que chegaram aqui, saíram de lá. Agora, à medida que foram crescendo e diversificando, sim há alguns investidores que investem lá e aqui. [...] eu vou te dar um dado que vai te surpreender: já os brasileiros que estão assentados aqui, estão pensando em ir a outros lugares, primeiro pensavam em Santa Cruz; saíram da zona integrada e começaram a comprar terras aqui [...] e agora estão comprando terras aqui, na Amazonia peruana. E são esses brasileiros. Sim alguns têm relação por exemplo, onde há muita integração, é na parte de insumos. Agrolívia é parte da Agrobrasil, de Agroparaguai, que estão em vários lugares.

Este trecho também comenta que, ainda que alguns dos produtores brasileiros tenham chegado à Bolívia de forma individual, o crescimento do negócio e a grande margem de acumulação do capital já faz com que eles possam expandir e formar grupos maiores.

Outra coisa que se vê bastante nos depoimentos, é que a posse de terra por brasileiros é muito maior do que a quantidade destinada à soja; eles estão também em outras atividades, como gado e madeira, e inclusive dentro da faixa dos 50 quilômetro das fronteiras, o que é proibido por lei. No entanto, a verificação disso tornou-se inviável em função da não conclusão da regularização das terras por parte do INRA, então pela ausência de documentos, e também porque uma incursão a campo nessas áreas nos foi desaconselhada em função de riscos de conflito.

Segundo Federico M.,

Há brasileiros em quantidade, mas o que ocorre é que é onde o saneamento ainda não entrou - o saneamento é o processo que faz chegar o INRA para regularizar os direitos proprietários, então eu não sei. Eu sei por exemplo o que se refere a mim, o que o Estado me dotou, que é uma propriedade que se chama Cenicero e tem cinco mil hectares, o que eu já não sei, e se você puder me comprovar, e, bom, até que saia o saneamento não vamos saber. No momento da campanha que fez de Evo Morales o presidente da Bolívia, ele dizia que em toda esta zona há 600 mil hectares que foram comprados por brasileiros. Eu diria, por exemplo, e isso eu sei de boa fonte, que entre o Carmen e o Rincón del Tigre, há 70 mil hectares que sim são propriedade de um brasileiro; de João Geraldo Raimundo. E sei que há outras terras, sei porque fizemos trabalhos para eles, entre Tucabaca e Santo Corazón, entre 50 e 60 mil hectares que são de brasileiros.

E, diante da pergunta sobre o que produzem tais brasileiros em estas zonas, ele responde: “Gado. O que fizeram foi comprar, derrubar e jogar pasto para criar gado. Mas só isso. É o que digo, por esta zona da Gaiba também dizem que há, mas não há como assegurar, agora não se pode quantificar”. Com estes excertos podemos comprovar a dificuldade em quantificar a terra possuída pelos brasileiros, e, mais ainda, separa-las por tipo de uso e produção. Contudo, de nenhuma maneira se pode duvidar da preponderância dos brasileiros no desenvolvimento do agronegócio em Santa Cruz e na Bolívia.

Sobre as terras em região de fronteira e o tipo de propriedade que possuem, acrescenta:

Propriedade, claro. Senão não se pode investir na Bolívia. Há certos lugares onde ocorre o aluguel de terras, na zona de San Pedro, mas são pequenos. Agora estarão em mãos de brasileiros, sem contar a fronteira, porque na fronteira, digamos, o saneamento não avançou, são propriedades ganadeiras, há muito pouca informação. [...] está fora dos 50km [as propriedades dos brasileiros]. Mas digamos que é a zona de fronteira, mas é gado que o brasileiro engorda aqui. Falamos de [...] milhão e 700 mil hectares, 300 mil, 350 mil são de brasileiros.

Elio M. também comenta a falta de levantamentos estatísticos sobre a propriedade da terra por brasileiros:

No tengo una información, todavía el gobierno municipal no ha llegado a tener este... datos catastrales precisos para determinarlo, se espera de que los saneamientos de la tierra que vaya a hacer el gobierno de las pautas de ese índice de presencia, pero en todo caso yo creo de que si vienen cumpliendo los procedimientos de las leyes están, deben de estar bajo la cobertura de los acuerdos entre Bolivia y Brasil en ese campo, porque hay acuerdos de hace mucho tiempo sobre este aspecto. [...] Mira, del saldo de los pobladores brasileños en el departamento de Santa Cruz sólo tengo la información periodística porque... bueno para conocer esa problemática grande en detalle hay que tener mucha movilidad y recorrer los espacios del departamento y conocer objetivamente la realidad, pero sí sabía que habían muchos que habían venido atraídos por el Proyecto que es Tierras Bajas del Este para sembrar soya, pero ya también se por comentarios, de que muchos de ellos vinieron, invirtieron en [...] no cubrieron sus expectativas y se volvieron a su país.

E, diante da pergunta sobre a legalidade das terras dos brasileiros, responde:

No tengo los detalles pero si ellos han comprado de legítimos tenedores de la tierra, su base legal es buena, pero no tengo detalles, todavía no tenemos detalles porque no se ha hecho un catastro jurado, está pendiente, está pendiente todavía eso , pero de que hay brasileños, hay brasileños, ahora hay una presencia eh... un poco conflictiva de brasileños en la zona Este donde están los bosques transicionales del bosque seco chiquitano, se ha sabido de que han venido inversionistas para elaborar madera de asociaciones sociales; le compran a las asociaciones sociales, las transforman y llevan a la exportación. Pero eso ha decaído por la crisis internacional.

Vimos, no item anterior, Nilson M. declarar que os brasileiros possuem 40% da produção total de soja na Bolívia, o que nos permite inferir que, quanto à propriedade da terra a proporção deve ser similar. Vejamos a posição de Jaime H.:

Nosotros estimamos que son un treinta a treinta y cinco por ciento que están en manos de productores brasileiros, en el entendido de que hay inversores que se han asociado también a inversores bolivianos, entonces han organizado empresas con capital boliviano y capital brasileiro, entonces ahí es difícil desagregar, pero nosotros creemos que hay un treinta, treinta y cinco por ciento.

A presença brasileira que não passa despercebida, ainda que não haja dados completos, objetivos e sistematizados a respeito, toca em pontos bastante conflitivos para o desenvolvimento da Bolívia. Como já demonstramos em capítulos anteriores, a questão da terra, por sua maioria populacional ser indígena, é alvo de muitas disputas, e o processo político pelo qual passa o país atualmente coloca em debate o modelo de desenvolvimento para o campo.⁷³ Inclusive, era esperado de alguns setores que uma gestão Evo Morales interviesse de maneira mais contundente na questão da terra, do latifúndio, de seu uso e propriedade, para uma vertente contrária ao modelo primário exportador.⁷⁴

Nas conversas com os produtores, e também na nossa vivência no país vizinho durante o trabalho de campo, pudemos perceber que o papel geopolítico do Brasil no continente, assim como a atuação do governo Lula, em muito tem a ver com a atual postura do governo Evo Morales em relação aos produtores brasileiros em seu país. Embora estes se declarem ameaçados, e o setor como um todo, as agremiações, revelem a opinião de que a Bolívia passa por um “problema político”, identificamos que o atual governo boliviano não está remando

⁷³ Cf. FUNDACIÓN TIERRA. Informe 2009. **Reconfigurando territorios:** reforma agrária, control territorial y gobiernos indígenas en Bolívia. La Paz, Bolívia, 2010. 287 p.

⁷⁴ Cf. apêndices J e P, entrevistas com Enrique Ormachea Saavedra e Carlos Balderrama, respectivamente.

contra a maré no sentido de um desenvolvimento que aposta também no agronegócio. Com os movimentos sociais, no entanto, tivemos conversas que nos revelavam os pontos conflitivos da presença brasileira.

Nilson M. nos informa algumas desses pontos relevantes:

Então, realmente, os números, na Bolívia, os números dos brasileiros na Bolívia são muito expressivos, tanto que, no governo Fernando Henrique, nós fomos um pouco esquecidos na Bolívia, no governo Lula, o Lula nos deu uma assistência espetacular, né. Eu, sinceramente, sou fã, particularmente, do governo Lula, porque foi um governo que sempre nos auxiliou. Foi no governo Lula que nós tivemos a preocupação da embaixada brasileira com os brasileiros produtores na Bolívia. Criamos um grupo chamado Grupo Soya, esse Grupo Soya entrou, a participar da Câmara de Comércio Boliviana-brasileira, da qual eu sou vice-presidente, e represento o Grupo Soya, por exemplo. É claro que não é feita uma eleição entre os brasileiros, mas eu, como vice-presidente da câmara, eu defendo os interesses do nosso grupo, o grupo de produtores agropecuários dentro da câmara, e nós temos um acesso mais fácil ao embaixador, ao Palácio do Planalto, e tudo. Te conto que, uma vez, houve um rumor de que o então candidato a presidente Evo Morales ia desapropriar as propriedades dos brasileiros. Houve um rumor. Inclusive, ele chegou em Santa Cruz, e chegou a falar isso, isso saiu na mídia. E, o ministro Roberto Rodrigues, esteve em Santa Cruz, mais ou menos nessa ocasião, e foi uma preocupação minha até, eu falei com o ministro, e o ministro falou “olha, segunda-feira eu tenho uma reunião com o presidente Lula e eu vou levar na minha agenda e vou conversar com o presidente Lula”, e o embaixador estava presente também, o embaixador na época era o Antonino Mendes, que está em Estocolmo na Suécia, hoje. O atual embaixador é Frederico Araújo, agora. Então, na segunda-feira, o então ministro Roberto Rodrigues, levou o problema para o presidente Lula e comentou com o presidente Lula que o então candidato Evo Morales havia falado isso. Bom, a resposta veio imediatamente, por meio do Roberto Rodrigues, embaixada, o embaixador me chamou pessoalmente pelo celular e falou: “M., o problema está contornado, o Lula já falou com o Evo, e está tudo certo, fica tranquilo”, e depois ele falou pra mim “Eu espero que ele cumpra...” (risos). Eu ri muito porque o embaixador é muito brincalhão, né, mas é a forma dele falar né. E então, o então candidato, Evo Morales, esteve em Santa Cruz nessa ocasião, e eu fui falar com ele. Eu fui lá e falei: “Escuta, como é que é, diz que você vai nos desapropriar, nos mandar embora?”, e ele respondeu: “Não, que nada, isso é a versão da mídia, não tem nada a ver...”. Mas, na realidade, olha, falem o que falem, não tem nenhuma propriedade invadida, sabe, nós tivemos aí duas propriedades invadidas, de brasileiros, e os invasores foram tirados daí... (...)Eu não gostaria de revelar o nome, eu te falo a zona. Teve uma na zona leste e outra na zona norte. Houve duas propriedades que foram invadidas, mas a lei foi imposta, e os invasores saíram. E os invasores não ficaram com nenhum pedaço de terra, coisa que no Brasil não acontece. O invasor de terra entra e não sai, não é verdade? Porque o Brasil tem lei mas eles não aplicam a lei, não é verdade? Ninguém tem direito de entrar na propriedade do outro e tomar a propriedade do outro. Agora, o que acontece com a nova constituição? A nova constituição ela garantiu a propriedade, agora,

obviamente, existe um temor, com as novas eleições, que o Evo vai ganhar folgadoamente, com mais de 50% dos votos, isso não tenha dúvida, ele vai ganhar a câmara baixa, que é a câmara dos deputados, e inclusive vai ganhar a câmara alta, que é a câmara do senado, então, ou seja, todo o governo vai estar nas mãos do MAS. Então, existe um temor de que eles regulamentem a constituição à maneira deles, existe esse temor. Agora, nós, Heloisa, temos a garantia do governo brasileiro, sabe, eu acho que, assim como os “brasiguaios” têm a garantia do governo brasileiro, quando acontece alguma coisa lá existe uma intervenção, eu acredito que nós vamos ter a mesma atenção. O governo, o Celso Amorim, ele veio exclusivamente pra falar com a gente; o Celso Amorim, que eu acho um espetáculo o Celso Amorim, então, eu acho que, se acontecer alguma coisa aqui na Bolívia, o governo imediatamente vai intervir, e aí o Lula chama o Evo e ala: “Olha, a propriedade do Nilson M. foi invadida, ele tem tudo certo, ele cumpre a função social e tudo...”, enfim... Agora, Heloisa, veja bem, existe, por exemplo, os fatores de reversão, reversão da propriedade, são os mesmos do Brasil. Lá no Brasil, se você não cumprir a lei trabalhista com um determinado trabalhador, é fator de reversão, só que a lei lá não é aplicada. E lá no Brasil por exemplo, o trabalhador tem que trabalhar lá naquele lote, voltar e comer no refeitório da fazenda, depois ir com o ônibus lá no local, e ficar uma ou duas horas descansando. Ou seja, existem várias coisas na lei brasileira que contemplam também a lei boliviana, só que lá no Brasil não é aplicado. A gente tem medo que possa ser aplicado.

Fornece também informações acerca da vinculação dos produtores ao governo nacional boliviano:

Agora, eu te pergunto: se a propriedade é de um grupo que é inimigo do governo MAS, você acha que o governo vai aplicar a lei? Vai aplicar. O governo vai aplicar. O governo só não vai aplicar no estrangeiro, para não gerar um gasto político. Você me entende? Eu penso nesta linha, eu tô tranquilo em relação a isso.

E continua, a respeito da vinculação dos produtores, agora com a política regional e nacional:

Olha, alguns tomaram partido. Alguns tomaram partido, mas de uma forma muito discreta. Eles pensam exatamente como eu, na mesma linha. Também, a maioria dos produtores, são pessoas muito humildes, que não têm assim, vamos dizer, a capacidade de definição, a cultura de definição política. Se dedicam à produção somente, não tendo uma visão mais sócio-política da coisa. Então, a maioria deles são produtores, não se pronunciam, se pronunciam no nosso grupo, é... sinceramente, vamos supor, se o grupo de Santa Cruz necessita de uma contribuição econômica, nós nos juntamos e damos essa contribuição econômica de uma forma muito discreta. Muito discreta. Não aparecem nomes, nada.

Silvestre S., representante do *Movimiento de los Trabajadores Sin Tierra de Bolivia* (MST-Bolivia), nos traz algumas informações sobre os temas que apresentamos aqui, além de comentar sobre o tema conflitos, entre proprietários brasileiros e trabalhadores rurais camponeses. Ele comenta:

Ahora, la mayor producción de soya transgénica y monocultivo es de productores brasileiros, de latifundistas brasileiros, en la zona central de la región de Santa Cruz, entonces hay muchos brasileiros que han eludido impuestos, han eludido responsabilidades en el Brasil, pasaron para Bolivia para liberarse de todo eso y aprovechar las ventajas. Algunos han consolidado legalmente y otros tampoco son legales... Son grandes latifundios que pasan de veinte mil, treinta mil, cuarenta mil hectáreas. [...] Muchos brasileiros tienen más de cinco mil hectáreas. Es un problema muy grande que en la nueva Constitución no se pudo resolver, en la aprobación de la nueva Constitución no se pudo resolver, porque la aplicación de la norma nacional no es retroactiva, es del momento que se aprueba para adelante.

Quanto à sistematização de informações sobre a presença brasileira, nos conta:

Todavía no hay un estudio específico de dónde están ubicados los brasileños, pero hay en las distintas expediciones que se han hecho hacia la frontera, toda la frontera con Brasil está cubierto de brasileiros, brasileiros ganaderos, brasileiros soyeros y también por esta parte central de Santa Cruz.

Silvestre S. menciona um conflito com uma família brasileira, que teria entrado em terras comunitário-originárias (TCO), mas que a terra foi dividida entre eles e os camponeses. Diz que a TCO na qual viviam era vizinha da fazenda dos brasileiros, da família de Claudinei Zaferelli, e que esta havia ocupado com seu cultivo 30 mil hectares da TCO. A porção “tomada” pela família brasileira abrigava trezentas famílias camponesas; após a regularização da área, a família ficou ainda com cinco mil hectares⁷⁵. E comenta sobre o cultivo da soja:

Ellos siembran soya. Todos siembran soya, todos los brasileiros que vienen a Bolivia siembran soya, sobre todo en la parte acá de la zona central, [...] de la ciudad pura soya transgénica. [...] Hay una empresa que se llama Kiusa. [...] Es una sociedad de brasileiros, todos brasileiros, una empresa de transporte brasileira, todo, deben tener entre todos como unas cien mil hectáreas.

⁷⁵ Cf. apêndices L, M e N, entrevistas com Silvestre S., Lorencio O. e Miguel G., respectivamente.

E o representante do movimento social conclui seu depoimento com uma informação dura, e bastante difícil de ser verificada em nossa pesquisa:

Hay otro tipo de problemas, instigación constante, persecución, incluso hay asesinatos, en la zona de la frontera, un brasilero entra mata y se va. Varias familias se han quedado asesinadas, después sin resolver, por qué, porque los brasileros matan y se van, son sicarios brasileros que contratan. [...] Por conflicto de campo en la zona de Santa Cruz, sobre todo en la zona fronteriza, ahora deben ir como unos treinta o cuarenta personas ya asesinadas desde Puerto Suarez hasta Piso Firme en la zona de mayor conflictividad.

José B., outro representante de movimento social, a CIDOB⁷⁶, comenta um pouco sobre a posição do estado em relação a posse de terra por estrangeiros:

Hay diferencias, el gobierno departamental ha tratado de protegerlo porque mucha de su gente ha sido la que ha traficado su tierra y la ha vendido y el gobierno central ha tratado de no generar conflictos sino que regularizar en alguno ¿no? porque a veces caen también por engaño yo creo también que el que lo ha hecho también con intención ha haciendas que no se podía pero también ha caído en esa compra ¿no? entonces hay que siempre diferenciar en eso y eso es lo que ha hecho el gobierno de que a los que se le puede ayudar se le puede ayudar y a los que no se puede recuperar esas tierras y devolver al que corresponde

A incorporação dos brasileiros à sociedade boliviana é uma informação unânime dentre os entrevistados. A apresentação dos excertos de entrevista, entretanto, nos indicam diferentes opiniões e também a posição que estes ocupam no “espaço social” cruzeño e boliviano. Dentre os representantes de agremiações, produtores, intelectuais e funcionários do Estado, há uma fala analítica e valorativa quanto à presença brasileira na Bolívia; já na fala dos movimentos sociais, onde o juízo de valor sim está presente e marcado em função do campo de disputa pela terra estabelecido com os produtores, a percepção do processo de inserção dos brasileiros no “espaço social” é menos ampla, está ligada direta e materialmente à questão da luta pela terra.

Como dissemos no início do item, o primeiro acesso dos brasileiros à terra na Bolívia evidentemente se deu em função de possuírem um capital econômico que os permitiu entrar

⁷⁶ Cf. GARCÍA LINERA, A. (Org.). **Sociología de los movimientos sociales en Bolívia**: estructuras de movilización, repertorios culturales y acción política. La Paz: Plural, 2008.

no mercado de terras do país vizinho com posição privilegiada. Uma Bolívia em crise, saindo da crise dos anos 80, com incipiente desenvolvimento do agronegócio, e brasileiros oriundos de um estágio de desenvolvimento da atividade mais de uma década à frente. No Brasil, além dos tradicionais proprietários de terra endinheirados, já se formava um rol de profissionais e executivos técnicos do agronegócio com altos salários, e o país já participava do mercado internacional de *commodities* agrícolas. Essas são as origens dos brasileiros que na Bolívia chegaram.

Essas duas matizes demonstram o que os entrevistados não cansaram de nos dizer: os brasileiros chegaram à Bolívia com *nkow how* – experiência, tecnologia e dinheiro para investir. Conhecimentos advindos de experiência prática tanto no cultivo direto do grão quanto na gestão industrial do setor sojeiro. Neste caso, observamos o “capital cultural” em todas as suas formas; incorporado, objetivado e institucionalizado. De antemão podemos dizer também que os brasileiros que foram para a Bolívia já possuíam um “capital social” no Brasil, uma rede de recursos e relações relacionados ao campo da produção agrícola, que permitiram acessar o setor fora das fronteiras nacionais, tornando-se “capital social” também na Bolívia.

É por meio do “capital simbólico” que os produtores brasileiros alcançaram tanta legitimidade na agricultura de Santa Cruz, assim consideramos. Contanto com um “capital social” e um “capital cultural” que vem do Brasil e encontra reconhecimento na Bolívia, valendo então estes mesmos capitais para que se desenvolva um ramo produtivo, existente em ambos países, mas que se encontram em diferentes estágios de seu desenvolvimento. Podemos ir um pouco além e ousar dizer também que o “capital simbólico” do qual falamos aplica-se na relação Brasil-Bolívia; toda a “bagagem” levada pelos brasileiros está imbuída de uma concepção de Brasil e de suas características políticas e econômicas, principalmente. Aqui vemos então a capacidade de atuação do Brasil como grande Estado periférico sobre seu vizinho menor, confirmando o comportamento das estruturas hegemônicas.

Daqui podemos voltar à nossa trajetória hipotética e retomar a relação de influência e poder que exerce o Brasil sobre a Bolívia neste tema, ainda que não se trate de uma política objetiva do Estado brasileiro. Contudo, confirmamos tal assertiva na medida em que temos relatado o papel do governo Lula em relação à presença brasileira na agricultura da soja na Bolívia, por exemplo. Pudemos perceber a oscilação de tratamento da questão pelos presidentes Lula e Fernando Henrique Cardoso, mas também podemos inferir sobre a similaridade de ambos na condução das políticas de desenvolvimento do campo, e assim

trazer a importância e a contribuição do Estado para aportar e suportar a inserção de brasileiros no agronegócio boliviano.

Estes são os “bens de capital” que possuem os brasileiros e possuíam quando de sua chegada, e que assim permitiram o seu acesso, ingresso e incorporação na sociedade boliviana e cruzenha, e numa atividade econômica de tamanha relevância para o país vizinho. Podemos dizer também que a assimilação dos “bens de capital” trazidos pelos brasileiros por parte da sociedade boliviana, cruzenha especificamente, se dá de forma tranquila em função dos “habitus de classe” que conformam a sociedade em questão; tanto da classe dominante, capaz de emitir um discurso dominante, e, portanto, manter sua hegemonia e o *status quo*, como das demais classes, que reproduzem-se a partir de um “habitus” que também permite a manutenção da ordem dominante.

É importante trazer aqui uma ressalva a respeito dos “habitus de classe” na Bolívia em função dos processos políticos que vêm ocorrendo desde o início da década de 2000, e que culminou na existência hoje de um segundo mandato do presidente Evo Morales, indígena e oriundo dos movimentos sociais. As classes populares tanto mudaram sua concepção e ação prática em relação às elites de poder econômico, como, em relação ao tema específico da nossa pesquisa, o agronegócio e a questão agrária, trazem questionamentos e afrontas importantes.

Verificamos também, a partir dos depoimentos colhidos nas entrevistas, que há uma vinculação do setor produtivo composto com os brasileiros com os governos nacionais bolivianos, assim como com o governo brasileiros, o que provoca também uma relação direta entre tais governos acerca do tema. Vimos que esse acesso ao poder nacional pelos produtores se dá por meio das agremiações do setor. Temos então duas esferas do campo político que envolve o setor agroindustrial na Bolívia do qual os brasileiros fazem parte. O primeiro é acessado através dos “bens de capital” socialmente legitimados, e que possuem os brasileiros, permitindo-os acessar também a vida entre as fraternidades, condomínios, etc. O segundo compreende a inserção em um campo político nacional em função de inserção prévia num campo político setorial, o dos produtores.

O ambiente pelo qual se deslocam os atores sociais ao desenvolverem suas práticas é o chamado “espaço social”, o qual caracterizamos majoritariamente a partir da seleção dos trechos das entrevistas, em depoimentos pessoais e recém analisamos de acordo com as categorias de Bourdieu. É um espaço social estratificado, econômico e socialmente falando, que recebeu os brasileiros na composição de sua elite, e que esta, inclusive, beneficiou-se das

características desse grupo de brasileiros para crescer economicamente. A condução política do país atualmente, no entanto, não está em suas mãos. Contudo, é possível inferir que, na década passada, o salto produtivo do setor agropecuário na meia-lua (BOJANIC, 1987; MANSILLA, 2007; ROMERO BONIFAZ, 2008; SIVAK, 2007) boliviana esteve associado ao projeto autonomista da elite de poder regional. Com tanta integração entre produtores nacionais e estrangeiros, não nos parece descabido afirmar, mesmo com as peculiaridades que nos demonstram nossos entrevistados, da particularidade, e, em alguns momentos, vantagens de ser estrangeiro, que os nossos conterrâneos partilham, nem que seja em nome da continuidade da própria acumulação de riqueza, do projeto político e de sociedade da elite de poder cruzenha e do oriente boliviano (SORUCO, 2008).

9 Considerações finais

A hipótese inicial de pesquisa previa que a presença de brasileiros na produção agrícola de Santa Cruz fazia parte de uma formulação geopolítica do Estado brasileiro de expansão ao seu país vizinho. Com o trabalho de campo foi possível ver que tal hipótese não se verificaria, mas que uma rica interpretação e análise poderia ser feita a partir dessa presença brasileira no país vizinho. As próprias premissas teóricas adotadas para a formulação da primeira hipótese nos ajudaram a reinterpretar o fenómeno e a chegar à nova hipótese – abordagem teórica sobre a natureza do Estado e os conceitos de análise da questão agrária.

Foi percebido que a chegada dos brasileiros se deu aos poucos, e iniciou-se possibilitada por uma política adotada pela Reforma Agrária de 1953 de migração interna e externa em direção ao oriente boliviano. A produção de soja nos moldes estudados, do agronegócio, iniciou-se mesmo na década de 80, quando já havia a presença brasileira, mesmo que em menor número (na frente estavam, já há duas décadas, os japoneses e os menonitas). Os estrangeiros conseguiram fazer saltar a produção boliviana de soja e derivados mesmo em uma década de crise económica e hiperinflação.

Foi na década de 90 que verificou-se a chegada da maior parte dos brasileiros que hoje estão instalados na Bolívia produzindo soja; no entanto, com a crise de 1997-1998, alguns também deixaram o país. Os que ficaram só obtiveram êxitos, e a década dos 2000 foi de muitos ganhos para o setor, a ponto de dizerem que não souberam o que era a crise económica mundial que assolou os países desenvolvidos nos últimos dois anos.

O perfil do brasileiro que chega à Bolívia para comprar terras é bastante diverso – há técnicos de grandes empresas no Brasil que vêem na Bolívia a possibilidade de comprar terras baratas, por exemplo, mas há também aquele produtor que já era do ramo no Brasil e que a Bolívia serve como campo de expansão dos negócios. Daí podemos inferir que a lógica que mais se aplica é a do mercado, e acrescentar a análise de que a expansão se dá pelo movimento conhecido da necessidade de reprodução do capital.

Notamos que a maioria desses brasileiros se incorporam à sociedade boliviana, fazem parte das agremiações de produtores, casam-se no país vizinho e ali fixam família e residência. Quanto à interferência política dos brasileiros na região, sabemos que ocorre porque muitas das agremiações envolvem-se com programas políticos e também com ajuda

em campanhas; porém, diretamente, não pudemos verificar apoios às correntes políticas locais. De acordo com a história política da região, os grandes produtores rurais estão em geral ligados aos movimentos separatistas e à direita na Bolívia; mas pudemos ver que, para vários dos brasileiros, a segurança civil que representa Evo Morales no poder os é conveniente. Além disso, o governo Lula e o Governo Evo têm uma boa relação, e muitos dos produtores brasileiros crêem nunca terem sido tão bem amparados pelo nosso Estado como agora. Também pela necessidade das divisas que ingressam com a exportação da soja, o governo boliviano não tem atacado diretamente o latifúndio produtivo.

Dessa maneira os produtores da soja, e principalmente os brasileiros, seguem com lucros cada vez maiores. Inclusive, alguns analistas bolivianos já consideram os brasileiros o principal grupo estrangeiro no setor, quando não o único (a presença argentina e colombiana é bem mais ínfima), pois continuam mantendo vínculos de troca de tecnologia com o Brasil e trazendo muita coisa para a Bolívia. Os primeiros a chegar, japoneses e menonitas, têm menos recursos e já estão mais incorporados à sociedade e ao mercado boliviano, enquanto que foram os brasileiros que levaram ao país vizinho a forma de produzir para o mercado externa da maneira como é feita.

Percebemos que o debate travado atualmente na Bolívia entre terra e produção e territorialidade e vida questiona o modelo agrícola hoje adotado no país e nos mostra que a questão da presença estrangeira, e brasileira, no país vai além da propriedade legal da terra. As novas formas de organização da produção permite que a reprodução do capital ocorra congregando características historicamente diferentes; para a obtenção de um excedente cada vez maior, combina-se a utilização de transgêncios com o trabalho servil, por exemplo. Assim percebemos que a influência brasileira tem muito mais a ver com uma maneira de produzir no campo atualmente do que necessariamente uma inserção rígida na sociedade boliviana. Inclusive, a partir das falas de alguns entrevistados, percebemos que a sua atuação é fluida e que já direcionam-se a outras áreas do continente em busca da produtividade e do lucro.

Os brasileiros, para tanto, chegaram à Bolívia com uma rede social de contatos que propiciou o desenvolvimento da cadeia produtiva da soja nesse país tal como se deu. A sua fácil inserção na sociedade cruzenha e na elite da região pode ser que se dê, justamente pela falta de propriedade da terra na totalidade dos casos, além da diferença de nacionalidade. Até hoje, essa elite conformada como um mosaico, junta, tem conseguido seguir com a manutenção da reprodução de sua classe. E essa elite, indiferenciadamente, comportou-se ao longo da segunda metade do século XX praticamente como rentistas do Estado boliviano;

ainda que se queixem de serem “deixadas de lado”, o desenvolvimento do capitalismo no campo no oriente do país deu-se de forma livre e com bastante aporte estatal.

Essa pesquisa nos deixa algumas possibilidades de continuidade. Segundo sua proposta original, não seria desinteressante que nos embrenhássemos por um novo trabalho de campo que cruzasse todos os dados de migração, titulação de terras e propriedade das empresas agrícolas, por exemplo. Um trabalho desse, talvez para anos, teria que esperar até que o governo boliviano tivesse uma base de dados, principalmente em relação às terras, completa e sistematizada. Assim poderíamos confrontar a análise qualitativa que aqui fizemos com os dados objetivos que, em verdade, eram nosso primeiro objetivo.

Outro ponto interessante seria mapear de forma indiscriminada de atividades económicas toda a presença e influência brasileira presencial no território boliviano. Essa foi uma realidade que lidamos durante todo o trabalho de campo. Tivemos acesso à diversas informações, mas a falta de documentos e o “risco” de investigar tais casos nos mostraram ser esta também uma tarefa bastante difícil. Por fim, outra questão que nos rodeou durante o processo de construção da dissertação foi uma análise comparativa da presença brasileira nos países com os quais temos estabelecidas fronteiras geográficas, a começar por uma comparação com o proeminente caso dos brasiguaios.

No entanto, esperamos ter podido iniciar uma linha de análise nesse sentido, que analisa a posição do Brasil em relação aos demais países do continente a partir de casos concretos, como o nosso, influência para o desenvolvimento de um setor da economia boliviana a partir da migração de brasileiros. Acreditamos que, com essa pesquisa, coseguimos ultrapassar a linha das formulações geopolíticas e verificar, *in loco*, os efeitos sociais da interação entre indivíduos de diferentes Estados.

REFERENCIAS⁷⁷

ANAPO. **Anuario estadístico 2008**. Santa Cruz de la Sierra, 2009, formato digital.

ARGANDOÑA, M. F. **La revolución nacional**. La Paz: Los Amigos del Libro, 1974.

ARON, R. **Paz e guerra entre as nações** [1905]. Brasília: Universidade de Brasília, 1979.

BATISTA JR., P. N. **O Brasil e a economia internacional: recuperação e defesa da autonomia nacional**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

BOJANIC, A. **Tenencia y uso de la tierra en Santa Cruz: evaluación de la estructura agraria en el área integrada de Santa Cruz**. La Paz: CEDLA, 1987.

BOURDIEU, P. **Condição de classe e posição de classe** [1966]. In: MICELI, S. (Org.). **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

_____. **El sentido práctico** [1980]. Ciudad del Mexico: Siglo XXI, 2007.

_____. **Estrutura, Habitus e Prática** [1967]. In: MICELI, S. (Org.). **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

CAMPOS, S. M. M. **O Estado brasileiro e o processo de produção do espaço no Acre**. São Paulo: FAU-USP, 2004. 256 p.

⁷⁷ De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023.

CARDONA AYOROA, R. **Soberania, tecnologia y nacionalización del gás en Bolívia**. La Paz: Editorial ECC, 2004.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia** [1980]. São Paulo: Brasiliense, 2006.

COSTA, W. M. **Geografia política e geopolítica: discursos sobre o território e o poder** [1991]. São Paulo: Edusp, 2008.

COSTA NETO, C. **Políticas agrárias na Bolívia (1952-1979): reforma ou revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 2005.

DEÁK, C. Acumulação entravada no Brasil e crise dos anos 80 [1990]. In: DEÁK, C; SCHIFFER, S. R. (Orgs.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2004.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado** [1884]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

FUNDACIÓN TIERRA. Informe 2009. **Reconfigurando territorios: reforma agrária, control territorial y gobiernos indígenas en Bolívia**. La Paz, Bolívia, 2010. 287 p.

GARCIA LINERA, A. Bolívia. In: SADER, E; JINKINGS, I. (Org.). **Latinoamericana: enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe**. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **Cómo se derrotó al golpismo Cívico-prefectural**. Bolívia: Vicepresidencia del Estado Plurinacional, 2008. Ano 2, nº3.

_____. Espacio social y estructuras simbólicas – clase, dominación simbólica y etnicidad en la obra de Pierre Bourdieu. In: BENAVENTE, C. et al. **Bourdieu leído desde el sur**. La Paz: Plural, 2000.

_____. Los retos de la democracia en Bolivia. In: ESPAÑA CUÉLLAR, R. et. al. **Democracia en Bolivia** – cinco análisis temáticos del Segundo Estudio Nacional sobre Democracia y Valores Democráticos. La Paz: Corte Nacional Electoral, 2005.

_____. (Org.). **Sociología de los movimientos sociales en Bolivia:** estructuras de movilización, repertorios culturales y acción política. La Paz: Plural, 2008.

GUIMARÃES, S. P. **Quinhentos anos de periferia** [1999]. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.

INE. **Anuario estadístico 2008.** La Paz, 2009, formato digital.

JAGUARIBE, H. Prefácio [1999]. In: GUIMARÃES, S. P. **Quinhentos anos de periferia** [1999]. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

JESSOP, B. **The capitalist State** – marxist theories and methods. Oxford: Martin Robertson & Company Ltd., 1983.

JONSÉN, J; WINDURHF, M. Desarrollo del paradigma político de la Soberanía Alimentaria. Argumentos en su desarrollo y construcción social del paradigma. In: FERNÁNDEZ SUCH, F. (Org.). **Soberanía Alimentaria:** objetivo político de la cooperación el desarrollo en zonas rurales. Barcelona: Icaria, 2006.

KAUTSKY, K. **A questão agrária** [1900]. São Paulo: Proposta, 1980.

LENIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia** [1889]. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. **El imperialismo, fase superior del capitalismo** [1916]. Pekin: Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1975.

LORA, G. **La revolución boliviana**. La Paz: Editora Difusión, 1963.

LU, L. **Bolivia:** the agrarian reform that wasn't. Disponível em: <<http://upside-down-world.org/main/content/view/131/1/>>. Acesso em: 21 set. 2008.

MANÇANO, B. Agronegócio. In: SADER, E; JINKINGS, I. (Orgs.). **Latinoamericana:** enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe. São Paulo: Boitempo, 2006a.

_____. Questão Agrária. In: SADER, E; JINKINGS, I. (Orgs.). **Latinoamericana:** enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe. São Paulo: Boitempo, 2006b.

MANSILLA, H. C. F. **Problemas de la autonomia en el oriente boliviano:** la ideología de la Nación Camba en el espejo de las fuentes documentales. Santa Cruz de la Sierra: El País, 2007.

MARTINS, C. E. Consenso de Washington. In: SADER, E; JINKINGS, I. (Org.). **Latinoamericana:** enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe. São Paulo: Boitempo, 2006.

MARX, K. **Crítica à filosofia do direito de Hegel** [1843]. São Paulo: Boitempo, 2006.

MELLO, L. I. A. **A geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata** [1987]. São Paulo: Annablume, 1997.

MICELI, S. (Org.). **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

NUEVA CONSTITUCIÓN POLITICA DEL ESTADO. Bolívia, 2009. Disponível em: <http://www.fmbolivia.com.bo/descargas/Nueva-Constitucion-Politica-del-Estado-de-Bolivia.pdf>. Acesso em: 30 Abr. 2010.

OLIVEIRA, A. U. Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI. In: MARQUES, M. I. M; OLIVEIRA, A. U. (Orgs.). **O campo no século XXI**. São Paulo: Casa Amarela, 2004.

OSTRIA GUTIÉRREZ, A. **Un pueblo en la cruz: el drama de Bolívia**. Santiago de Chile: Editorial del Pacífico S.A., 1956.

ONU/PNUD. **Word Development Report**, 2005. Disponível em: <http://hdr.undp.org>. Acesso em: 29 Abr. 2010.

PATCH, R. W. Bolívia: assistência norte-americana em um quadro revolucionário. In: RICHARD, N. et al. **Mudança social na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

PAZ BALLIVIAN, D. **Estructura agraria boliviana**. La Paz: Amigos del Libro, 1983.

PÉREZ LUNA, M. **No todo grano que brilla es oro – una análisis de la soya en Bolívia**. La Paz: Cedla, 2007.

POULANTZAS, N. O problema do Estado capitalista. In: MILIBAND, R.; POULANTZAS, N. **Debate sobre o Estado capitalista**. Porto: Crítica e sociedade, 1975.

RIBERA ARISMENDI, M. O. **Expansión de la frontera agrícola**: el caso de la soya y el complejo oleaginoso. La Paz: Lidema, 2008.

ROMERO, D. COB (Central Operária Boliviana). In: SADER, E; JINKINGS, I. (Org.). **Latinoamericana**: enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe. São Paulo: Boitempo, 2006.

ROMERO BONIFAZ, C. G. **La tierra como fuente de poder** – económico, político y cultural. Santa Cruz de la Sierra: IGWA/ISBOL, 2008.

ROSSET, P. O bom, o mau e o feio: a política fundiária do Banco Mundial. In: MARTINS, M. D. (Org.). **O Banco Mundial e a terra**: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia. São Paulo: Viramundo, 2004.

SADER, E (Org.). **Che Guevara – Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SANDOVAL RODRIGUEZ, I. **Historia de Santa Cruz**: desarrollo historico social. Santa Cruz de la Sierra: Sirena, 2003.

SIVAK, M. **Santa Cruz, una tesis**: el conflicto regional en Bolívia (2003-2006). La Paz: Plural, 2007.

SORUCO, X. (Org.). **Los Barones del Oriente**: el poder en Santa Cruz ayer y hoy. Santa Cruz de la Sierra: Fundación Tierra, 2008.

STÉDILE, J. P. (Org.) **A Questão Agrária hoje**. Porto Alegre: UFRGS/ANCA, 1994.

SUÁREZ, H. J. Sociología y acción: un debate abierto. In: BENAVENTE, C. et al. **Bourdieu leído desde el sur**. La Paz: Plural, 2000.

TAPIA, L. **La coyuntura de la autonomía relativa del Estado**. La Paz: Muela del Diablo/CLACSO, 2009.

_____. **Pensando la democracia geopolíticamente**. La Paz: Muela del Diablo/CLACSO, 2009.

UDAPE. **Atlas 2009**. La Paz, 2009, formato digital.

URIOSTE, M; PACHECO, D. **Las tierras bajas de Bolivia a fines del siglo XX**. La Paz: PIEB, 2001.

URQUIDI, V. D. **Movimento Cocaleiro na Bolívia**. São Paulo: Hucitec, 2007.

VESENTINI, J. W. **A capital da Geopolítica**. São Paulo: Ática, 1986.

YBARNEGARAY DE PAZ, R. **El espíritu del capitalismo y la agricultura cruceña**. La Paz: Atenea, 1992.

ZEBALLOS HURTADO, H. **Agricultura y desarrollo económico II**. La Paz: CID, 1993.

_____. **Agricultura y desarrollo sostenible**. La Paz: Plural/Cosude/Sirenare, 2006.

Sítios web citados:

www.apia-bolivia.org

www.apia-bolivia.org

<http://cao.netne.net>.

www.cedla.org

www.ftierra.org

www.ftierra.org

www.indexmundi.com

www.iniaf.gov.bo